

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2016

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Acionistas, corpo de trabalhadores e parceiros de negócios da Petrobras, Esta mensagem tem dois grandes objetivos. O primeiro deles é ser a primeira mensagem do Conselho de Administração, por meio do seu atual presidente, ao término do primeiro ano de seu mandato completo. Inicialmente, esta presidência foi exercida, ao longo de 2015, em caráter de interinidade, e a seguir, substituindo seu titular, que se licenciou e depois resignou no curso de seu mandato. Completado esse ciclo de interinidade e de substituição, em abril de 2016, o Conselho foi mandatado pelos acionistas para um período completo de dois anos, vencíveis em abril de 2018 e, no curso do seu primeiro ano de mandato, deparou-se com a troca do presidente da Diretoria Executiva.

Indicado o Sr. Pedro Parente para novo presidente pelo acionista controlador e submetido o mesmo ao *background check* de integridade, no qual foi aprovado, foi nomeado pelo Conselho. Desde então, estabeleceu-se uma parceria com a presidência e a Diretoria Executiva, que tem levado a cabo uma interação profícua e construtiva, dando continuidade ao trabalho de alto nível já desenvolvido sob a presidência do senhor Aldemir Bendine.

Tão logo foi empossado, o presidente Pedro Parente tomou, entre outras iniciativas, a de fazer realizar um ciclo de debates voltados para uma profunda revisão do Planejamento Estratégico da Petrobras. Tal iniciativa contou com integral apoio do Conselho de Administração, que endossou e apoiou a eleição das duas metas principais desse novo plano, quais sejam:

- buscar uma considerável redução de acidentes nas nossas instalações e nossas atividades – sinalizando com isso o objetivo maior de preservar a vida e perseguir condições seguras de trabalho. Nossas metas a esse respeito são ambiciosas, visando uma drástica redução de incidentes pessoais por milhão de horas trabalhadas, o que vem sendo conseguido com muito treinamento, aprimoramento intensivo da segurança de processos e conscientização, e
- reduzir, significativamente, o endividamento e a alavancagem financeira da companhia. Não temos qualquer orgulho de ostentarmos a maior dívida corporativa do setor de óleo e gás do planeta.

Incidentalmente, reconheça-se que a dívida alcançou patamares exageradamente elevados e cabem medidas saneadoras – como as preconizadas no Plano Estratégico – para reenquadrá-la em nível mais adequado aos negócios da Petrobras. Como já foi frisado pelo presidente Pedro Parente, para atingirmos o compromisso de investir no nosso negócio principal – extração de petróleo e industrialização em combustível – desinvestir em atividades que não estão a ele diretamente relacionadas não é uma escolha entre alternativas válidas, é uma necessidade – é um dos principais caminhos para, através de uma gestão ativa de portfólio, assegurar os recursos necessários para entregarmos a curva de produção que temos condição – e obrigação – de ofertar ao mercado.

Outro ingrediente fundamental para assegurar o fluxo de caixa que nos permita investir nas nossas atividades-fim é formado pelas parcerias tecnológicas, de exploração, de produção e/ou financeiras.

O segundo principal objetivo desta mensagem diz respeito ao registro formal das alterações na governança da companhia, da qual o atual Conselho tem particular orgulho. Diga-se, de início, que, desde praticamente a fundação da Petrobras, nos idos dos anos 50, o atual Conselho é o primeiro constituído **exclusivamente** por Conselheiros sem vinculação com órgãos de governo. Adicionalmente, foi tomado o cuidado em 2015, e preservado o princípio em 2016, de compor um Conselho pluridisciplinar – operadores do direito ali estão, especialistas em relatórios financeiros, contabilidade e auditoria ali estão, investidores ali estão, há uma representante eleita pelos empregados, há um especialista em óleo, gás e águas profundas, todas as facetas da vida da empresa, enfim, contam com especialistas e representantes no Conselho.

De pronto, em 2015, após empossado, o Conselho constituiu ou reforçou a missão e os Regimentos Internos de cinco Comitês de assessoramento ao próprio Conselho:

- um Comitê de Auditoria, que, ao longo de 2016, tornou-se estatutário, com aderência aos respectivos requisitos da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e da Securities and Exchange Commission – SEC, dos EUA;
- um Comitê de Assuntos Estratégicos;
- um Comitê Financeiro;
- um Comitê de Indicação, Remuneração e Sucessão; e
- um Comitê de Segurança, Meio Ambiente e Saúde.

Mais recentemente, foi constituído um Comitê de Minoritários que tem o dever, e a prerrogativa, de se pronunciar, previamente, sobre o atendimento ao interesse da companhia nas principais propostas de transações com partes relacionadas com a União, suas Autarquias e Fundações, que estejam na alçada de aprovação do Conselho.

Cada um desses Comitês é presidido por um membro do Conselho de Administração. O Comitê de Auditoria Estatutário é constituído apenas por membros do Conselho de Administração. Nos demais Comitês participam membros não conselheiros que tenham o conhecimento e o expertise nos assuntos dentro do escopo de cada Comitê. Para dar uma visão da intensidade de atuação dos Comitês, talvez deva ser dito que em 2016 o Comitê de Auditoria Estatutário reuniu-se 29 (vinte e nove) vezes, o de Indicação, Remuneração e Sucessão 32 (trinta e duas) vezes, o de Segurança, Meio Ambiente e Saúde 13 (treze) vezes, o Financeiro 26 (vinte e seis) vezes e o Estratégico 21 (vinte e uma) vezes. Tudo isso ao lado de 47 (quarenta e sete) reuniões do Conselho de Administração, entre Ordinárias e Extraordinárias.

Foi enormemente aperfeiçoado o Canal de Denúncias; os *background checks* de fornecedores se contam aos milhares; têm sido frequentes tanto vetos a indicações de pessoas com currículos inadequados para cargos com alçadas decisórias, quanto a fornecedores dos quais exigimos mudança de posturas para uma melhor governança.

- É nosso dever, numa prestação de contas desta natureza, enfrentarmos, também, desafios específicos. Dois deles merecem registro: por um lado, os prazos estendidos para operacionalizar os desinvestimentos serão efeito direto da imperiosa decisão de acatar as determinações de aprimoramento da transparência nos respectivos processos, oriundas das autoridades competentes; por outro lado, as discussões com o Departamento de Justiça dos Estados Unidos (DoJ), posteriormente com a SEC e nossa defesa nas *class actions*, além de procedimentos diversos perante autoridades brasileiras (CVM, Tribunal de Contas da União, Ministério Público e o Judiciário), só asseguraram resultados finais quando encerrados tais casos, apesar de a Petrobras ser vítima nesse processo e de, em nenhum momento, haver se beneficiado direta ou indiretamente dos ilícitos.

Como disse no início, este é o princípio de um relato de “prestação de contas” neste primeiro ano do atual mandato.

E, se puder resumir o entendimento de nossa missão, para além da segurança da vida humana e do retorno ao grau de investimento, talvez a melhor expressão de nossa tarefa seja contribuir para a recuperação da autoestima dos funcionários, dos investidores e dos brasileiros naquela que é sua maior empresa e que todos queremos que volte a ser a melhor.

Nelson Carvalho
Presidente do Conselho de Administração da Petrobras

Pedro Parente
Presidente da Petrobras

PERFIL

Somos uma sociedade anônima de capital aberto que atua, de forma integrada e especializada, na indústria de óleo, gás natural e energia.

MERCADO DE CAPITALIS

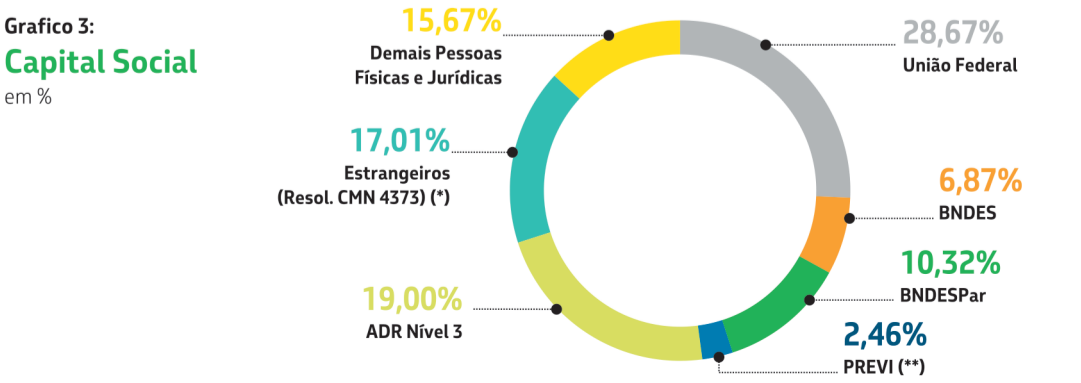
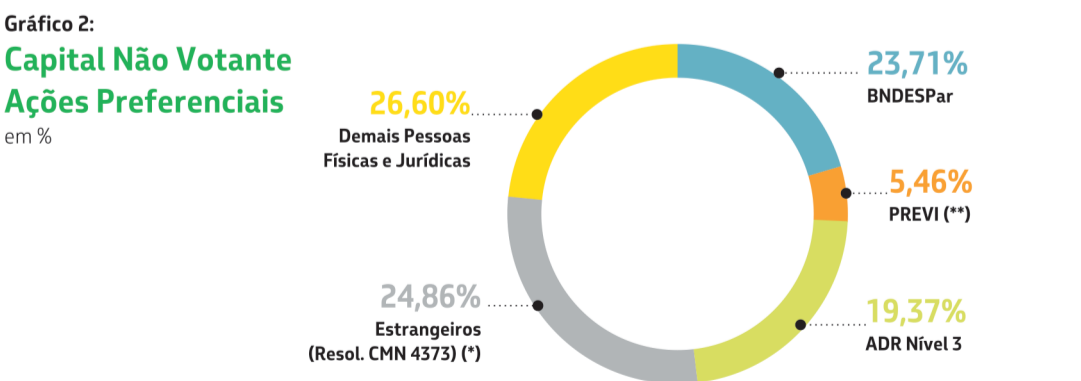
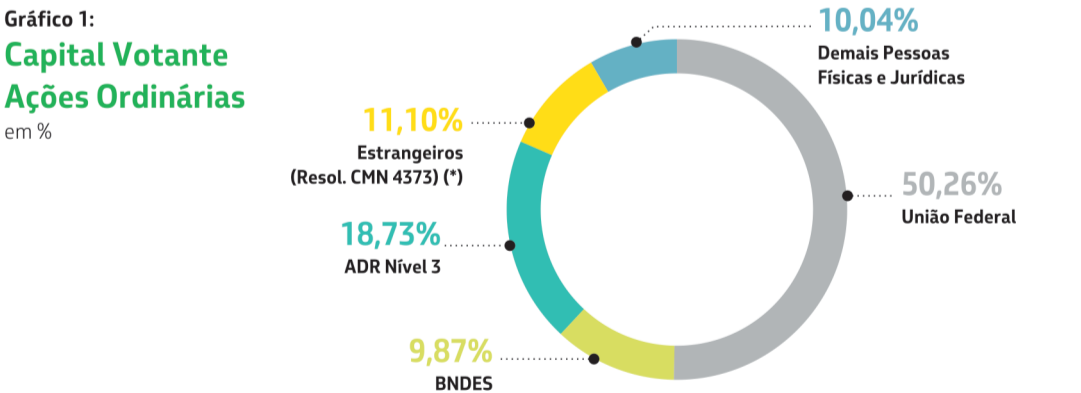
Somos uma sociedade de economia mista criada pela Lei nº 2004/53 para explorar atividades de petróleo, gás e seus derivados, inicialmente, de monopólio da União Federal. A partir da edição da Lei nº 9478/97, passamos a atuar no mercado em regime de livre concorrência. As atividades que desenvolvemos, atualmente, estão descritas em nosso estatuto social.

A legislação brasileira exige que a União Federal, como nosso acionista controlador, detenha a maioria das ações da companhia com direito a voto, tendo o poder de eleger a maioria dos integrantes do nosso Conselho de Administração (CA). Os diretores executivos responsáveis pela gestão da companhia são eleitos pelo CA.

Possuímos duas classes de ações listadas em Bolsas de Valores: as ações ordinárias, que dão direito a voto aos seus detentores, e as ações preferenciais, que não dão direito a voto, mas garantem prioridade na distribuição de dividendos.

No Brasil, nossas ações estão listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBovespa), sob os códigos de negociação PETR3 (ordinárias) e PETR4 (preferenciais). Nos Estados Unidos, os ADRs (*American Depositary Receipts*), certificados emitidos por bancos norte-americanos, que representam ações de uma empresa estrangeira no país, estão listados na Bolsa de Valores de Nova Iorque (Nyse), sob os códigos PBR (recibos representativos das ações ordinárias) e PBRA (recibos representativos das ações preferenciais). Na Espanha, os recibos representativos das ações da companhia estão listados na Latibex sob os códigos XPBR (representativos das ações ordinárias) e XPBRA (representativos das ações preferenciais). Os recibos representativos das ações da companhia também estão listados na Argentina, na Bolsa de Comércio de Buenos Aires, sob os códigos APBR (representativos das ações ordinárias) e APBRA (representativos das ações preferenciais).

POSIÇÃO ACIONÁRIA – 31 DE DEZEMBRO DE 2016



(*) Resolução CMN 4.373: dispõe sobre aplicações de investidor não residente no Brasil nos mercados financeiro e de capitais no país e dá outras providências. (**) PREVI: Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil.

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA PETROBRAS

Acionistas e investidores,

Apresento a minha primeira mensagem como presidente da Petrobras aos nossos acionistas e investidores com o sentimento da imensa responsabilidade de liderar a Diretoria Executiva da maior empresa no coração dos brasileiros e que hoje está entre as quatro maiores do Brasil em valor de mercado, em franca recuperação.

A indústria de óleo e gás no mundo enfrentou o segundo ano de um quadro extremamente adverso, que se iniciou com a abrupta queda dos preços de petróleo no último trimestre de 2014, quando o preço do barril saiu de um patamar de US\$ 100 para um valor inferior a US\$ 35 no início de 2016. Mais recentemente, esses preços flutuam entre uma faixa de US\$ 45 e US\$ 55 por barril. A indústria teve que se adaptar a essa nova realidade de preços por meio da venda de ativos e da redução de investimentos e custos. Um relevante aspecto desse novo quadro competitivo foi a consolidação da chamada produção não convencional de óleo e gás (*shale* e *tight oil/gas*), que representa uma mudança disruptiva na maneira de explorar e produzir hidrocarbonetos e impõe grandes desafios aos *players* da chamada produção convencional, entre os quais a Petrobras.

Esse quadro, por si só desafiante, encontrou a Petrobras em meio à maior crise de sua história. A síntese desses problemas é o tamanho de nossa dívida bruta, que atingiu o expressivo montante de US\$ 126 bilhões (R\$ 493 bilhões) no fim de 2015. Essa é a maior dívida de entidades não financeiras do país, com exceção da dívida da União. Também é a maior dívida dentre as empresas globais de capital aberto que operam em nosso setor. Não são honrosas essas posições e nosso objetivo estratégico é reverter esse quadro.

Ao longo de 2016, anunciamos e implementamos as medidas necessárias para lidar com os inúmeros problemas deixados como herança dessa crise. O Programa de Parcerias e Desinvestimentos, que iniciou um novo ciclo em 2015, teve seu ritmo acelerado a partir de agosto. Em setembro, anunciamos um novo Plano Estratégico e o correspondente Plano de Negócios e Gestão para o período de 2017 a 2021 com duas métricas prioritárias. A primeira métrica é relacionada à segurança, e define que vamos limitar, até 2018, a nossa Taxa de Acidentados Registráveis (TAR) ao número de 1,4 acidentados por milhão de horas trabalhadas. A segunda métrica está relacionada ao nosso endividamento, medido por intermédio da relação entre a dívida líquida e Ebitda (uma *proxy* da geração operacional de caixa). Essa relação atingiu, no fim de 2015, o índice de 5,1 vezes, muito elevado tanto considerando as circunstâncias do mercado brasileiro, quanto a comparação com as grandes empresas internacionais do setor de óleo e gás. Nosso Plano Estratégico prevê a redução da relação dívida líquida/Ebitda para 2,5 vezes no fim de 2018.

Em nosso Plano Estratégico, definimos, com clareza, a visão da empresa que queremos ser: uma empresa integrada de energia, com foco em óleo e gás, que evolui com a sociedade, gera alto valor e tem capacidade técnica única. Sinalizamos, objetivamente, com essa visão e com as 21 estratégias dela decorrentes, onde atuaremos e, com uma clareza e transparência sem precedentes, onde não atuaremos.

O plano definiu cinco alavancas para garantir o alcance de nossas métricas de topo. A primeira delas é o programa “Compromisso com a Vida”, que busca reforçar os aspectos comportamentais e de segurança de processos de maneira a permitir o alcance de nossa métrica de segurança.

Os quatro outros pilares se integram para permitir a redução do nosso endividamento: (1) uma nova política de preços para a gasolina e o diesel, baseada na paridade internacional e com a definição de que, em nenhum momento, estaremos praticando preços abaixo da paridade internacional; (2) maior eficiência em nossos investimentos (Capex), traduzindo-se em redução de nossos investimentos com aumento de nossa produção; (3) redução de nossos custos, também sem qualquer prejuízo à nossa segurança e aos nossos objetivos de produção; e (4) realização de parcerias e desinvestimentos com transações que totalizem US\$ 21 bilhões no biênio 2017/18.

Os resultados de 2016 mostram avanços em todas as frentes. O número de acidentados registráveis por milhão de homens-hora foi reduzido em 24%, atingindo o índice de 1,63, previsto apenas para o fim de 2017. Geramos fluxo de caixa livre positivo em todos os trimestres do ano, totalizando sete trimestres consecutivos. O lucro operacional foi de R\$ 17 bilhões em 2016 com aumento de 16% no Ebitda ajustado, representando a maior margem Ebitda entre os principais *players* do setor. A relação entre a nossa dívida líquida e o nosso Ebitda ajustado teve redução de 31%, de 5,11 vezes para 3,54 vezes.

Implementamos a nova política de preços a partir de outubro de 2016. A receita da companhia passou a acompanhar a dinâmica do mercado internacional, com revisões efetuadas em periodicidade não superior a 30 dias. Hoje há uma crescente naturalidade na forma com que mercados e demais públicos externos recebem essas revisões mensais, consolidando a implementação dessa nova política.

Ao longo de 2016, nós nos tornamos mais eficientes na produção e exploração de óleo e gás. Pelo segundo ano consecutivo, fomos capazes de atingir nossa meta de produção de petróleo, registrando diversos recordes. A produção média no Brasil alcançou a marca de 2,144 milhões de barris por dia. Destacamos a marca de 1,02 milhão de barris de óleo por dia de produção operada no pré-sal, onde priorizamos nossos investimentos e reunimos conhecimento e experiência capazes de proporcionar um relevante aumento de produtividade. Quando incluímos o gás, a nossa produção total, no Brasil e no exterior, alcança a expressiva marca de 2,79 milhões de barris de óleo equivalente por dia.

As parcerias e os desinvestimentos ganharam novo fôlego e as transações anunciadas alcançaram o valor de US\$ 13,6 bilhões em dezembro de 2016. Além de serem imprescindíveis para a recuperação financeira da empresa, as parcerias estratégicas oferecem oportunidade de relacionamento amplo com empresas globais, compartilhando riscos, desonerando investimentos, promovendo intercâmbio tecnológico e fortalecendo a governança corporativa. Com parcerias, somos mais competitivos para lidar com os desafios da indústria.

Merece um destaque especial a relação da Diretoria Executiva com o nosso Conselho de Administração. Como órgão supervisor, o Conselho tem cumprido, com diligência, suas obrigações estatutárias, conforme apresentado na mensagem de seu presidente. Juntamente com o Conselho de Administração, temos aprimorado a governança da companhia, melhorando os controles internos, os processos decisórios e a política de sucessão gerencial. Com essa cooperação, estamos mais habilitados para lidar com o desafio de tirar a Petrobras da crise financeira e reputacional em que ela foi colocada no passado recente.

Indispensável registrar a contribuição da nossa força de trabalho para esses avanços. A dedicação e a competência técnica dos empregados da Petrobras fizeram da companhia uma referência mundial, especialmente em exploração e produção em águas profundas. Esses mesmos atributos são necessários agora para a superação dos desafios que enfrentamos.

Uma mensagem especial dirijo aos nossos acionistas. Os resultados da empresa em 2016, infelizmente, não nos permitiram pagar dividendos, como gostaríamos. Mas, no conceito de retorno total para o acionista, que inclui a variação do valor de nossas ações no mercado, fomos a empresa que maior retorno apresentou em 2016 no setor de óleo e gás. Sabemos que esse resultado decorre, em grande medida, da confiança de nossos acionistas e investidores em nossa capacidade de entregar o que prometemos em nosso Plano Estratégico. Trabalharemos, em 2017, com força redobrada para corresponder a essa confiança.

DESEMPENHO DAS AÇÕES

Em 2016, diversos fatores influenciaram, positivamente, o desempenho das ações na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&F Bovespa). Nesse contexto, o Ibovespa, principal índice da Bolsa, avançou 34% em relação ao ano anterior.

Como reflexo desse cenário e da elevação do preço internacional do petróleo, nossas ações fecharam o ano em alta. As ordinárias (PETR3) subiram 98% e as preferenciais (PETR4), 122%, sendo cotadas a R\$ 16,94 e R\$ 14,87, respectivamente, em 29 de dezembro de 2016. Com a expressiva alta das cotações, nosso valor de mercado nessa data ficou em R\$ 209 bilhões (US\$ 64 bilhões).

Na Bolsa de Nova Iorque (New York Stock Exchange – Nyse), onde são negociados os recibos representativos das ações ordinárias (PBR) e os das ações preferenciais (PBRA), a alta chegou a 135% e 159%, respectivamente, impactada, também, pela valorização de 18% do real frente ao dólar. Em 30 de dezembro de 2016, a cotação do PBR fechou em US\$ 10,11 e a do PBRA, em US\$ 8,81.

Gráfico 4: VALOR DE MERCADO DA PETROBRAS E O VALOR PATRIMONIAL (R\$ bilhões)

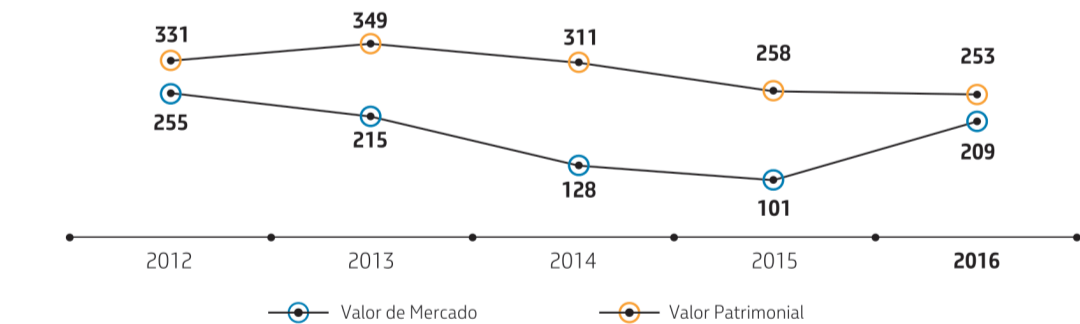
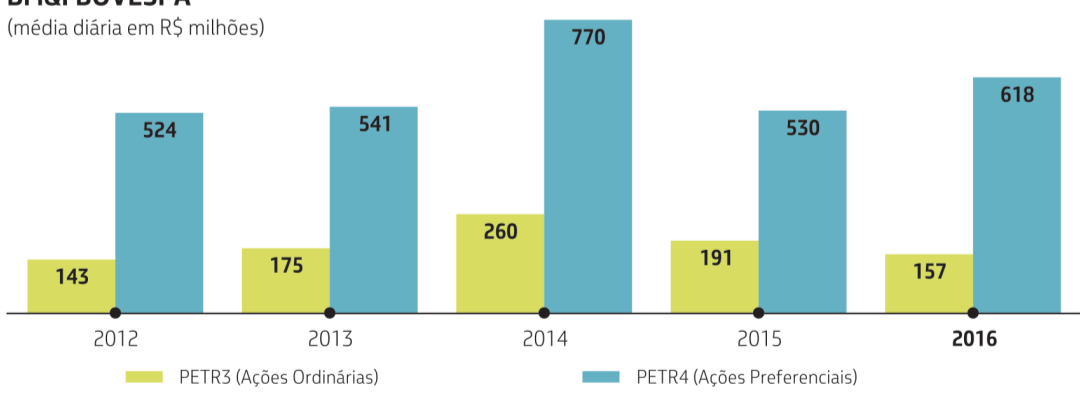
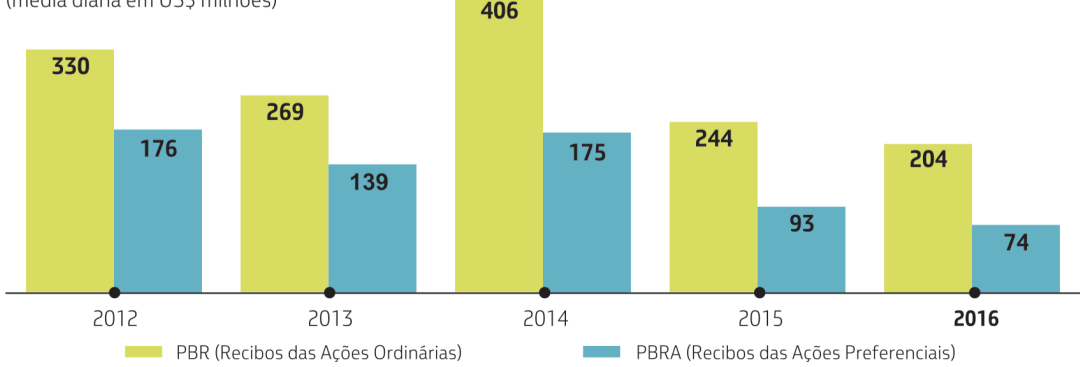


Gráfico 5: VOLUME FINANCEIRO NEGOCIADO BM&FBOVESPA (média diária em R\$ milhões)



Fonte: Bloomberg

Gráfico 6: VOLUME FINANCEIRO NEGOCIADO NYSE (média diária em US\$ milhões)



Fonte: Bloomberg

CLASSIFICAÇÃO DE RISCO (RATING)

De acordo com as agências de classificação de risco, o nosso *rating* reflete não apenas as perspectivas de desempenho operacional e financeiro da companhia, mas também o nível de risco soberano do Brasil.

Nos primeiros meses de 2016, as três principais agências de *rating* anunciaram redução na nossa classificação de risco. Em 18 de fevereiro de 2016, a Standard & Poor's revisou o nível de risco da nossa dívida de BB para B+, com perspectiva negativa, acompanhando a alteração da nota soberana. Em 11 de maio de 2016, a agência Fitch também rebaixou a classificação de risco da companhia, de BB+ para BB, após mudanças no *rating* soberano. Já a agência Moody's reduziu em dois níveis a nossa classificação de risco em 24 de fevereiro de 2016, de Ba3 para B3.

No fim de 2016 e no início de 2017, no entanto, duas agências melhoraram nosso nível de classificação de risco. Em 21 de outubro, a Moody's anunciou aumento de um nível no *rating* da companhia e alteração da perspectiva de "negativa" para "estável", refletindo menor risco de liquidez, considerando mudanças no marco regulatório no Brasil e a expectativa de melhor desempenho operacional no médio prazo, além do fato da Petrobras estar conseguindo alcançar seus objetivos de geração de caixa e venda de ativos.

Em 10 de fevereiro de 2017, a Standard & Poor's elevou o *rating* da dívida corporativa da companhia de B+ para BB- e também alterou a perspectiva de "negativa" para "estável". Além dos motivos destacados pela Moody's, a Standard & Poor's ressaltou a recuperação do relacionamento com bancos domésticos e internacionais e da capacidade da Petrobras acessar o mercado de capitais, assim como a consistência da nova Política de Preços, que permite maior visibilidade para nossa geração de caixa.

Tabela 1: Avaliação da Petrobras pelas agências de *rating*

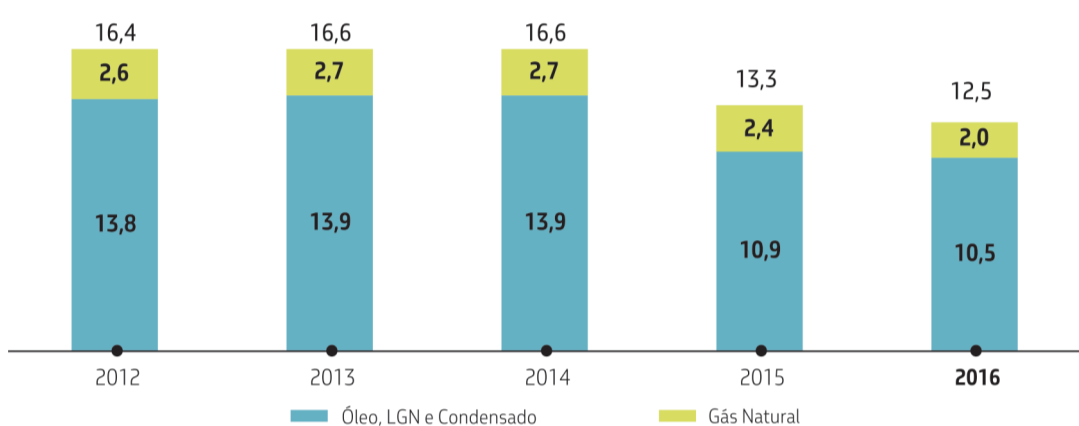
Agência de <i>Rating</i>	Última Revisão	<i>Rating</i> Global	Perspectiva
Moody's	21/10/2016	B2	Estável
Standard & Poor's	10/02/2017	BB-	Estável
Fitch	26/01/2017	BB	Negativa

GRANDES NÚMEROS

RESERVAS

Gráfico 7: RESERVAS PROVADAS DE ÓLEO, LGN, CONDENSADO E GÁS NATURAL - CRITÉRIO ANP/SPE

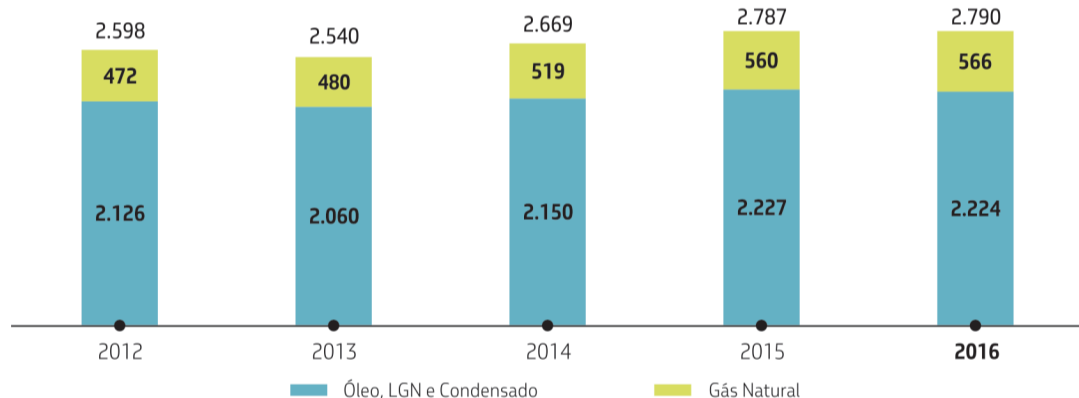
(bilhões de boe)



PRODUÇÃO

Gráfico 8: PRODUÇÃO DE ÓLEO, LGN, CONDENSADO E GÁS NATURAL

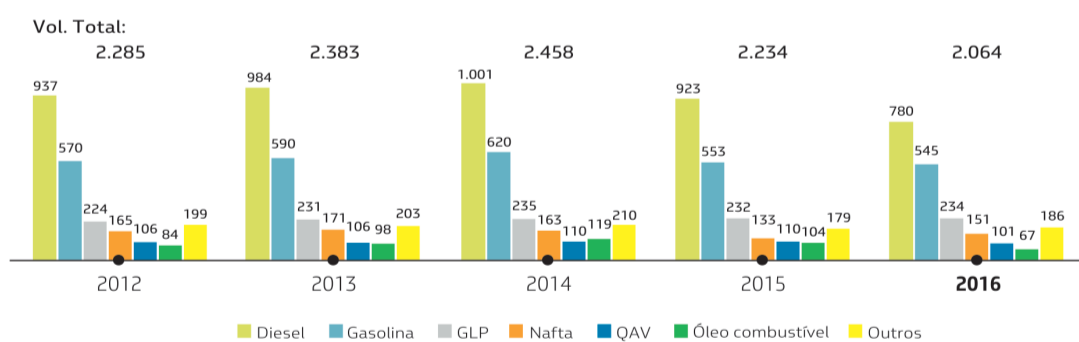
(mil boed)



VENDA DE DERIVADOS

Gráfico 9: VOLUME DE VENDA DE DERIVADOS NO MERCADO INTERNO, POR PRODUTO E TOTAL NO ANO

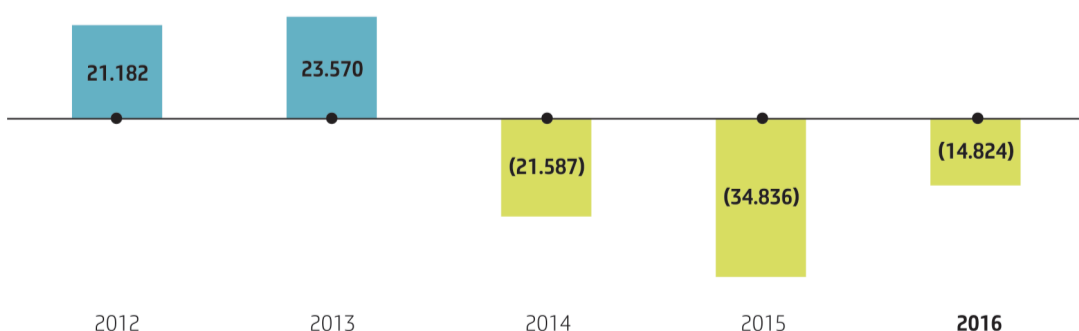
(mil barris/dia)



LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO CONSOLIDADO

Gráfico 10: LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO CONSOLIDADO

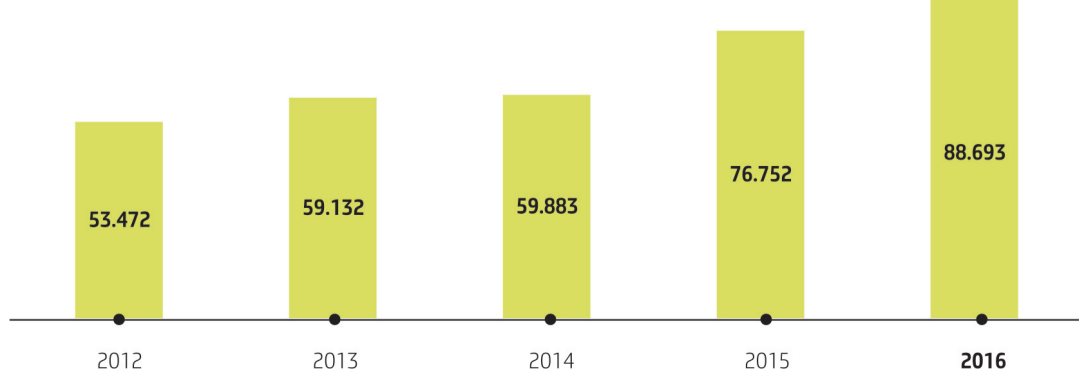
(R\$ milhões)



EBITDA AJUSTADO

Gráfico 11: EBITDA AJUSTADO

(R\$ milhões)

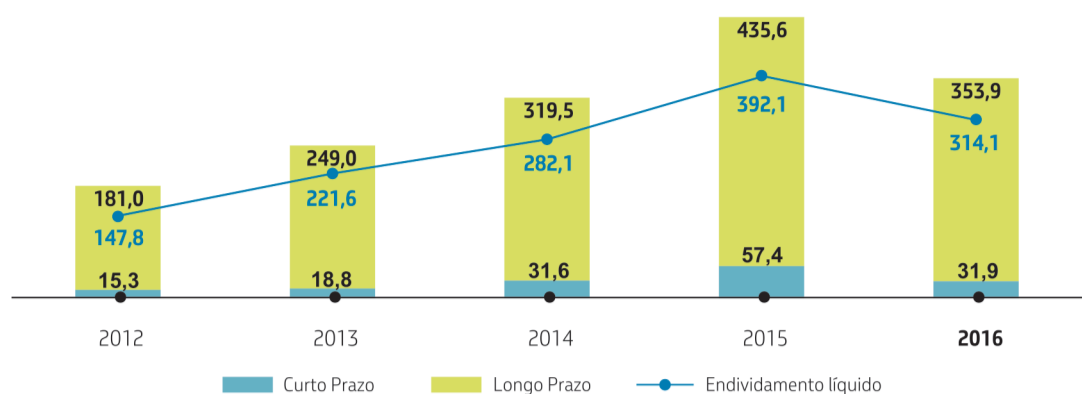


ENDIVIDAMENTO CONSOLIDADO

Gráfico 12:

ENDIVIDAMENTO CONSOLIDADO

(R\$ bilhões)



ESTRATÉGIA CORPORATIVA

O Plano Estratégico (PE) e o Plano de Negócios e Gestão 2017-2021 (PNG 2017-2021), aprovados pelo Conselho de Administração (CA) em setembro, foram elaborados de forma integrada e contaram com o envolvimento direto da alta administração e de demais executivos da companhia em todas as suas etapas.

PLANO ESTRATÉGICO

O Plano Estratégico atualiza a nossa visão, destacando cinco elementos que definem o que seremos, com base em nossos valores:

Nossa Visão

Uma empresa integrada de energia com foco em óleo e gás que evolui com a sociedade, gera alto valor e tem capacidade técnica única.

Nossos Valores



Os cinco elementos da visão desdobram-se em 21 estratégias. Essas estratégias foram detalhadas em iniciativas e metas, com acompanhamento sistemático, de forma a garantir disciplina na execução. Encontram-se descritas abaixo:

Cinco Elementos da Visão	21 Estratégias
Empresa integrada de energia	<ul style="list-style-type: none"> Reduzir o risco da Petrobras na atuação em Exploração e Produção, Refino, Transporte, Logística, Distribuição e Comercialização por meio de parcerias e desinvestimentos; Reestruturar os negócios de energia, consolidando os ativos termelétricos e demais negócios desse segmento, buscando alternativa que maximize o valor para a empresa; Rever o posicionamento do negócio de lubrificantes, objetivando maximizar a geração de valor para a Petrobras;
Foco em óleo e gás	<ul style="list-style-type: none"> Gerir o portfólio exploratório, visando maximizar a economicidade e garantir a sustentabilidade da produção de óleo e gás; Gerir, de forma integrada, o portfólio de projetos de Exploração e Produção; Otimizar o portfólio de negócios, saindo integralmente das atividades de produção de biocombustíveis, distribuição de gás liquefeito de petróleo (GLP), produção de fertilizantes e das participações em petroquímica, preservando competências tecnológicas em áreas com potencial de desenvolvimento; Maximizar a geração de valor da cadeia de gás, alinhado com a evolução regulatória, garantindo a monetização da produção própria, e adequando a participação na cadeia de gás natural como combustível de transição para o longo prazo;
Evolução com a sociedade	<ul style="list-style-type: none"> Fortalecer os controles internos e a governança, assegurando transparência e eficácia do sistema de prevenção e combate a desvios, sem prejuízo da agilidade da tomada de decisão; Resgatar a credibilidade e fortalecer a relação e a reputação da Petrobras junto a todos os públicos de interesse, incluindo os órgãos de controle e supervisão da empresa; Manter diálogo transparente, respeitoso e proativo com todos os públicos de interesse, com a utilização das melhores e mais modernas práticas de comunicação interna e externa; Alinhar as ações de responsabilidade social com os projetos da companhia;
Geração de valor	<ul style="list-style-type: none"> Fortalecer a gestão de reservatórios para maximizar o valor dos contratos de Exploração e Produção em todos os regimes regulatórios, em busca de oportunidades para contínua incorporação de reservas; Garantir disciplina do uso de capital e retorno aos acionistas em todos os projetos da Petrobras, com alta confiabilidade e previsibilidade na entrega; Maximizar continuamente a produtividade e a redução de custos, de acordo com as melhores práticas internacionais; Promover política de preços de mercado e maximização de margens na cadeia de valor; Atuar com ênfase em parcerias e desinvestimentos, como elementos-chave para a geração de valor; Promover gestão da nossa força de trabalho em ambiente de cultura participativa e de confiança mútua orientada para resultados que agreguem valor, com segurança, ética, responsabilidade, estímulo ao debate, meritocracia, simplicidade e conformidade; Gerir o processo de contratação de bens e serviços com foco em valor, alinhado a padrões e métricas internacionais, atendendo aos requisitos de conformidade, mantendo flexibilidade a cenários adversos e de volatilidade de demanda, e contribuindo para o desenvolvimento da cadeia como um todo;
Capacidade técnica	<ul style="list-style-type: none"> Garantir constante desenvolvimento de competências tecnológicas em áreas com potencial de desenvolvimento, fortalecendo o desempenho do negócio atual e abrindo opções para atuação competitiva em tecnologias de baixo carbono, energias renováveis e integração refino-petroquímica; Priorizar o desenvolvimento da produção em águas profundas, atuando prioritariamente em parcerias estratégicas, congregando competências técnicas e tecnológicas; Viabilizar a concepção e implantação de projetos com baixo preço de equilíbrio de petróleo, com segurança e atendimento aos requisitos ambientais.

PLANO DE NEGÓCIOS E GESTÃO 2017-2021

Integrado ao Plano Estratégico, o Plano de Negócios e Gestão 2017-2021 foi elaborado com base nos seguintes pilares:

Figura 1: Pilares do Plano de Negócios e Gestão 2017-2021

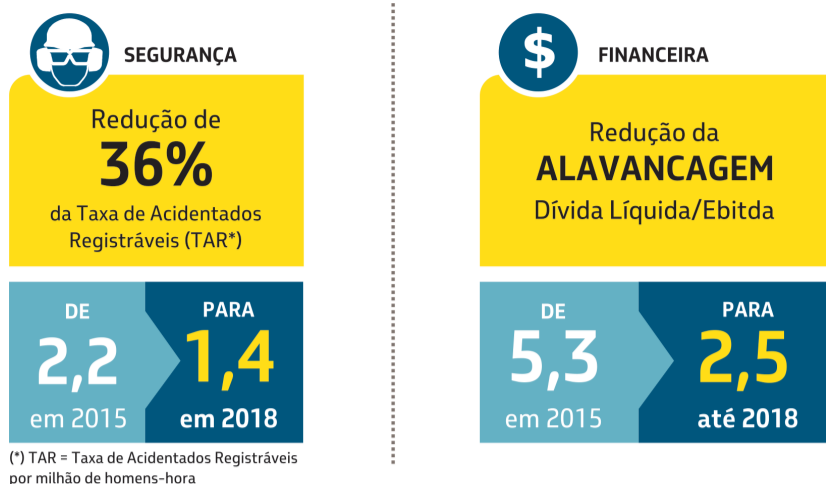


A palavra central é **evolução**, por meio da aceleração do resgate da saúde financeira da companhia e da melhoria dos indicadores de segurança. Para tanto, contamos com os seguintes pilares de oportunidades de geração de valor: preços competitivos, eficiência de Capex, eficiência de Opex e parcerias e desinvestimentos.

Envolvendo esses quatro pilares e esse processo de aceleração do resgate da companhia, estão: a **segurança**, o **sistema de gestão** e a **transformação cultural**.

O plano detalhou o planejamento operacional, com foco em segurança e planejamento financeiro para os próximos cinco anos, e definiu duas métricas principais, uma de segurança (reduzir a Taxa de Acidentados Registráveis – TAR) e outra financeira (reduzir a alavancagem – dívida líquida/Ebitda), as quais orientam a estratégia da empresa.

Figura 2: Principais Métricas do Plano de Negócios e Gestão 2017-2021



SEGURANÇA

Para atender a uma das principais métricas do PE-PNG, criamos o programa Compromisso com a Vida, que tem como objetivo principal a redução da Taxa de Acidentados Registráveis (TAR) para 1,4 em 2018, com base na disciplina operacional e na segurança de processo. O programa pretende aprimorar a consciência de segurança na companhia, o comprometimento da liderança, o treinamento contínuo focado no conhecimento dos riscos e dos processos, a avaliação da gestão e o sistema de consequências.

PLANEJAMENTO FINANCEIRO

Dentre as principais premissas consideradas no planejamento, destacam-se:

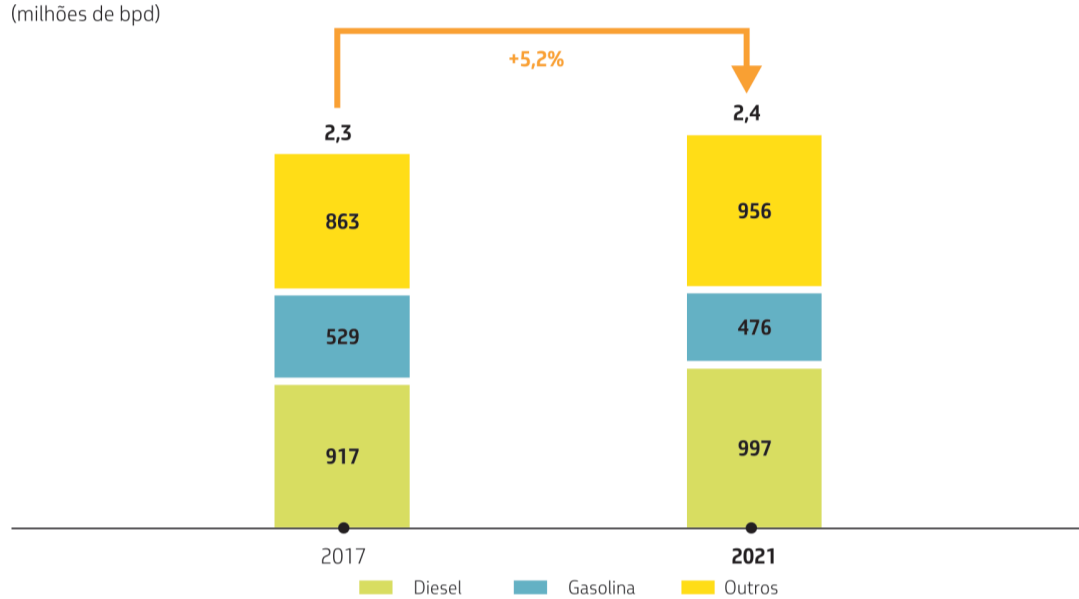
- preço médio do Brent e taxa média de câmbio, conforme a tabela a seguir;

Tabela 2: Projeção de Brent e Câmbio

		2017	2018	2019	2020	2021
Brent Ano-Base 2016	US\$ / bbl	48	56	68	71	71
Câmbio Nominal	R\$ / US\$	3,55	3,71	3,72	3,74	3,78

- crescimento do mercado brasileiro de derivados;

Gráfico 13:
MERCADO BRASILEIRO DE DERIVADOS
(milhões de bpd)



Para atender à métrica financeira dívida líquida/Ebitda de 2,5, até 2018, trabalharemos com quatro pilares, conforme está descrito abaixo:

PREÇOS COMPETITIVOS

Em outubro, aprovamos uma nova política de preços de gasolina e diesel praticados em nossas refinarias. As principais mudanças são as frequentes avaliações para revisão de preços, a serem realizadas pelo menos uma vez por mês, acompanhando as tendências do mercado internacional.

Fazem parte da nossa Política de Preços os seguintes princípios:

- preço de paridade internacional (PPI) como referência;
- margem para remuneração dos riscos inerentes à operação, tais como volatilidade da taxa de câmbio e das cotações internacionais, sobreestadias, entre outros;
- nível de participação no mercado;
- preços nunca abaixo da paridade internacional.

A avaliação sobre as necessidades de ajustes nos valores dos combustíveis nas refinarias é realizada por um comitê, denominado Grupo Executivo de Mercado e Preços, composto pelo presidente da empresa, pelo diretor executivo de Refino e Gás Natural pelo diretor executivo Financeiro e de Relacionamento com Investidores.

Desde a adoção da nova política, em outubro de 2016, foram realizadas seis revisões até fevereiro de 2017.

EFICIÊNCIA DE CAPEX E OPEX

Originalmente aprovado com investimentos de US\$ 74,1 bilhões para o período 2017-2021, o programa de investimentos do PNG 2017-2021 foi atualizado para US\$ 74,5 bilhões, em fevereiro de 2017, em função da realocação de recursos programados e não realizados no ano de 2016.

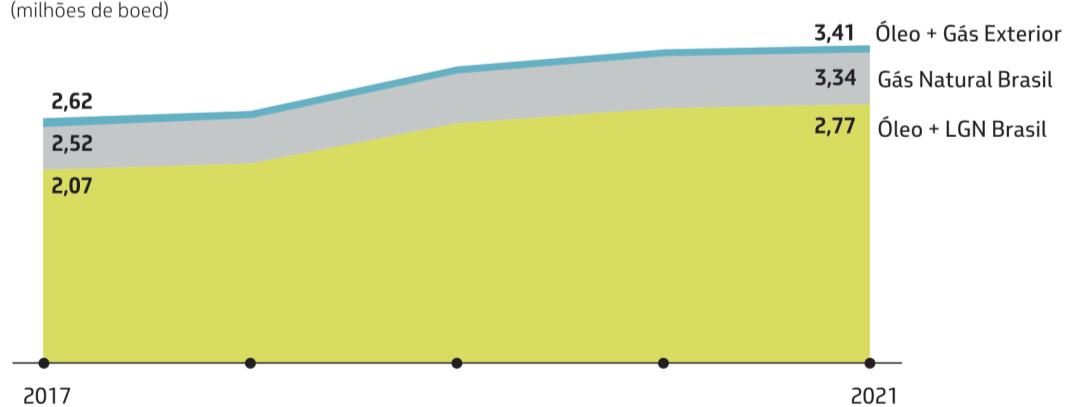
A carteira de investimentos do Plano de Negócios e Gestão 2017-2021 prioriza projetos de exploração e produção de petróleo no Brasil, com ênfase em águas profundas. Nas demais áreas de negócios, os investimentos destinam-se, basicamente, à manutenção das operações e a projetos relacionados ao escoamento da produção de petróleo e gás natural.

A maior parte dos investimentos está concentrada na área de Exploração e Produção, alocada, principalmente, para desenvolvimento da produção.

Na área de Refino e Gás Natural, os investimentos serão destinados à continuidade operacional dos ativos e a projetos relacionados ao escoamento da produção de óleo e gás.

A maior eficiência na aplicação dos recursos investidos possibilitará a redução do volume de investimentos, sem grande impacto nas metas de produção.

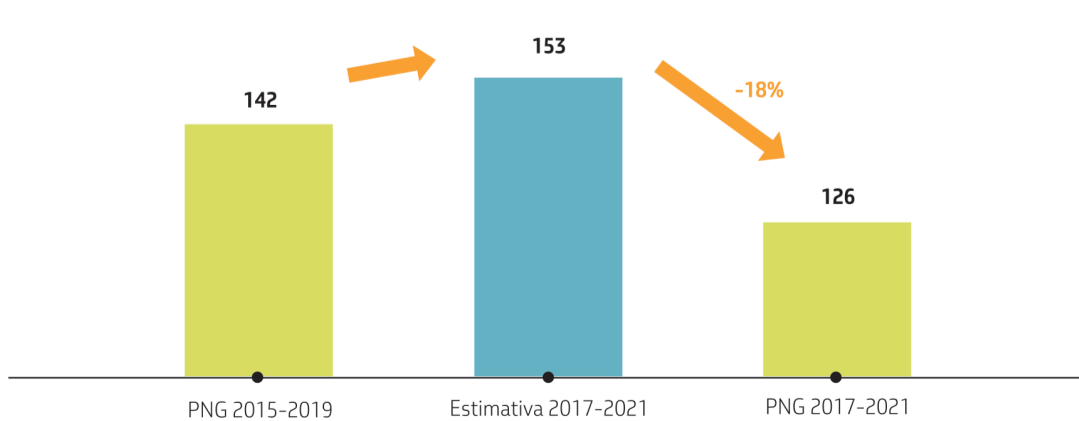
Gráfico 14:
PRODUÇÃO DE ÓLEO, LGN E GÁS
(milhões de boed)



O plano prevê a adoção de novas medidas para redução de custos (gastos operacionais gerenciáveis). Dentre essas ações, destaca-se a implantação de novas ferramentas de gestão, como o Orçamento Base Zero (OBZ).

Conforme observado no gráfico a seguir, a meta é reduzir os gastos operacionais gerenciáveis em 18%, em comparação com o valor estimado caso nenhuma iniciativa tivesse sido implementada.

Gráfico 15:
GASTOS OPERACIONAIS GERENCIÁVEIS



Essas iniciativas, associadas ao nosso Programa de Parcerias e Desinvestimentos e a uma geração operacional de caixa estimada em US\$ 158 bilhões, após dividendos, possibilitarão a realização de investimentos e a redução do nosso endividamento, sem necessidade de novas captações líquidas no horizonte do plano.

PARCERIAS E DESINVESTIMENTOS

Outra importante estratégia é a ampliação do nosso Programa de Parcerias e Desinvestimentos, disseminando a experiência de atuação em parcerias na área de Exploração e Produção para as demais áreas da companhia. O Programa de Parcerias e Desinvestimentos totalizou o valor de US\$ 13,6 bilhões no biênio 2015-2016. Estão previstos US\$ 21 bilhões para o biênio 2017-2018. Em 2015, 2016 e no início de 2017, concluímos as seguintes parcerias e desinvestimentos:

Tabela 3: Parcerias e Desinvestimentos Concluídos (em 2015, 2016 e início de 2017)

Data de Assinatura dos Contratos	Data de Fechamento da Transação	Transação	Valor da Transação* (US\$ bilhão)
31/03/2015	31/03/2015	Alienação de ativos na Bacia Austral, na província de Santa Cruz, na Argentina	0,1
23/10/2015	28/12/2015	Alienação de 49% da Petrobras Gás S.A. (Gaspetro)	0,5
13/05/2016	27/07/2016	Alienação da totalidade da participação de 67,19%, na Petrobras Argentina	0,9
29/07/2016	21/11/2016	Alienação da totalidade da participação de 66%, no bloco exploratório BM-5-8, na Bacia de Santos	2,5
17/10/2016	28/12/2016	Alienação de 100% das ações da Nansei Seikyu (NSS), localizada na ilha de Okinawa, no Japão	0,2
22/07/2016	04/01/2017	Alienação de 100% da Petrobras Chile Distribuição Ltda.	0,5
28/12/2016	03/02/2017	Alienação da totalidade da participação de 45,97% na Guarani S.A.	0,2
15/12/2016	23/02/2017	Recebimento de 24 milhões de novas ações ordinárias emitidas pela São Martinho S.A., como pagamento pela incorporação, pela São Martinho, da participação acionária de 49% detida pela Petrobras Biocombustíveis na Nova Fronteira Biocombustível S.A.	0,1**
Total			5,0

* Consideram valores recebidos e pagamentos futuros referentes à transação.

** Baseado no preço médio ponderado pelo volume de negociação das ações da São Martinho nos 30 dias anteriores à assinatura dos instrumentos contratuais da incorporação.

Adicionalmente, assinamos os instrumentos contratuais referentes às parcerias e aos desinvestimentos abaixo listados. A conclusão dessas transações está sujeita ao cumprimento de condições precedentes legais e contratuais.

Tabela 4: Parcerias e Desinvestimentos – Instrumentos Contratuais Assinados

Data de Assinatura dos Contratos	Transação	Valor da Transação*
23/09/2016	Alienação de 90% das ações da Nova Transportadora do Sudeste (NTS), carregadora de gás natural do Sudeste do Brasil	5,2
17/11/2016	Alienação de 100% das ações detidas pela Petrobras na Liqueficação Distribuidora S.A.	0,8**
28/12/2016	Alienação da totalidade das ações detidas pela Petrobras em suas subsidiárias integrais Companhia Petroquímica de Pernambuco (PetroquímicaSuape) e Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco (Citepe)	0,4
28/12/2016	Aliança Estratégica com a empresa francesa Total nos segmentos de <i>upstream</i> e <i>downstream</i> . Foram assinados (i) os estudos exploratórios conjuntos nas áreas exploratórias da Margem Equatorial, e na Bacia de Santos; e (ii) o acordo de parceria tecnológica nas áreas de petrofísica digital, processamento geológico e sistemas de produção submarinos. Além disso, os contratos previam a cessão de direitos de 22,5% da Petrobras para a Total na área da concessão denominada Lara; cessão de direitos de 35%, bem como a operação, na área da concessão do campo de Lapa, no Bloco BM-5-9, ficando a Petrobras com 10%; alienação de 50% de participação na Termobahia, incluindo as térmicas Rômulo de Almeida e Celso Furtado e a opção de aquisição pela Petrobras de 20% de participação no bloco 2 da área de Perdido Foldbelt, no setor mexicano do Golfo do México.	2,2
Total		8,6

* Consideram valores a receber no fechamento da transação e pagamentos posteriores.

** Considerando o câmbio de 31/12/2016.

As transações acima fazem parte do nosso Programa de Parcerias e Desinvestimentos, que totalizou o valor de US\$ 13,6 bilhões no biênio 2015-2016.

Em 07/12/2016, por meio de decisão cautelar, o Tribunal de Contas da União (TCU) determinou que nos abstivéssemos de "assinar contratos de vendas de ativos e empresas que estavam em curso naquela data, bem como de iniciar novos projetos de alienação", até que o referido Tribunal deliberasse a respeito do mérito do processo – aplicação da Sistemática para Desinvestimentos da Companhia ("Sistemática"). Foram excepcionados em tal decisão os projetos de: (i) venda de participação em ativos no Golfo do México norte-americano; (ii) cessão de direitos nos campos de Baúna e Tartaruga Verde; (iii) alienação da totalidade da participação de 45,97% na Guarani S.A.; (iv) alienação da totalidade das ações detidas pela Petrobras em suas subsidiárias integrais Companhia Petroquímica de Pernambuco (PetroquímicaSuape) e Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco (Citepe); e (v) a incorporação, pela São Martinho, da participação acionária de 49%, detida pela Petrobras Biocombustível, na Nova Fronteira Biocombustível S.A.

Revisamos a Sistemática para a implementação de aprimoramentos, os quais foram submetidos para avaliação do TCU. Assim, em 15/03/2017, o TCU determinou que, ante tais aprimoramentos efetuados à Sistemática, fossem reiniciados todos os projetos de desinvestimento em andamento. Especificamente em relação à venda de participação em ativos no Golfo do México norte-americano e à cessão de direitos nos campos de Baúna e Tartaruga Verde (que já haviam sido excepcionados na decisão cautelar de 07/12/2016), os respectivos processos competitivos poderão prosseguir da fase em que se encontram, com base na Sistemática revisada.

No âmbito do Poder Judiciário, por meio de decisões liminares proferidas em Ações Populares, encontram-se suspensos os procedimentos relativos aos seguintes projetos de desinvestimento:

- alienação de participação acionária da Petrobras Distribuidora;
- cessão dos direitos de concessões em campos terrestres localizados nos estados de Sergipe, Ceará, Rio Grande do Norte, Bahia e Espírito Santo; e
- cessão de direitos nas concessões dos campos de Baúna e Tartaruga Verde (que, por isto, apesar de ter sua conclusão autorizada pelo TCU, encontra-se suspenso).

Todas as decisões proferidas pelo Poder Judiciário até o momento, nos processos em curso, sejam favoráveis ou desfavoráveis à companhia, se basearam em análise preliminar (ou seja, não houve pronunciamento sobre o mérito da causa), de modo que, ao menos em tese, a atual situação de continuidade ou de suspensão dos projetos pode ser revertida por posterior decisão que venha a ser proferida, inclusive, pelas próprias instâncias que se manifestaram preliminarmente.

Por fim, em termos de parceria estratégica, além da aliança com a Total já mencionada acima, assinamos Memorandos de Entendimentos com as empresas Statoil e Galp, para consolidação de aliança estratégica nos segmentos de Exploração e Produção e Gás Natural.

Seguiremos em frente com nosso Programa de Parcerias e Desinvestimentos, que é considerado um dos principais pilares para alcance da meta de redução da alavancagem, focados na meta de parcerias e desinvestimentos estabelecida em nosso Plano Estratégico.

AMBIENTE EXTERNO, MERCADO DE PETRÓLEO E REGULAÇÃO

AMBIENTE EXTERNO

A economia mundial registrou dificuldades para a retomada de um crescimento mais consistente em 2016. Durante o ano, diversos eventos contribuíram para que o nível de incerteza no mercado internacional permanecesse elevado, os fluxos de capitais, significativamente voláteis, e o preço das *commodities* deprimido. Um aspecto particularmente marcante do ano de 2016, sinalizado pela eleição presidencial nos Estados Unidos e pelo referendo no Reino Unido para votar sua saída da União Europeia, é a possibilidade de reversão dos processos de globalização, com desdobramento de médio prazo nas dinâmicas econômica, geopolítica e social. Nesse sentido, o baixo crescimento das economias, o desemprego, a fragilidade social, bem como o fluxo migratório dos países do Oriente Médio, principalmente para a Europa, têm incentivado movimentos defensivos e contrários à maior integração mundial. Caso esses movimentos se acentuem, as perspectivas são de recuo do comércio internacional e de agravamento das tensões geopolíticas.

Em relação às economias desenvolvidas, o ano foi marcado pela desaceleração da economia dos EUA, de 2,6% para 1,6%, pela especulação relativa à trajetória da taxa de juros americana (FFR) e pelas eleições presidenciais nos Estados Unidos. A vitória de Donald Trump trouxe incertezas ao mercado internacional, assim como reforçou a possibilidade de reversão de importantes acordos internacionais. Nesse sentido, ressalta-se que o discurso de campanha do presidente eleito se opunha diretamente a acordos importantes, como o Acordo Transpacífico, o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (Nafta) e o acordo climático estabelecido, em Paris, na 21ª Convenção do Clima (COP 21). A Europa continuou tendo dificuldades para promover o crescimento da renda e do emprego em meio a políticas restritivas para desalavancagem do setor público. Além disso, não houve avanço em solucionar os desequilíbrios inter-regionais, em especial aqueles associados à heterogeneidade de competitividade e de produtividade dos países-membros da área do Euro. Outro ponto importante foi a vitória da proposta favorável à saída do Reino Unido da União Europeia no plebiscito ocorrido em junho. Mesmo a saída não sendo imediata, a decisão tem grande importância, não só econômica, como também no quadro mais geral de questionamento das políticas atuais do bloco. Foi a primeira vez que um país decidiu sair da União Europeia, fato que pode estimular movimentos de saída ou de reforma em outros países.

Nas economias emergentes, houve manutenção da taxa de crescimento em 4,1% a.a.¹. Entretanto, esse resultado agregado mascara uma grande dispersão na trajetória de crescimento desses países. Em geral, os países emergentes da Ásia mantiveram uma expansão bastante superior à dos demais. A Índia cresceu 6,6%² em 2016, beneficiada pela melhora dos termos de troca de seu comércio internacional. Na China, o crescimento econômico de 6,7%³ foi ligeiramente maior que a meta para o período 2016-2020.

Por outro lado, a desaceleração da América do Sul se contrapôs ao bom desempenho dos países da Ásia. As economias sul-americanas, ainda impactadas pelos efeitos negativos da expressiva queda dos preços das *commodities* ocorrida em 2014, registraram redução no nível de atividade em 2016. Apesar do quadro externo adverso, alguns países têm atravessado esse período com pequenas desacelerações, como é o caso do Chile, da Bolívia e da Colômbia. Em outros países, porém, há uma crise econômica mais aprofundada. Esse grupo é representado pela Venezuela principalmente e, em menor escala, pelo Brasil, pelo Equador e pela Argentina. Em relação à Argentina, vale destacar a mudança significativa da condução da política econômica, em função da eleição presidencial ocorrida em 2015, com implementação de medidas visando à melhora do ambiente de negócios, como a liberalização do câmbio e a redução de subsídios.

O fraco dinamismo da economia internacional e a manutenção do baixo patamar de preço das *commodities* impactaram diretamente a dinâmica da economia brasileira. Entretanto, as dificuldades domésticas são as que melhor explicam a queda de 3,6% do nível de atividade no país. O desempenho econômico, mais uma vez, foi fortemente influenciado pela retração da demanda doméstica, em particular do consumo e do investimento privado. A queda do primeiro explica-se, fundamentalmente, pelo elevado nível de endividamento das famílias e pela elevação do nível de desemprego, o qual, ao fim do ano, atingiu 13,02%. Já os investimentos seguiram em trajetória de queda, devido, principalmente, ao endividamento das empresas e à manutenção da ampla capacidade produtiva ociosa dos segmentos industriais. Além disso, o desempenho da atividade econômica acabou sendo influenciado negativamente pela forte instabilidade política, como o processo de *impeachment* da presidente da República do Brasil e outros eventos.

Do ponto de vista da política monetária, a retração econômica foi suficiente para que a variação do nível de preços se situasse abaixo do teto da meta estipulado pelo Banco Central (6,5%). Assim, a inflação acumulada em 2016, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), registrou variação de 6,29% ao ano. A expansão dos preços em 2016 ocorreu, principalmente, devido à alta nos preços dos alimentos. Com a manutenção de um ritmo mais significativo de elevação nos preços internos, o Banco Central manteve a taxa básica de juros no patamar de 14,25% a.a. ao longo de quase todo o ano, com reduções em outubro e novembro, fechando o ano em 13,75% a.a.

Além disso, o ano de 2016 viu um aprofundamento da crise fiscal brasileira. Os indicadores fiscais continuaram se deteriorando com o prosseguimento da recessão. O resultado primário, que havia sido deficitário em 1,9% do PIB em 2015, alcançou a marca de 2,5% de déficit em 2016, tendo como principal motivo a queda de arrecadação dos tributos ligados à atividade econômica. A arrecadação anual foi, em termos reais, cerca de 3% menor em 2016. A dívida bruta do governo geral cresceu de 66% do PIB para cerca de 70%.

Em relação à taxa de câmbio, a moeda nacional iniciou o ano em forte desvalorização, com cotação próxima a 4,00 BRL/USD durante os meses de janeiro e fevereiro. A partir daí, porém, a trajetória inverteu-se devido a fatores tanto externos, quanto domésticos. No plano internacional, a relativa recuperação dos preços das *commodities* fortaleceu as moedas dos grandes exportadores de matérias-primas, como o Brasil. Paralelamente, no âmbito doméstico, o início do processo de mudança no governo federal refletiu-se na queda da percepção do risco país, potencializando o movimento de valorização cambial. No segundo semestre, embora a taxa de câmbio tenha oscilado em um patamar abaixo de 3,30 BRL/USD, as especulações sobre a alteração da política monetária dos Estados Unidos mantiveram a incerteza sobre a trajetória do real. Dessa forma, a moeda nacional foi, por mais um ano, uma das mais voláteis do mundo, especialmente sensível à variação das *commodities* e das sinalizações do Banco Central norte-americano.

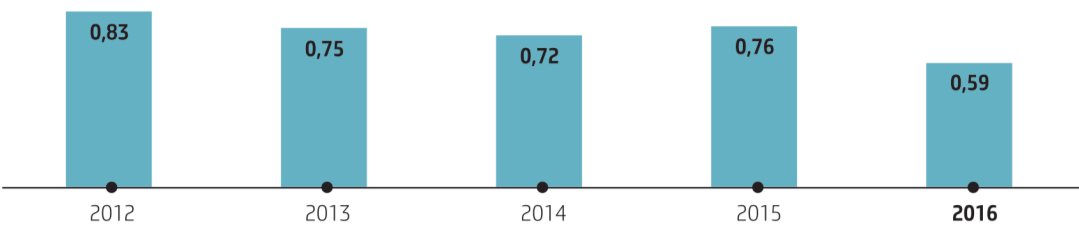
¹ FMI, atualização do World Economic Outlook, 16/01/2017.

² FMI, atualização do World Economic Outlook, 16/01/2017.

³ FMI, atualização do World Economic Outlook, 16/01/2017.

Gráfico 17:

TAXA DE FREQUÊNCIA DE ACIDENTADOS COM AFASTAMENTO (TFCA)



Apesar da busca pela melhoria contínua na gestão de SMS, registramos e lamentamos a ocorrência de três fatalidades no ano envolvendo nossos empregados e terceirizados.

Na área de Segurança de Processo, acompanhamos o indicador Número de Acidentes de Segurança de Processo Tier 1 (NASP1), o qual registra ocorrências de maior gravidade (Tier 1). O indicador NASP1 foi definido em conformidade com as melhores práticas da indústria, viabilizando a comparação do desempenho da Petrobras com o de seus pares. Os acidentes de segurança de processo se caracterizam pela perda de contenção primária de fluidos perigosos ou de energia em instalações de processo (por exemplo, derramamento de volume de um derivado de petróleo em uma unidade operacional motivado pela ruptura de uma tubulação). Embora raros, acidentes de segurança de processo de grande porte podem causar extensos impactos ambientais e danos às instalações industriais e à saúde de um grande número de pessoas.

Registramos, em 2016, 24 ocorrências de acidentes de processo (NASP1), 27 a menos do que em 2015. Investigamos todos os acidentes registrados para identificar suas causas básicas. Recomendamos ações preventivas e corretivas cuja implementação é monitorada. Nos casos de acidentes graves, divulgamos alertas para toda a companhia, de modo a possibilitar que as unidades avaliem a probabilidade de ocorrência de evento semelhante em suas próprias operações e decidam quanto à conveniência de adoção das medidas recomendadas.

Vazamento de Petróleo e Derivados

Os derramamentos de petróleo e derivados somaram 48,32 m³ em 2016, 34% a menos do que o volume registrado em 2015 e 78% abaixo do Limite de Alerta fixado pela companhia em 216,3 m³. O volume derramado em 2016 correspondeu a menos 7% em relação à média de vazamentos registrados por empresas internacionais no mesmo período.¹⁵

Constantemente, estamos aprimorando nossos padrões, procedimentos e planos de resposta a vazamentos, os quais são estruturados em níveis local, regional e corporativo. Para atuar de modo eficaz nesses tipos de emergência, dispomos de recursos distribuídos nos nossos 12 Centros de Defesa Ambiental (CDAs), em 12 bases avançadas e nos Centros de Resposta a Emergência da Transpetro, localizados em vários pontos do território nacional.

Somos associados à Oil Spill Response Limited, organização com atuação em escala global especializada em prover e complementar recursos para a resposta eficaz a vazamentos de petróleo. Em 2016, realizamos 13 exercícios simulados de âmbito regional, incluindo treinamentos de resposta a vazamentos.

MEIO AMBIENTE

Para aumentar a ecoeficiência de nossas operações, cada vez mais buscamos a utilização racional de água, energia e demais insumos e fazemos a gestão das emissões atmosféricas e da geração de resíduos e efluentes. Nosso objetivo é reduzir os impactos das atividades sobre o meio ambiente ao mínimo. Para isso, atuamos em diversas frentes.

Biodiversidade, Recursos Hídricos e Efluentes

Reutilizamos 24,8 milhões de m³ de água em 2016, volume 7% superior ao de 2015 e suficiente para abastecer uma cidade de 600 mil habitantes durante um ano. A economia resultante das ações de racionalização e de reúso contribuiu para garantir a segurança do abastecimento necessário às nossas operações. Aplicamos o Índice de Risco de Escassez Hídrica a um conjunto de unidades operacionais que respondem por cerca de 90% do total de água doce que captamos. O índice é uma ferramenta elaborada em parceria com a Coppe/UFRJ com o objetivo de identificar os riscos de escassez de água em nossas unidades. Os resultados nos fornecem subsídios para a priorização e a estruturação de ações visando à mitigação desses riscos.

Publicamos, pelo segundo ano, o Relatório Anual de Biodiversidade, consolidando informações sobre gestão de riscos e impactos à biodiversidade. Com base nessas informações, planejamos e desenvolvemos projetos para prevenção, mitigação, recuperação ambiental ou compensação desses impactos.

O relatório constitui, ainda, importante subsídio para a avaliação crítica do desempenho da companhia no tema, de forma a possibilitar o aprimoramento das estratégias de gestão vigentes.

Resíduos

Reciclamos, por reaproveitamento energético, 28% das 136 mil toneladas de resíduos sólidos perigosos dos processos industriais, quantidade 2% superior a 2015. Entre as ações de reúso e reciclagem com recuperação de hidrocarbonetos, destacam-se: 1) implantação de unidade de processo na Refinaria Alberto Pasqualini (Refap), o que possibilitou o reprocessamento de 10,5 mil m³ de correntes residuais oleosas com incorporação de sólidos no coque verde de petróleo e 2) destinação de 64 mil toneladas de correntes residuais oleosas para reprocessamento na Unidade de Industrialização do Xisto (SIX).

Também buscamos reduzir a destinação de resíduos gerados nas nossas atividades para os aterros, reciclando 90% dos papéis, 88% das madeiras, 96% das sucatas, 51% dos vidros e 81% dos plásticos.

Emissões Atmosféricas e Mudança do Clima

Nos últimos anos, reduzimos a intensidade de emissões de gases de efeito estufa (GEE) em nossos processos, por meio de diferentes iniciativas, com destaque para a modernização de instalações, a utilização de equipamentos mais eficientes, o aumento do aproveitamento de gás natural, a padronização de projetos e práticas operacionais e investimentos em pesquisa e tecnologia.

Nosso esforço relativo a programas e ações de otimização de processo e mitigação de emissões resultou em um total de aproximadamente 72 milhões t CO₂ eq evitadas no período de 2010 a 2015.

Em uma visão anual, em 2016, reduzimos as emissões absolutas de GEE em cerca de 15% em relação a 2015. Esse decréscimo é decorrente de fatores como a redução da geração de energia elétrica nas termelétricas e desinvestimentos em ativos. Em menor escala, variações operacionais também contribuíram para a redução das emissões, como a menor atividade de sondagens e operações de embarcações de apoio às atividades de Exploração e Produção e a redução de carga processada nas refinarias.

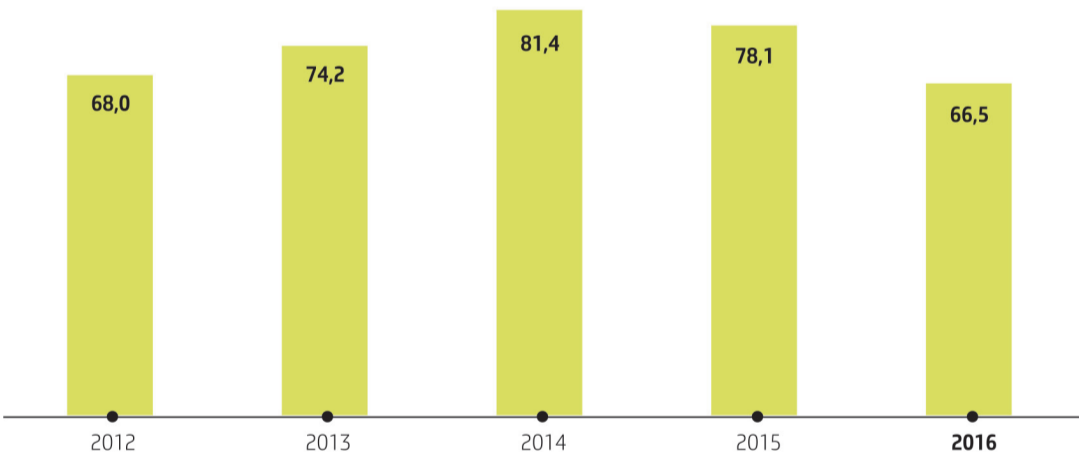
Os fatores citados também se refletem na redução das emissões dos poluentes regulados (NOx, CO, material particulado, SOx e hidrocarbonetos não metano).

O gráfico abaixo demonstra a evolução das emissões de GEE no período de 2012 a 2016¹⁶.

Gráfico 18:

EMIÇÃO DE GEE

(milhões de toneladas de CO₂ eq)



Em 2016, obtivemos a maior pontuação no CDP (anteriormente conhecido como *Carbon Disclosure Project*), desde que iniciamos nossa participação na organização, em 2006, recebendo o conceito A-, o qual representa liderança (*"leadership"*) em gestão e transparência.

SAÚDE

Além do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, realizamos iniciativas de prevenção e promoção da saúde em nível corporativo e nas unidades organizacionais, orientadas pelo monitoramento de indicadores de saúde e pela análise do perfil epidemiológico dos nossos empregados. Tais iniciativas incluem informações como a medida da pressão arterial, os níveis de colesterol, prática de atividade física, dentre outras.

Esses resultados são obtidos com base em dados coletados anualmente durante os exames ocupacionais associados às características e aos riscos das atividades dos empregados, os quais norteiam o planejamento de iniciativas voltadas para a promoção de saúde.

Acompanhamos, por meio do indicador Percentual de Tempo Perdido (PTP), a evolução do absenteísmo por acidentes e doenças, assim como suas principais causas, relacionadas ou não ao trabalho. Esse acompanhamento também influencia as nossas ações de saúde. Em 2016, o PTP foi de 2,47%, em linha com o Limite de Alerta de 2,40% estabelecido para o ano.

REESTRUTURAÇÃO ORGANIZACIONAL

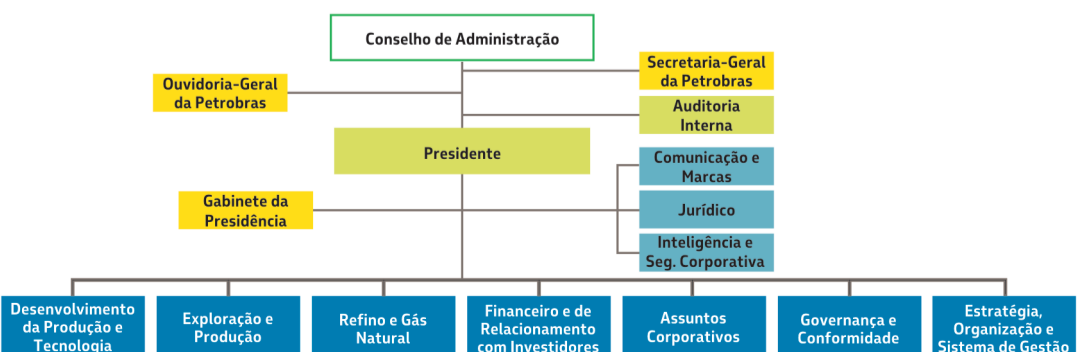
Em 2016, o Conselho de Administração aprovou a reestruturação organizacional da companhia, revendo modelos de governança e gestão organizacional, objetivando ganhos de escala, otimização de sinergias, priorização da rentabilidade dos negócios e disciplina de capital.

Dentre as mudanças ocorridas, destacam-se a fusão da área de Abastecimento com a de Gás e Energia e a centralização de atividades de natureza corporativa. As funções centralizadas, total ou parcialmente, foram: recursos humanos; suprimento de bens e serviços; segurança, meio ambiente e saúde; responsabilidade social; controladoria; governança; riscos empresariais; conformidade; estratégia e organização.

Outro destaque da reestruturação foi a criação da área de Estratégia, Organização e Sistema de Gestão, com a finalidade de reforçar atividades relacionadas aos Planos Estratégico, de Negócio e Gestão da Petrobras e seus desdobramentos na companhia, assegurando maior controle nos dispêndios e projetos de investimento.

Nossa estrutura organizacional é a seguinte:

Figura 6: Nossa Estrutura Organizacional



GOVERNANÇA CORPORATIVA

Nosso modelo de governança corporativa é formado por Assembleia Geral de Acionistas, Conselho Fiscal, Conselho de Administração (CA) e respectivos comitês, auditorias (interna e externa), Ouvidoria Geral e Diretoria Executiva (DE) e respectivos comitês.

Figura 7: Nosso Modelo de Governança Corporativa



Comitês do CA:
A. Estratégico
B. Financeiro
C. Auditoria
D. Segurança, Meio Ambiente e Saúde
E. Indicação, Remuneração e Sucesso
F. Minoritários

Comitês Técnicos Estatutários:
1. Desenvolvimento da Produção e Tecnologia
2. Exploração e Produção
3. Refino e Gás Natural
4. Financeiro e de Relacionamento com Investidores
5. Assuntos Corporativos
6. Governança e Conformidade
7. Estratégia, Organização e Sistema de Gestão
8. Investimento e Desinvestimento

Em 2015, iniciamos a revisão do nosso modelo de governança e gestão organizacional, com a definição da nova estrutura organizacional da companhia e a implementação de diversas melhorias. Formalizamos a criação de cinco Comitês Estatutários vinculados ao Conselho de Administração; concluímos a estruturação da nova área de Governança, Risco e Conformidade (GRC); revisamos os limites de competência do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva; aumentamos o nível de responsabilização de nossos gestores e passamos a priorizar decisões colegiadas em substituição às individuais, fortalecendo a transparência de nosso processo decisório.

Em 2016, demos continuidade ao processo de implementação de melhorias de governança corporativa. Os principais destaques foram:

- implantação dos Comitês Técnicos Estatutários:** comitês de assessoramento compostos por gerentes executivos com atribuições específicas de análise e recomendação em matérias de competência dos membros da Diretoria Executiva. Os integrantes estão sujeitos aos mesmos deveres e responsabilidades dos administradores, conforme o disposto no artigo 160 da Lei 6.404/76.
- implantação dos Comitês Executivos:** comitês multidisciplinares de natureza deliberativa e/ou consultiva que se destinam a propor e analisar matérias de competência da Diretoria Executiva e a emitir recomendações a respeito.
- instalação do Comitê de Auditoria Estatutário (CAE):** o Conselho de Administração aprovou a revisão do Regimento Interno do Comitê de Auditoria, possibilitando sua efetiva instalação como CAE, nos termos da Instrução CVM nº 308/99, alterada pela Instrução CVM nº 509/11. Dessa forma, as atribuições do CAE foram reforçadas, ampliando-se a transparência da atuação do comitê, por meio da publicação de relatório anual. (Para obter mais informações sobre o CAE, ver item "Comitê de Auditoria Estatutário" deste capítulo.)
- divulgação de instrumentos de governança corporativa:** disponibilização dos regimentos internos do Conselho Fiscal, do Conselho de Administração e dos respectivos comitês, bem como da Diretoria Executiva no *website* da companhia.
- revisão do Estatuto Social:** foram aprovadas, pela Assembleia Geral, três revisões do Estatuto Social que promoveram, dentre outras medidas: (i) alteração do prazo de mandato dos conselheiros e diretores executivos para dois anos, com limite de três reconduções consecutivas; (ii) exclusão da figura do membro suplente no Conselho de Administração; (iii) vedação à ocupação da função de presidente do Conselho de Administração e de presidente da companhia pela mesma pessoa; (iv) reporte do diretor executivo de Governança e Conformidade (DGC) ao Conselho de Administração, em atendimento às hipóteses previstas no art. 9º da Lei 13.303/16.
- avaliação do Conselho de Administração, dos comitês do Conselho e da Diretoria Executiva:** foi contratada empresa externa especializada para implantar e realizar avaliação de desempenho do Conselho de Administração e de seus comitês, assim como da Diretoria Executiva. Tal avaliação ainda se encontra em curso.
- indicação de diretores executivos e gerentes executivos:** incluímos, no Estatuto Social, como competência do Conselho de Administração, a aprovação da indicação dos diretores executivos e gerentes executivos da companhia. A escolha dos atuais membros da alta administração foi submetida à avaliação do então Comitê de Remuneração e Sucesso antes da aprovação pelo Conselho de Administração. Nessa avaliação, foram adotados critérios de integridade e de capacitação técnica e de gestão. Nos casos de seleção de executivos externos à companhia, utilizou-se empresa especializada.
- processo de sucessão da Diretoria Executiva, de membros da administração superior e de assistentes e assessores técnicos do CA:** estabeleceu critérios e procedimentos para: (i) a identificação e o desenvolvimento de potenciais sucessores para as funções de diretor executivo e membro da administração superior; (ii) a indicação e a seleção para a ocupação das posições de diretores executivos e membros da administração superior, assistentes e assessores técnicos do Conselho de Administração e respectivos comitês.
- atualização do Código de Boas Práticas:** atualmente, o nosso código é composto por Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e de Negociação de Valores Mobiliários; Política de Conformidade Corporativa da Petrobras; Política de Gestão de Riscos Empresariais da Petrobras; Política e Diretrizes da Função Ouvidoria do Sistema Petrobras; Política de Distribuição de Dividendos; Política de Indicação dos Membros do Conselho Fiscal, do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva da Petrobras; Política de Comunicação; e Política de Transações com Partes Relacionadas da Petrobras.
- Programa de Treinamento e Capacitação em Governança Corporativa:** disseminação de informações sobre temas relevantes de governança corporativa, visando a alcançar todos os empregados e administradores do Sistema Petrobras. Adicionalmente, aprovamos o novo modelo de treinamento de conselheiros e diretores executivos da Petrobras, sendo composto por um Programa de Introdução de Novos Administradores e um Programa de Treinamento Periódico para o ano de 2017.
- Política de Indicação dos Membros do Conselho Fiscal, Conselho de Administração e Diretoria Executiva da Petrobras:** estabelece requisitos mínimos e impedimentos para a indicação de membros do Conselho Fiscal, do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, bem como dos participantes externos dos Comitês de assessoramento do CA da Petrobras, cabendo ao Comitê Estatutário de Indicação, Remuneração e Sucesso realizar a verificação da conformidade desse processo à luz dos requisitos estabelecidos. Visando a atender ao disposto na legislação, criamos, em fevereiro de 2017, a Comissão de Elegibilidade, de caráter temporário, com atribuição para opinar, de modo a auxiliar os acionistas na indicação de administradores e conselheiros fiscais sobre o preenchimento dos requisitos e a ausência de vedações para as respectivas eleições, previstos na Lei nº 13.303/16, no Decreto 8.945/16 e em nosso Estatuto Social.
- Política de Transações com Partes Relacionadas da Petrobras:** reforça os princípios de conduta ética, comutatividade, equidade e transparência nas operações com as nossas partes relacionadas.
- Política de Distribuição de Dividendos:** é fundamentada nas disposições que constam do nosso Estatuto Social e na Lei 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações). Em setembro, o Conselho de Administração aprovou a Política de Distribuição de Dividendos da Petrobras, que busca garantir a perenidade e a sustentabilidade financeira de curto, médio e longo prazos da companhia, tendo como premissas a flexibilidade e a solidez financeira para a manutenção de seus negócios. Tal política está aderente à Lei 13.303/16.
- Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e de Negociação de Valores Mobiliários da Petrobras:** estabelece as regras e os procedimentos que deverão ser observados na divulgação de informações ao mercado que representem ato ou fato relevante e na negociação de valores mobiliários de emissão da companhia, visando a evitar o uso indevido de informações privilegiadas, assegurar o tratamento equitativo aos investidores e a regularidade e a transparência das negociações de valores mobiliários de emissão da Petrobras. A política prevê a instauração do Comitê Executivo de Divulgação, que tem a finalidade de acompanhar e aprimorar o processo de divulgação de informações da companhia ao mercado e foi implantado em julho de 2016, com realização de reuniões mensais.
- Política de Comunicação:** dispõe sobre a comunicação na companhia e corrobora o compromisso de um diálogo aberto e contínuo com todos os públicos de interesse, além de incluir orientações sobre porta-vozes.
- Comitê de Minoritários:** destinado à análise e à emissão de recomendações sobre transações com partes relacionadas envolvendo a Petrobras e a União, suas autarquias e fundações que estejam na alçada de aprovação do Conselho de Administração, especialmente no tocante ao processo de revisão do Contrato de Cessão Onerosa, a fim de conferir maior alinhamento às melhores práticas de governança corporativa, garantindo a transparência e a imparcialidade da operação para os acionistas minoritários.

COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Órgão de caráter permanente, composto por três a cinco membros escolhidos dentre os integrantes do Conselho de Administração. A maioria dos membros do comitê deverá atender a todos os critérios de independência estabelecidos nas regulamentações aplicáveis, inclusive aos previstos no artigo 22, §1º da Lei 13.303/16 e no artigo 31-C, §2º da Instrução CVM nº 308/99, alterada pela Instrução CVM nº 509/11, sendo certo que todos os membros do Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) deverão atender aos critérios de independência exigidos pela legislação norte-americana.

São atribuições desse comitê, dentre outras: (i) assessorar o Conselho de Administração na análise das demonstrações financeiras consolidadas anuais e trimestrais; (ii) receber, reter e processar denúncias sobre questões contábeis e financeiras, controles internos ou auditorias, sejam essas denúncias sigilosas ou não, internas ou externas à companhia, instituindo procedimentos internos relativos a tais matérias; (iii) e assessorar o Conselho de Administração no estabelecimento de políticas globais referentes à avaliação e ao gerenciamento de riscos.

Em 2016, foram realizadas 29 reuniões que contaram com a participação de gerentes executivos, auditores internos e independentes e, eventualmente, membros da Diretoria Executiva, membros dos demais comitês de assessoramento ao Conselho de Administração e membros do Conselho Fiscal.

Mais informações sobre o Comitê de Auditoria Estatutário podem ser encontradas em: <http://www.investidorpetrobras.com.br/pt/governanca-corporativa/orgaos-de-governanca/comites>.

GESTÃO DE RISCOS

Acreditamos que a gestão integrada e proativa de riscos é fundamental para a entrega de resultados de maneira segura e sustentável.

Adotamos uma abordagem abrangente da gestão de riscos que não se resume apenas à visão econômico-financeira tradicional dos riscos, mas incorpora, também, elementos de preservação da vida, da saúde, dos nossos direitos, processos, patrimônio, informações proprietárias e da nossa imagem e reputação. Nossa Política de Gestão de Riscos Empresariais tem como princípios fundamentais o respeito à vida em toda a sua diversidade, a atuação ética e em conformidade com requisitos legais e regulatórios, bem como o pleno alinhamento e coerência com o nosso Plano Estratégico, com a gestão integrada de riscos e com a orientação de ações de resposta a risco voltadas à agregação ou à preservação de valor para os acionistas.

No que se refere a autoridades e responsabilidades, nossa política de gestão de riscos aplica o conceito de três linhas de defesa. A primeira se relaciona aos gestores responsáveis pelos processos da companhia. Nesse sentido, cabe aos gestores das unidades operacionais ou de negócio identificarem os riscos e gerenciá-los de acordo com os limites estabelecidos corporativamente, inclusive comunicando, tempestivamente, os riscos identificados de responsabilidade alheia. A segunda linha de defesa, por sua vez, tem a responsabilidade de estabelecer as funções de gestão de riscos na primeira linha, bem como monitorar, de forma contínua, o funcionamento destas. Em nossa empresa, a segunda linha está presente, mas não limitada às equipes de gestão de riscos, conformidade, controles internos, segurança, meio ambiente e saúde, controladoria, jurídico, segurança empresarial e qualidade. Por fim, a terceira linha de defesa é exercida pela equipe de auditoria interna, que é responsável por avaliar de forma sistemática o processo de gestão de riscos e recomendar melhorias, provendo à alta administração e aos órgãos de governança avaliações com o maior nível de transparência e independência. Essa estrutura de governança foi desenhada de forma a possibilitar uma adequada segregação de funções entre os tomadores de riscos e os responsáveis pela definição dos limites a exposição e pelo seu monitoramento periódico.

Além de definir as autoridades, as responsabilidades e os princípios que norteiam as ações de gestão de riscos na Petrobras, a política serve como referência na identificação de riscos nas diversas atividades da empresa, já que explícita as categorias de riscos a que a empresa está exposta e as reúne em cinco principais agrupamentos, de acordo com as estratégias de tratamento: operacional, estratégico, de negócios, conformidade e financeiro.

Riscos Operacionais: entendemos que é possível trabalhar sem acidentes e é dever de todos cuidar da segurança, razão pela qual inserimos a meta compartilhada de segurança no sistema de avaliação de desempenho de todos gestores da empresa, incluindo o presidente e os diretores executivos.

Acreditamos, também, que a vida deve ser respeitada em toda sua diversidade e resguardada contra ameaças decorrentes de ações intencionais ou não. Isto naturalmente nos leva a priorizar a segurança e a confiabilidade de nossos processos e das nossas instalações como forma de proteger as pessoas e o meio ambiente. A gestão deste risco dá-se a partir de rígidos

¹⁵ Dados de volumes vazados extraídos de relatórios de sustentabilidade ou similares publicados por empresas selecionadas para comparação.
¹⁶ Gráfico de emissões: as emissões de CO₂ eq foram calculadas com base nos valores de Potencial de Aquecimento Global (em inglês: Global Warning Potential, GWP) do Quarto Relatório de Avaliação do IPCC (AR4). Nos relatórios de administração anteriores, tais emissões foram calculadas considerando os valores de GWP do Segundo Relatório de Avaliação do IPCC (SAR), logo podem ser observadas alterações nos dados de 2012 a 2015.

INFORMAÇÕES SOBRE A PRESTAÇÃO DE OUTROS SERVIÇOS QUE NÃO SEJAM DE AUDITORIA EXTERNA PELO AUDITOR INDEPENDENTE – CVM 381/2003

Nossos instrumentos de gestão empresarial são pautados em nossos Código de Ética e Código de Boas Práticas e nas Diretrizes de Governança Corporativa.

O artigo 30 do nosso Estatuto Social determina que os auditores independentes não poderão nos prestar serviços de consultoria durante a vigência do contrato de auditoria.

A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes prestou serviços técnicos especializados em auditoria contábil para os exercícios sociais de 2014 a 2016.

Durante o exercício de 2016, a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PWC) nos prestou os seguintes serviços, incluindo nossas subsidiárias e controladas:

Tabela 13: Serviços Prestados pela PWC

	R\$ mil
Auditoria Contábil	48.739
Auditoria SOX	4.984
Serviços Adicionais Relacionados à Auditoria	8.253
Auditoria Tributária	2.251
Total dos Serviços	64.227

Contratamos a KPMG Auditores Independentes (KPMG) para prestação de serviços de auditoria independente para os exercícios de 2017 a 2019, com possibilidade de renovação por mais dois anos.

ANÁLISE FINANCEIRA

Apresentamos a análise financeira sobre nossas demonstrações contábeis consolidadas, exceto quando indicado em contrário.

RESULTADOS CONSOLIDADOS**PRINCIPAIS ITENS E INDICADORES DA ANÁLISE FINANCEIRA**

	R\$ milhões		
	2016	2015	2016 x 2015 (%)
Receita de Vendas	282.589	321.638	(12)
Lucro Bruto	89.978	98.576	(9)
Lucro (Prejuízo) Operacional	17.111	(12.391)	238
Resultado Financeiro Líquido	(27.185)	(28.041)	3
Prejuízo – Acionistas Petrobras	(14.824)	(34.836)	57
Prejuízo por Ação	(1,14)	(2,67)	58
EBITDA Ajustado	88.693	76.752	16
Fluxo de Caixa Livre	41.572	15.889	162
Margem Bruta (%)	32	31	1
Margem Operacional (%)	6	(4)	10
Margem Líquida (%)	(5)	(11)	6
Dólar Médio de Venda (R\$)	3,48	3,34	4
Dólar Final de Venda (R\$)	3,26	3,90	(16)
Variação – Dólar Final de Venda (%)	(16,5)	47,0	(64)
Preço Derivados Básicos – Mercado Interno (R\$/bbl)	227,47	228,18	-
Brent (R\$/bbl)	150,89	172,66	(13)
Brent (US\$/bbl)	43,69	52,46	(17)
Preço de Venda – Brasil			
Petróleo (US\$/bbl)	39,36	42,16	(7)
Gás Natural (US\$/bbl)	31,29	36,24	(14)
Preço de Venda – Internacional			
Petróleo (US\$/bbl)	43,52	55,99	(22)
Gás Natural (US\$/bbl)	21,40	22,62	(5)

Lucro Bruto

O lucro bruto reduziu 9% em relação a 2015, atingindo R\$ 89.978 milhões, em função da queda de 8% nas vendas de derivados no mercado doméstico, principalmente diesel e óleo combustível, e da menor geração de energia elétrica. Também contribuíram para esse resultado o menor volume de gás natural comercializado no mercado interno, a queda nos preços das exportações de petróleo e derivados e o aumento da depreciação devido à redução das estimativas de reservas. Por outro lado, houve maiores margens de diesel e gasolina e menores gastos com importações e participações governamentais no Brasil.

Lucro Operacional

O lucro operacional atingiu R\$ 17.111 milhões, revertendo o prejuízo registrado em 2015. Esse resultado reflete o reconhecimento de *impairment* 57% inferior em comparação com 2015. Contribuíram também para o resultado operacional a revisão de abandono de áreas de petróleo e gás, ocorrida no 3T-2016, os ganhos apurados com vendas de ativos e menores gastos com devolução de campos. No entanto, o resultado foi afetado pelas maiores despesas com o novo PIDV, pela reclassificação de perdas com depreciação cambial (ajustes acumulados de conversão – CTA, em decorrência da venda da PESA) e pelos maiores gastos com ociosidade de sondas.

Resultado Financeiro

A despesa financeira líquida de R\$ 27.185 milhões foi inferior em R\$ 856 milhões devido ao menor impacto negativo das variações monetárias e cambiais. Já as despesas com juros aumentaram, em função da depreciação da cotação média do real frente ao dólar.

Resultado Líquido

A companhia apresentou prejuízo de R\$ 14.824 milhões em 2016, em função, principalmente, do *impairment* de ativos e de investimentos em coligadas no valor de R\$ 20.891 milhões.

EBITDA Ajustado

O Ebitda ajustado aumentou 16% em relação a 2015, somando R\$ 88.693 milhões, devido às maiores margens de diesel e gasolina e aos menores gastos com importações e participações governamentais. A margem Ebitda ajustado foi de 31% em 2016.

Fluxo de Caixa Livre (*)

A maior geração operacional e a redução dos investimentos resultaram no fluxo de caixa livre positivo de R\$ 41.572 milhões, 2,6 vezes superior ao registrado em 2015. O maior fluxo de caixa livre e os desinvestimentos realizados, com entrada de caixa no valor de R\$ 7.231 milhões, contribuíram para a desalavancagem da companhia.

RECONCILIAÇÃO DO EBITDA AJUSTADO

	R\$ milhões		
	2016	2015	2016 x 2015 (%)
Prejuízo do Exercício	(13.045)	(35.171)	63
Resultado Financeiro Líquido	27.185	28.041	(3)
Imposto de Renda e Contribuição Social	2.342	(6.058)	139
Depreciação, Depleção e Amortização	48.543	38.574	26
EBITDA	65.025	25.386	156
Resultado de Participações em Investimentos	629	797	(21)
<i>Impairment</i>	20.297	47.676	(57)
Realização de Ajustes Acumulados de Conversão – CTA	3.693	-	-
Resultado com Alienações/Baixas de Ativos	(951)	2.893	(133)
EBITDA Ajustado	88.693	76.752	16

O EBITDA é um indicador calculado como sendo o lucro líquido do período acrescido dos tributos sobre o lucro, resultado financeiro líquido, depreciação e amortização. Divulgamos o EBITDA, conforme faculta a Instrução CVM nº 527 de 4 de outubro de 2012, ajustado por itens como: resultado da participação em investimentos e *impairment* de ativos.

A partir de 2016, revisamos a apresentação do EBITDA ajustado para refletir melhor a visão dos Administradores quanto à formação do resultado das atividades correntes da companhia, considerando, também como ajustes os efeitos cambiais acumulados de conversão (CTA), reclassificados para resultado e o resultado com alienação e baixa de ativos. Os valores de períodos anteriores estão sendo reapresentados para fins de comparabilidade.

O EBITDA ajustado não está previsto nas normas internacionais de contabilidade – IFRS. Além disso, o EBITDA ajustado não deve ser base de comparação com o divulgado por outras empresas e não deve ser considerado como substituto a qualquer outra medida calculada de acordo com o IFRS. A administração apresenta o EBITDA ajustado como uma informação adicional sobre rentabilidade e deve ser considerado em conjunto com outras medidas e indicadores de desempenho para um melhor entendimento sobre o desempenho da companhia.

VOLUME DE VENDAS**VOLUME DE VENDAS - mil barris/dia**

	2016	2015	2016 x 2015 (%)
Diesel	780	923	(15)
Gasolina	545	553	(1)
Óleo Combustível	67	104	(36)
Nafta	151	133	14
GLP – Gás Liquefeito de Petróleo	234	232	1
QAV – Querosene de Aviação	101	110	(8)
Outros	186	179	4
Total de Derivados	2.064	2.234	(8)
Alcoóis, Nitrogenados, Renováveis e Outros	112	123	(9)
Gás Natural	333	432	(23)
Total Mercado Interno	2.509	2.789	(10)
Exportação	554	510	9
Vendas Internacionais	418	546	(23)
Total Mercado Externo	972	1.056	(8)
Total Geral	3.481	3.845	(9)

O volume de vendas no mercado interno foi 10% inferior, destacando-se os seguintes produtos:

- diesel: i) menor consumo, refletindo a retração na atividade econômica no período; ii) aumento das vendas por importadores; e iii) menores vendas para geração termelétrica.
- óleo combustível: i) menores vendas para térmicas devido à menor atividade econômica que afetou a demanda por energia, à maior oferta de energia através de eólicas e à melhora dos reservatórios no país; e ii) forte redução na produção industrial.
- nafta: o maior volume de vendas decorre da assinatura, em dezembro de 2015, de novo contrato de longo prazo para fornecimento à Braskem, que manteve o volume de fornecimento do último acordo encerrado em 2014. Durante 2015, houve redução da quantidade contratada, com consequente aumento das importações realizadas diretamente pela Braskem.
- gás natural: redução da demanda do setor termelétrico.

As exportações foram 9% superiores devido ao crescimento da produção doméstica de óleo e à retração da demanda no mercado interno.

As vendas internacionais foram 23% inferiores em razão da venda dos ativos da PESA, na Argentina.

RESULTADO POR ÁREA DE NEGÓCIO

Somos uma companhia que opera de forma integrada, sendo a maior parte da produção de petróleo e gás natural transferida da área de Exploração e Produção para outras áreas de negócio da companhia. Na apuração dos resultados por área de negócio, são consideradas as transações realizadas com terceiros e entre empresas do Sistema Petrobras, além das transferências entre áreas de negócio valoradas por preços internos definidos através de metodologias fundamentadas em parâmetros de mercado.

Em 28 de abril de 2016, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou os ajustes estatutários de acordo com a nova estrutura organizacional da companhia e seu novo modelo de gestão e governança, com o objetivo de alinhar a organização à nova realidade do setor de óleo e gás e priorizar a rentabilidade e disciplina de capital. Em 31 de dezembro de 2016, a apresentação de informações segmentadas reflete a estrutura de avaliação da alta administração em relação aos desempenhos e alocação de recursos dos negócios.

	R\$ milhões		
	2016	2015	2016 x 2015 (%)
LUCRO BRUTO			
Exploração e Produção	29.847	34.190	(13)
Abastecimento	49.495	46.017	8
Gás & Energia	8.980	8.695	3
Distribuição	7.538	8.407	(10)
Biocombustível	(80)	(77)	4
LUCRO OPERACIONAL			
Exploração e Produção	6.761	(17.938)	138
Abastecimento	31.119	25.438	22
Gás & Energia	4.086	817	400
Distribuição	292	(1.249)	123
Biocombustível	(292)	(423)	(31)

Exploração e Produção

O menor lucro bruto deve-se ao aumento da depreciação decorrente da redução de reservas ocorrida em 2015, sendo mais relevante na composição dos custos do segmento que as reduções do *lifting cost* e das participações governamentais.

A redução do lucro bruto no exterior decorre principalmente da venda da PESA, na Argentina, em julho/2016.

O lucro operacional reverteu o prejuízo apurado em 2015 em função da redução das despesas com *impairment*.

No exterior, houve redução do prejuízo operacional devido às menores despesas com *impairment* e com gastos exploratórios nos Estados Unidos.

Abastecimento

O aumento do lucro bruto deve-se aos seguintes fatores: i) menor custo com aquisição/transfência de petróleo em consequência da redução da cotação do *Brent*; ii) maior proporção de óleo nacional na carga processada; e iii) menor participação de derivados importados no *mix* das vendas, principalmente diesel. Por outro lado, houve redução do preço da cesta de petróleo exportado e das vendas no mercado interno, assim como aumento da colocação de diesel e gasolina por terceiros. O aumento do lucro operacional decorre do maior lucro bruto associado a menores despesas operacionais, principalmente tributárias, em função da adesão ao Refis, e das contingências judiciais, ambos ocorridos em 2015. Esses fatores foram parcialmente compensados por maior despesa com *impairment*.

Gás e Energia

O maior lucro bruto decorreu da redução dos custos de aquisição, principalmente em função dos menores volumes importados de gás natural e GNL. Por outro lado, houve redução nas vendas de gás natural e menor receita de geração de energia elétrica, devido à melhora do quadro hidrológico do país.

O aumento do lucro operacional decorreu de menores despesas tributárias e com *impairment* e de receitas com multas contratuais aplicadas, apesar da maior provisão de perdas com recebíveis do setor elétrico em 2016.

Distribuição

O decréscimo no lucro bruto refletiu o menor volume de vendas em função, principalmente, do menor nível de atividade econômica no Brasil.

O lucro operacional, ante o prejuízo no ano anterior, refletiu a redução na provisão de perdas com recebíveis do setor elétrico, apesar do menor lucro bruto e da provisão dos gastos com o novo PIDV da Petrobras Distribuidora.

IMPAIRMENT

A companhia reconheceu perdas na recuperabilidade de ativos de R\$ 20.297 milhões no exercício de 2016, principalmente em:

- campos de produção de óleo e gás no Brasil (R\$ 7.381 milhões), relacionadas, predominantemente, aos campos de Polo Norte, Polo Ceará Mar, Guaricema, Bijupirá e Salema, Dourado, Maromba, Trilha, Papa-Terra, Pampo, Frade, Polo Urugua, Badejo, Bicudo, Riachuelo, Fazenda Bálamo e Polo Água Grande, devido à apreciação do real frente ao dólar norte-americano, à revisão de premissas de preço, à revisão anual da provisão para desmantelamento de áreas, bem como ao aumento da taxa de desconto decorrente, principalmente, do maior prêmio de risco para o Brasil. Adicionalmente, há uma reversão da provisão do Polo Centro Sul, devido ao replanejamento das operações de campos previsto no Plano de Negócios e Gestão PNG 2017 – 2021;
- Complexo Petroquímico Suape (R\$ 3.445 milhões), dos quais: i) R\$ 2.011 milhões, em setembro de 2016, pela redução das projeções de mercado e apreciação do real frente ao dólar norte-americano; e ii) R\$ 1.434 milhões, em dezembro de 2016, ocasionada pela diferença entre o valor da venda e o valor contábil dos investimentos ajustados pelo valor da dívida financeira a ser liquidada;
- equipamentos vinculados à atividade de produção de óleo e gás e perfuração de poços no Brasil (R\$ 2.772 milhões), essencialmente em função de incertezas sobre a continuidade da construção dos cascos dos FPSOs P-71, P-72 e P-73, no montante de R\$ 1.925, referente ao saldo destes ativos;
- segundo trem da Refinaria Abreu e Lima (R\$ 2.531 milhões), essencialmente pelo aumento da taxa de desconto e postergação da expectativa de entrada de caixa do projeto para 2023, considerando a conclusão da obra com recursos próprios prevista no Plano de Negócios e Gestão PNG 2017 – 2021; e
- Comperj (R\$ 1.315 milhões), pela reavaliação do projeto no segundo trimestre de 2016, que manteve suas unidades postergadas até dezembro de 2020 (Trem 1), com esforços em busca de parceiros para dar continuidade aos investimentos. As utilidades do Trem 1 da refinaria que também atenderão à Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN) permanecem em andamento, pois fazem parte da infraestrutura necessária para o escoamento e processamento do gás natural do Polo Pré-Sal da Bacia de Santos.

LIQUIDEZ E RECURSOS DE CAPITAL

	R\$ milhões	
	2016	2015
Disponibilidades Ajustadas (*) no Início do Período	100.887	68.946
Títulos públicos federais e <i>time deposits</i> acima de 3 meses no início do período	(3.042)	(24.707)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	97.845	44.239
Recursos gerados pelas atividades operacionais	89.709	86.670
Recursos utilizados em atividades de investimento	(40.064)	(44.152)
Investimentos em área de negócios	(48.137)	(70.781)
Recebimentos pela venda de ativos (desinvestimentos)	7.231	658
Investimentos em títulos e valores mobiliários	842	25.971
(=) Fluxo de Caixa Líquido	49.645	42.518
Financiamentos líquidos	(66.609)	(14.434)
Captações	64.786	56.158
Amortizações de principal e juros	(131.395)	(70.592)
Dividendos pagos a acionistas	(239)	(263)
Participação de acionistas não controladores	122	243
Recebimento pela venda de participação, sem perda de controle	-	1.934
Efeito de variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	(11.656)	23.608
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	69.108	97.845
Títulos públicos federais e <i>time deposits</i> acima de 3 meses no fim do período	2.556	3.042
Disponibilidades Ajustadas no Fim do Período (*)	71.664	100.887
Reconciliação do Fluxo de Caixa Livre		
Recursos gerados pelas atividades operacionais	89.709	86.670
Investimentos em área de negócios	(48.137)	(70.781)
Fluxo de Caixa Livre	41.572	15.889

(*) Somatório de disponibilidades e investimentos em títulos governamentais e aplicações financeiras no exterior em *time deposits* de instituições financeiras de primeira linha com vencimentos superiores a três meses a partir da data de aplicação, considerando a expectativa de realização desses investimentos no curto prazo. A medida disponibilidades ajustadas não está prevista nas normas internacionais de Contabilidade, não devendo ser considerada isoladamente ou em substituição ao caixa e equivalentes de caixa apurados em IFRS. Além disso, não deve ser base de comparação com a de outras empresas; contudo, a Administração acredita que é uma informação suplementar que ajuda os investidores a avaliarem a liquidez e auxilia a gestão da alavancagem.

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de caixa e equivalentes de caixa foram de R\$ 69.108 milhões e as disponibilidades ajustadas totalizaram R\$ 71.664 milhões. As principais aplicações de recursos em 2016 foram destinadas ao cumprimento do serviço da dívida no período e financiamento dos investimentos nas áreas de negócio. Esses recursos foram parcialmente proporcionados por uma geração de caixa operacional de R\$ 89.709 milhões e captações de R\$ 64.786 milhões. O saldo de disponibilidades ajustadas foi impactado negativamente em 2016 pelo efeito da variação do câmbio sobre as aplicações no exterior.

A geração operacional de caixa de R\$ 89.709 milhões foi principalmente motivada pelas maiores margens de diesel e gasolina, redução dos gastos com participações governamentais no Brasil e com importações de petróleo, derivados e gás natural, além da maior participação do petróleo nacional na carga processada. Esses efeitos foram compensados parcialmente pelos menores preços das exportações de petróleo e derivados, bem como pelo recuo no volume de vendas no Brasil em função da retração da atividade econômica.

Os investimentos nos negócios da companhia foram de R\$ 48.137 milhões em 2016, um recuo de 32% em relação ao mesmo período do ano anterior, sendo 85% dos investimentos na área de exploração e produção. Essa redução não causa impacto nas perspectivas de produção de petróleo e gás natural.

O fluxo de caixa livre foi positivo em R\$ 41.572 milhões em 2016, sendo 2,6 vezes maior que o mesmo período do ano anterior.

Em 2016, a companhia captou R\$ 64.786 milhões, utilizando as fontes tradicionais de financiamento (Export Credit Agencies – ECAs, mercado bancário, mercado de capitais e bancos de desenvolvimento) para obter os recursos necessários para a rolagem da dívida e financiamento dos investimentos. Destaque para a oferta de títulos no mercado de capitais internacional (*Global Notes*) no valor de US\$ 9,75 bilhões e com vencimentos de cinco e dez anos para recompra de títulos (*tender offer*) no valor de US\$ 9,3 bilhões. Além disso, a companhia pré-pagou operações de dívidas com o BNDES que totalizaram US\$ 6,75 bilhões.

Adicionalmente, foi realizada operação de *sale and leaseback* com o Industrial and Commercial Bank of China (ICBC) no valor de US\$ 1 bilhão, e concretizado o financiamento com o China Development Bank (CDB) no valor de US\$ 5 bilhões.

As amortizações de principal e juros somaram R\$ 131.395 milhões em 2016 e o fluxo nominal (visão caixa) de principal e juros dos financiamentos, por vencimento, é apresentado a seguir:

	R\$ milhões							
Vencimento	2017	2018	2019	2020	2021	2022 em diante	31.12.2016	31.12.2015
Principal	28.711	36.929	68.765	53.735	61.606	140.481	390.227	497.289
Juros	23.353	21.749	19.123	14.739	10.456	100.932	190.352	230.531
Total	52.064	58.678	87.888	68.474	72.062	241.413	580.579	727.820

(*) Fluxo de caixa livre – Recursos gerados pelas atividades operacionais subtraídos dos investimentos em áreas de negócio. A medida fluxo de caixa livre não está prevista nas normas internacionais de Contabilidade, não devendo ser considerada isoladamente ou em substituição ao caixa e equivalente de caixa apurados em IFRS. Além disso, não deve ser base de comparação com o de outras empresas; contudo, a Administração acredita que é uma informação suplementar que ajuda os investidores a avaliarem a liquidez e auxilia a gestão da alavancagem.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
(Em 31 de dezembro de 2016 e 2015)

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

ATIVO	Nota	Consolidado		Controladora	
		2016	2015	2016	2015
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	69.108	97.845	6.267	16.553
Títulos e valores mobiliários	7	2.556	3.047	2.487	2.982
Contas a receber, líquidas	8	15.543	21.685	31.073	27.701
Estoques	9	27.622	29.057	23.500	24.015
Imposto de renda e contribuição social	21.1	1.961	3.839	786	1.520
Impostos e contribuições	21.1	6.192	6.893	5.064	4.986
Adiantamento a fornecedores		540	421	361	208
Outros ativos		3.716	5.225	3.466	2.979
		127.238	168.012	73.004	80.944
Ativos classificados como mantidos para venda	10.3	18.669	595	8.260	535
		145.907	168.607	81.264	81.479
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Contas a receber, líquidas	8	14.832	15.301	10.262	7.335
Títulos e valores mobiliários	7	293	342	286	260
Depósitos judiciais	30.2	13.032	9.758	11.735	8.590
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21.6	14.038	23.490	4.873	15.156
Impostos e contribuições	21.1	10.236	11.017	9.326	9.485
Adiantamento a fornecedores		3.742	6.395	510	1.017
Outros ativos		10.378	9.550	9.106	8.216
		66.551	75.853	46.098	50.059
Investimentos	11	9.948	13.772	121.191	115.536
Imobilizado	12	571.876	629.831	424.771	442.439
Intangível	13	10.663	12.072	8.764	9.133
		659.038	731.528	600.824	617.167
		804.945	900.135	682.088	698.646

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2016	2015	2016	2015
Receita de vendas	24	282.589	321.638	223.067	251.023
Custo dos produtos e serviços vendidos		(192.611)	(223.062)	(153.725)	(174.717)
Lucro bruto		89.978	98.576	69.342	76.306

Receitas (despesas)					
Vendas		(13.825)	(15.893)	(17.023)	(15.130)
Gerais e administrativas		(11.482)	(11.031)	(8.242)	(7.561)
Custos exploratórios para extração de petróleo e gás	15	(6.056)	(6.467)	(5.533)	(5.261)
Custos com pesquisa e desenvolvimento tecnológico		(1.826)	(2.024)	(1.823)	(2.011)
Tributárias		(2.456)	(9.238)	(1.305)	(7.730)
Perda no valor de recuperação de ativos - <i>Impairment</i>	14	(20.297)	(47.676)	(11.119)	(33.468)
Outras despesas líquidas	25	(16.925)	(18.638)	(9.707)	(17.547)
		(72.867)	(110.967)	(54.752)	(88.708)

Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro, participações e impostos		17.111	(12.391)	14.590	(12.402)
Resultado financeiro líquido	27	(27.185)	(28.041)	(25.704)	(26.187)
Receitas financeiras		3.638	4.867	2.418	3.303
Despesas financeiras		(24.176)	(21.545)	(18.967)	(18.951)
Variações monetárias e cambiais, líquidas		(6.647)	(11.363)	(9.155)	(10.539)
Resultado de participações em investidas	11	(629)	(797)	(4.576)	(4.294)
Prejuízo antes dos impostos		(10.703)	(41.229)	(15.690)	(42.883)
Imposto de renda e contribuição social	21.7	(2.342)	6.058	866	8.047
Prejuízo do exercício		(13.045)	(35.171)	(14.824)	(34.836)
Atribuível aos:					
Acionistas da Petrobras		(14.824)	(34.836)	(14.824)	(34.836)
Acionistas não controladores		1.779	(335)	-	-
Prejuízo do exercício		(13.045)	(35.171)	(14.824)	(34.836)
Prejuízo básico e diluído por ação ON e PN (em R\$)	23.6	(1,14)	(2,67)	(1,14)	(2,67)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Outros resultados abrangentes						Reservas de lucros					Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido consolidado
	Capital subscrito e integralizado	Transações de capital	Ajuste acumulado de conversão	Perdas atuariais com planos de benefícios definidos	Hedge de fluxo de caixa de exportação	Outros resultados abrangentes e custo atribuído	Legal	Estatu-tária	Incentivos fiscais	Retenção de lucros	Lucros acumulados			
	205.432	(430)	9.959	(14.545)	(17.601)	(1.189)	16.524	4.503	1.393	104.802	-	308.848	1.874	310.722
Saldo em 1º de janeiro de 2015	205.432	(430)	-	-	-	(23.376)	-	-	-	127.222	-	308.848	1.874	310.722
Realização de custo atribuído	-	-	-	-	-	(10)	-	-	-	10	-	-	-	-
Mudança de participação em controladas	-	667	-	-	-	-	-	-	-	-	667	1.161	1.828	
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(34.836)	(34.836)	(335)	(35.171)	
Outros resultados abrangentes	-	-	23.826	(255)	(40.690)	(2.829)	-	-	-	-	(19.948)	719	(19.229)	
Destinações:														
Absorção do prejuízo com reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	(34.826)	34.826	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(220)	(220)	
Saldos em 31 de dezembro de 2015	205.432	237	33.785	(14.800)	(58.291)	(4.028)	16.524	4.503	1.393	69.976	-	254.731	3.199	257.930
	205.432	237	-	-	-	(43.334)	-	-	-	92.396	-	254.731	3.199	257.930
Realização de custo atribuído	-	-	-	-	-	(12)	-	-	-	12	-	-	-	-
Transações de capital	-	1.014	-	-	-	-	-	-	-	-	1.014	(1.363)	(349)	
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(14.824)	(14.824)	1.779	(13.045)	
Outros resultados abrangentes	-	-	(11.209)	(13.958)	33.173	1.303	-	-	-	-	9.309	(689)	8.620	
Destinações:														
Absorção do prejuízo com reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	(14.812)	14.812	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(413)	(413)	
Saldos em 31 de dezembro de 2016	205.432	1.251	22.576	(28.758)	(25.118)	(2.737)	16.524	4.503	1.393	55.164	-	250.230	2.513	252.743
	205.432	1.251	-	-	-	(34.037)	-	-	-	77.584	-	250.230	2.513	252.743

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

PASSIVO	Nota	Consolidado		Controladora	
		2016	2015	2016	2015
Circulante					
Fornecedores	16	18.781	24.888	24.384	28.172
Financiamentos	17	31.796	57.334	62.058	52.913
Arrendamentos mercantis financeiros	18.1	59	73	1.091	1.568
Imposto de renda e contribuição social	21.1	412	410	-	-
Impostos e contribuições	21.1	11.826	13.139	11.219	11.762
Salários, férias e encargos		7.159	5.085	6.158	4.212
Planos de pensão e saúde	22	2.672	2.556	2.533	2.436
Outras contas e despesas a pagar		6.857	7.599	5.818	3.696
		79.562	111.084	113.261	104.759
Passivos associados a ativos mantidos para venda	10.3	1.605	488	170	488
		81.167	111.572	113.431	105.247
Não Circulante					
Financiamentos	17	353.193	435.313	206.421	245.439
Arrendamentos mercantis financeiros	18.1	736	303	4.975	5.426
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21.6	856	906	-	-
Planos de pensão e saúde	22	69.996	47.618	64.903	44.546
Provisão para processos judiciais	30.1	11.052	8.776	8.391	7.282
Provisão para desmantelamento de áreas	20	33.412	35.728	32.615	34.641
Outras contas e despesas a pagar		1.790	1.989	1.122	1.334
		471.035	530.633	318.427	338.668
		552.202	642.205	431.858	443.915
Patrimônio líquido					
Capital social realizado	23.1	205.432	205.432	205.432	205.432
Transações de capital	23.2	1.035	21	1.251	237
Reservas de lucros	23.3	77.800	92.612	77.584	92.396
Outros resultados abrangentes	23.4	(34.037)	(43.334)	(34.037)	(43.334)
Atribuído aos acionistas da controladora		250.230	254.731	250.230	254.731
Atribuído aos acionistas não controladores	11.5	2.513	3.199	-	-
		252.743	257.930	250.230	254.731
		804.945	900.135	682.088	698.646

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Prejuízo do exercício	(13.045)	(35.171)	(14.824)	(34.836)
Outros resultados abrangentes:				
Itens que não serão reclassificados para o resultado:				
Perdas atuariais com planos de benefícios definidos	(17.449)	(202)	(15.510)	(208)
Imposto diferido	3.485	(53)	3.219	(2)
	(13.964)	(255)	(12.291)	(210)
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em Investidas				
	(12)	(1)	(1.679)	45
Itens que poderão ser reclassificados para resultado:				
Resultados não realizados com <i>hedge</i> de fluxo de caixa - exportações				
Reconhecidos no patrimônio líquido	40.327	(68.739)	36.607	(60.712)
Transferidos para o resultado	9.935	7.088	8.994	6.200
Imposto diferido	(17.089)	20.961	(15.504)	18.534
	33.173	(40.690)	30.097	(35.978)
Resultados não realizados com <i>hedge</i> de fluxo de caixa - demais operações				
Reconhecidos no patrimônio líquido	30	35	-	-
Ajustes acumulados de conversão em investidas (*)				
Reconhecidos no patrimônio líquido	(15.585)	24.545	(11.209)	23.826
Transferidos para o resultado	3.693	-	-	-
	(11.892)	24.545	(11.209)	23.826
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em Investidas				
	1.285	(2.863)	4.391	(7.631)
Outros resultados abrangentes, total	8.620	(19.229)	9.309	(19.948)
Resultado abrangente total	(4.425)	(54.400)	(5.515)	(54.784)

Resultado abrangente atribuível aos:

Acionistas da Petrobras	(5.520)	(54.785)	(5.515)	(54.784)
Acionistas não controladores	1.095	385	-	-
Resultado abrangente total	(4.425)	(54.400)	(5.515)	(54.784)

(*) Inclui, no Consolidado efeito devedor de R\$ 1.063 (efeito de R\$ 2.825, credor, em 31 de dezembro de 2015), referente a coligadas e empreendimentos controlados em conjunto.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do exercício	(13.045)	(35.171)	(14.824)	(34.836)
Ajustes para:				
Despesa atuarial de planos de pensão e saúde	8.001	6.388	7.409	5.872
Resultado de participações em investidas	629	797	4.576	4.294
Depreciação, depleção e amortização	48.543	38.574	37.150	28.039
Perda no valor de recuperação de ativos - <i>Impairment</i>	20.297	47.676	11.119	33.468
Ajuste a valor de mercado dos estoques	1.320	1.547	-	14
Perdas em créditos de liquidação duvidosa	3.843	3.641	1.072	669
Baixa de poços secos	4.364	4.921	3.940	3.784
Resultado com alienações e baixas de ativos	(951)	2.893	(1.399)	3.075
Variações cambiais, monetárias e encargos financeiros não realizados e outras	27.854	30.752	25.604	26.094
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	(3.280)	(8.911)	(1.010)	(8.047)
Realização do ajuste acumulado de conversão - CTA	3.693	-	-	-
Revisão e atualização financeira de desmantelamento de áreas	(2.591)	1.307	(2.601)	1.274
Redução (aumento) de ativos				
Contas a receber	397	(1.496)	(22.470)	1.485
Estoques	(2.010)	1.730	515	546
Depósitos Judiciais	(3.357)	(2.526)	(3.145)	(2.640)
Outros ativos	(1.214)	(2.474)	(2.961)	(3.191)
Aumento (redução) de passivos				
Fornecedores	(4.154)	(3.890)	(3.302)	(11.896)
Impostos, taxas e contribuições	3.216	4.510	539	3.740
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.284)	(1.794)	-	-
Planos de pensão e de saúde	(2.634)	(2.367)	(2.465)	(2.232)
Outros passivos	2.072	563	(486)	528
Recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais				
	89.709	86.670	37.261	50.040
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisições de ativos imobilizados e intangíveis	(49.289)	(71.311)	(33.512)	(50.589)
Adições em investimentos	(455)	(344)	(26.782)	(29.229)
Recebimentos pela venda de ativos (Desinvestimentos)	7.231	658	4.304	223
Investimentos em títulos e valores mobiliários (*)	842	25.971	(1.652)	6.054
Dividendos recebidos	1.607	874	3.859	4.699
Recursos líquidos utilizados nas atividades de investimentos				
	(40.064)	(44.152)	(53.783)	(68.842)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Participação de acionistas não controladores	122	243	-	-
Captações	64.786	56.158	105.886	117.844
Amortizações de principal	(105.832)	(49.741)	(91.877)	(82.544)
Amortizações de juros	(25.563)	(20.851)	(7.773)	(6.973)
Dividendos pagos a acionistas não controladores	(239)	(263)	-	-
Recebimentos pela venda de participações, sem perda de controle (**)	-	1.934	-	1.934
Recursos líquidos utilizados pelas atividades de financiamentos				
	(66.726)	(12.520)	6.236	30.261
Efeito de variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	(11.656)	23.608	-	-
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício				
	(28.737)	53.606	(10.286)	11.459
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	97.845	44.239	16.553	5.094
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício				
	69.108	97.845	6.267	16.553

(*) Na Controladora, inclui valores referentes às movimentações da aplicação em recebíveis do FIDC-NP.

(**) Reclassificado da atividade de investimentos.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Receitas				
Vendas de produtos e serviços e outras receitas	373.081	414.859	307.808	338.059
Perdas em créditos de liquidação duvidosa	(3.843)	(3.641)	(1.072)	(669)
Receitas relativas à construção de ativos para uso	49.476	68.703	36.710	53.634
	418.714	479.921	343.446	391.024
Insumos adquiridos de terceiros				
Matérias-primas e produtos para revenda	(65.864)	(94.453)	(42.210)	(67.401)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(72.846)	(109.876)	(56.412)	(88.143)
Créditos fiscais sobre insumos adquiridos de terceiros	(19.766)	(22.311)	(17.880)	(19.753)
Perdas no valor de recuperação de ativos - <i>Impairment</i>	(20.297)	(47.676)	(11.119)	(33.468)
Ajuste a valor de mercado dos estoques	(1.320)	(1.547)	-	(14)
	(180.093)	(275.863)	(127.621)	(208.779)
Valor adicionado bruto	238.621	204.058	215.825	182.245
Depreciação, depleção e amortização	(48.543)	(38.574)	(37.150)	(28.039)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	190.078	165.484	178.675	154.206
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de participações em investimentos	(629)	(797)	(4.576)	(4.294)
Receitas financeiras	3.638	4.867	2.418	6.208
Aluguéis, <i>royalties</i> e outros	358	377	860	420
	3.367	4.447	(1.298)	2.334
Valor adicionado a distribuir				
	193.445	169.931	177.377	156.540
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e administradores				
Remuneração direta				
Salários	18.685	19.068	14.445	14.219
	18.685	19.068	14.445	14.219
Benefícios (**)				
Vantagens	4.629	1.452	4.313	1.110
Plano de aposentadoria e pensão	5.069	4.133	4.304	3.705
Plano de saúde	4.821	3.778	4.359	3.433
	14.519	9.363	12.976	8.248
FGTS	1.273	1.301	1.118	1.151
	34.477	29.732	28.539	23.618
Tributos				
Federais (*)	50.141	50.297	44.449	45.198
Estaduais	49.565	51.888	31.352	33.074
Municipais	690	725	301	377
No exterior (*)	5.351	6.879	-	-
	105.747	109.789	76.102	78.649
Instituições financeiras e fornecedores				
Juros, variações cambiais e monetárias	36.819	38.768	32.605	37.180
Despesas de aluguéis e afretamento	29.447	26.813	54.955	51.929
	66.266	65.581	87.560	89.109
Acionistas				
Resultado dos acionistas não controladores	1.779	(335)	-	-
Prejuízos absorvidos	(14.824)	(34.836)	(14.824)	(34.836)
	(13.045)	(35.171)	(14.824)	(34.836)
Valor adicionado distribuído				
	193.445	169.931	177.377	156.540

(*) Inclui participações governamentais.

(**) Em 2016 inclui R\$ 4.082 no Consolidado (R\$ 418 em 2015), referente a gastos com Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário - PIDV (R\$ 3.647 em 2016 e R\$ 326 em 2015 na Controladora).

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. A COMPANHIA E SUAS OPERAÇÕES

A Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, Sociedade de Economia Mista, dedica-se, diretamente ou por meio de suas subsidiárias e controladas, associada ou não a terceiros, (denominadas, em conjunto, “Petrobras” ou a “companhia” ou “Sistema Petrobras”), à pesquisa, a lavra, a refinação, o processamento, o comércio e o transporte de petróleo proveniente de poço, de xisto ou de outras rochas, de seus derivados, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, além das atividades vinculadas à energia, podendo promover a pesquisa, o desenvolvimento, a produção, o transporte, a distribuição e a comercialização de todas as formas de energia, bem como quaisquer outras atividades correlatas ou afins. A sede da companhia está localizada no Rio de Janeiro - RJ.

2. BASE DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis incluem:

Demonstrações contábeis consolidadas

- As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

Demonstrações contábeis individuais

- As demonstrações contábeis individuais foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações contábeis individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações contábeis separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas, coligadas e *joint ventures* nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto para os ativos financeiros disponíveis para venda, ativos e passivos financeiros mensurados ao justo valor e determinadas classes de ativos e passivos circulantes e não circulantes, conforme apresentado na nota explicativa de políticas contábeis.

O Conselho de Administração da companhia, em reunião realizada em 21 de março de 2017, autorizou a divulgação destas demonstrações contábeis.

2.1. Demonstração do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado - DVA apresentam informações relativas à riqueza criada pela companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM 557/08 e para fins de IFRS são apresentadas como informação adicional.

2.2. Moeda funcional

A moeda funcional da Petrobras e de suas controladas no Brasil é o real, que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. A moeda funcional da maior parte das controladas que atuam em ambiente econômico internacional é o dólar norte-americano.

As demonstrações do resultado e do fluxo de caixa das investidas, que atuam em ambiente econômico estável com moeda funcional distinta da Controladora são convertidas para reais pela taxa de câmbio média mensal, os ativos e passivos são convertidos pela taxa final e os demais itens do patrimônio líquido são convertidos pela taxa histórica.

As variações cambiais sobre os investimentos em controladas e coligadas, com moeda funcional distinta da Controladora, são registradas no patrimônio líquido, como ajuste acumulado de conversão, sendo transferidas para o resultado quando da alienação dos investimentos.

2.3. Reclassificações

Alguns valores relativos a períodos anteriores foram reclassificados para melhor comparabilidade com o exercício atual. Estas reclassificações não foram consideradas materiais e não afetaram o resultado e o patrimônio líquido da companhia conforme apresentado a seguir:

- as parcelas do contas a receber líquido, no Consolidado e Controladora, no montante de R\$ 974, referentes ao setor elétrico estavam classificadas no ativo circulante e foram reclassificadas para o ativo não circulante;
- as parcelas de arrendamento financeiro, no Consolidado, passaram a ser classificadas de fornecedores no passivo circulante e outras contas e despesas a pagar no passivo não circulante para arrendamentos mercantis financeiros no circulante e não circulante, nos montantes de R\$ 25 e R\$ 149, respectivamente;
- o recebimento pela venda de participações, sem perda de controle, na Controladora e Consolidado, no montante de R\$1.934, classificado como atividade de investimento, foi reclassificado para atividade de financiamento;
- a aplicação da Controladora no Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC-NP), no montante de R\$ 7.812, classificada como Títulos e Valores Mobiliários - Mantidos até o Vencimento passou a ser apresentada como Contas a receber, líquidas; e
- o valor justo dos financiamentos do Consolidado foi alterado de R\$ 385.017 para R\$ 426.282 em função da mudança na metodologia de cálculo dos valores justos dos financiamentos, quando não há preços cotados em mercado ativo disponível (nível 2), conforme detalhado na nota explicativa 17.1.

3. “OPERAÇÃO LAVA JATO” E SEUS REFLEXOS NA COMPANHIA

Em 2009, a Polícia Federal brasileira iniciou uma investigação denominada “Operação Lava Jato”, visando apurar práticas de lavagem de dinheiro por organizações criminosas em diversos estados brasileiros. A “Operação Lava Jato” é uma investigação extremamente ampla com relação a diversas práticas criminosas e vem sendo realizada através de várias frentes de trabalho, cujo escopo envolve crimes cometidos por agentes atuando em várias partes do país e diferentes setores da economia.

A partir de 2014, o Ministério Público Federal concentrou parte de suas investigações em irregularidades cometidas por empreiteiras e fornecedores da Petrobras e descobriu um amplo esquema de pagamentos indevidos, que envolvia um grande número de participantes, incluindo ex-empregados da Petrobras. Baseado nas informações disponíveis à companhia, o referido esquema consistia em um conjunto de empresas que, entre 2004 e abril de 2012, se organizaram em cartel para obter contratos com a Petrobras, impondo gastos adicionais nestes contratos e utilizando estes valores adicionais para financiar pagamentos indevidos a partidos políticos, políticos eleitos ou outros agentes políticos, empregados de empreiteiras e fornecedores, ex-empregados da Petrobras e outros envolvidos no esquema de pagamentos indevidos. Este esquema foi tratado como esquema de pagamentos indevidos e as referidas empresas como “membros do cartel”. A companhia não realizou qualquer pagamento indevido.

Além do esquema de pagamentos indevidos descrito acima, as investigações evidenciaram casos específicos em que outras empresas também impuseram gastos adicionais e supostamente utilizaram esses valores para financiar pagamentos a deter-

minados ex-empregados da Petrobras. Essas empresas não são membros do cartel e atuavam de forma individualizada. Esses casos específicos foram chamados de pagamentos não relacionados ao cartel.

Determinados ex-executivos da Petrobras foram presos e/ou denunciados por crimes como lavagem de dinheiro e corrupção passiva. Outros de nossos ex-executivos e executivos de empresas fornecedoras de bens e serviços para a Petrobras foram ou poderão ser denunciados como resultado da investigação.

Os valores pagos pela Petrobras no âmbito dos contratos junto aos fornecedores e empreiteiras envolvidos no esquema descrito anteriormente foram integralmente incluídos no custo histórico dos respectivos ativos imobilizados da companhia. No entanto, a Administração entendeu, de acordo com o IAS 16 (Property, plant and Equipment), que a parcela dos pagamentos que realizou a essas empresas e que foi por elas utilizada para realizar pagamentos indevidos, o que representa gastos adicionais incorridos em decorrência do esquema de pagamentos indevidos, não deveria ter sido capitalizada. Assim, no terceiro trimestre de 2014 a companhia reconheceu uma baixa no montante de R\$ 6.194 (R\$ 4.788 na Controladora) de gastos capitalizados, referente a valores que a Petrobras pagou adicionalmente na aquisição de ativos imobilizados em exercícios anteriores.

Como descrito a seguir, a companhia tem monitorado continuamente as investigações para obter informações adicionais e avaliar seu potencial impacto sobre os ajustes realizados em 2014, não tendo identificado, na preparação das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, nenhuma informação adicional que impactasse a metodologia de cálculo adotada e consequentemente o registro contábil de baixas complementares.

A Petrobras prosseguirá acompanhando os resultados das investigações e a disponibilização de outras informações relativas ao esquema de pagamentos indevidos e, se porventura se tornar disponível informação que indique com suficiente precisão que as estimativas descritas acima deveriam ser ajustadas, a companhia avaliará a eventual necessidade de algum reconhecimento contábil.

3.1. Resposta da companhia às questões descobertas nas investigações em curso

Continuamos acompanhando as investigações e colaborando efetivamente com os trabalhos da Polícia Federal, Ministério Público Federal, Poder Judiciário, Tribunal de Contas da União (TCU) e Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle para que todos os crimes e irregularidades sejam apurados. Já atendemos centenas de pedidos de documentos e informações feitos pelos investigadores.

Também cooperamos plenamente com a investigação da U.S. Securities and Exchange Commission (SEC), que investiga, desde novembro de 2014, potenciais violações a leis norte-americanas em decorrência das informações apuradas no âmbito da “Operação Lava Jato”, assim como o U.S. Department of Justice (DoJ).

Somos oficialmente reconhecidos como vítima dos crimes apurados na “Operação Lava Jato” pelo Ministério Público Federal e pelo juiz competente para julgar os processos criminais relacionados ao caso. A nossa posição de vítima foi reconhecida também em decisões do Supremo Tribunal Federal. Por esse motivo, ingressamos em 29 ações penais como assistentes de acusação e em outras cinco como parte interessada, bem como renovamos o nosso compromisso de continuar cooperando para a elucidação dos fatos e comunicá-los regularmente aos nossos investidores e ao público em geral.

Não toleramos qualquer prática de corrupção e consideramos inadmissíveis práticas de atos ilegais envolvendo os nossos empregados. Deste modo, desde 2015, temos tomado diversas medidas como resposta às ocorrências reveladas na “Operação Lava Jato”.

No processo de fortalecimento da estrutura de controles internos, a companhia continua a implementar medidas para aprimorar sua governança corporativa e os sistemas de conformidade (*compliance*). Entre outras medidas realizadas em 2016, aprovamos a nossa política de Conformidade Corporativa, realizamos treinamentos para nossos empregados e administradores sobre prevenção à corrupção, revisamos a iniciativa “Agentes de Compliance”, para adequá-la à nossa nova estrutura, concluímos a avaliação de aproximadamente 12 mil processos de *Due Diligence* de Integridade sobre nossos fornecedores, realizamos o processo de *Background Check* de integridade antes da tomada de decisão para a designação de pessoas para posições-chave na companhia.

Continua em andamento a investigação interna realizada por dois escritórios independentes contratados em outubro de 2014, que tem como interlocutor um Comitê Especial que responde diretamente ao Conselho de Administração da companhia. O Comitê é composto pelo nosso diretor de Governança e Conformidade, João Adalberto Elek Junior, e por outros dois representantes independentes e com notório conhecimento técnico: a brasileira Ellen Gracie Northfleet, ministra aposentada do Supremo Tribunal Federal, reconhecida internacionalmente como jurista com vasta experiência na análise de questões complexas, e o alemão Andreas Pohlmann, Chief Compliance Officer da Siemens AG de 2007 a 2010, que atua nas áreas de conformidade e governança corporativa.

Para averiguar indícios ou ocorrências que possam ser caracterizados como não conformidades relativas a normas, procedimentos ou regulamentos corporativos, constituímos comissões internas de apuração, cujos resultados apresentamos às autoridades brasileiras, à medida que as comissões são concluídas.

Além disso, temos tomado as medidas necessárias para recuperar danos sofridos em função do esquema de pagamentos indevidos, inclusive os relacionados à nossa imagem corporativa.

Com esse objetivo, ingressamos 12 ações civis públicas por atos de improbidade administrativa, ajuizadas pelo Ministério Público Federal pela União Federal, incluindo pedido de indenização por danos morais.

Em cada ação de improbidade, foram feitos pedidos de bloqueio de bens dos réus para garantir o futuro ressarcimento da Petrobras, o que já foi deferido pelos respectivos Juízes em alguns casos.

À medida que as investigações da “Operação Lava Jato” resultem em acordos de leniência com os membros do cartel ou acordos de colaboração com indivíduos que concordem em devolver recursos, a Petrobras pode ter direito a receber uma parte de tais recursos. Não obstante, a companhia não pode estimar de forma confiável qualquer valor recuperável adicional neste momento. Esses valores serão reconhecidos no resultado do exercício como outras despesas líquidas quando forem recebidos ou quando sua realização se tornar praticamente certa.

Nesse sentido, a Petrobras já reconheceu o ressarcimento de gastos referentes à “Operação Lava Jato” no montante acumulado de R\$ 661 (sendo R\$ 432 em 2016).

3.2. Abordagem adotada para ajuste de ativos afetados pelos gastos adicionais

Não é possível identificar especificamente os valores de cada pagamento realizado no escopo dos contratos com as empreiteiras e fornecedores que possuem gastos adicionais ou os períodos em que tais pagamentos adicionais ocorreram. Como resultado, a Petrobras desenvolveu uma metodologia para estimar o valor total de gastos adicionais incorridos em decorrência do referido esquema de pagamentos indevidos para determinar o valor das baixas realizadas, representando em quanto seus ativos foram superavaliados como resultado de gastos adicionais cobrados por fornecedores e empreiteiras e utilizados por eles para realizar pagamentos indevidos.

Devido à impraticabilidade de identificação dos períodos e montantes de gastos adicionais incorridos pela companhia, a metodologia envolve os cinco passos descritos a seguir:

- Identificação da contraparte do contrato: foram listadas todas as companhias citadas como membros do cartel e, com base nessa informação, foram levantadas as empresas envolvidas e as entidades a elas relacionadas.
- Identificação do período: foi concluído, com base nos depoimentos, que o período de atuação do esquema de pagamentos indevidos foi de 2004 a abril de 2012.

Dentro do processo de reestruturação societária, foram efetivadas as seguintes alterações societárias:

- (i) Em 21 de outubro de 2016, foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária (AGE) da NTS, a proposta de aumento de capital no valor de R\$ 2,31 bilhões, com base em Laudo de Avaliação independente emitido em 14 de outubro de 2016, mediante a subscrição pela TAG de novas ações a serem integralizadas pelo referido acervo líquido. A aprovação deste aumento de capital foi condicionada à emissão das Autorizações de Operação Provisórias (AOs);

- (ii) Em 21 de outubro de 2016, foi aprovada pela AGE da TAG a redução de capital em valor correspondente ao seu investimento total na NTS, no valor de R\$ 2,6 bilhões, por excesso de capital com a transferência da totalidade das ações da NTS para a Petrobras. A aprovação dessa redução também foi condicionada à emissão das AOs, que ocorreu em 24 de outubro de 2016.

Em 30 de novembro de 2016, a Assembleia Geral de Acionistas aprovou a operação de alienação no montante total da oferta de US\$ 5,19 bilhões, dos quais US\$ 3,55 bilhões correspondem a 90% de participação na NTS e US\$ 1,64 bilhão correspondem à liquidação integral da dívida que a NTS detém com a PGT, subsidiária integral da companhia. O FIP irá subscrever debêntures conversíveis emitidas pela NTS para substituição dessa dívida. A primeira parcela, no montante de US\$ 4,34 bilhões, será paga no fechamento da transação e o saldo remanescente, no montante de US\$ 850 milhões, será pago no quinto ano, com juros anuais a uma taxa fixa, conforme estabelecido no contrato de compra e venda.

Esta operação contempla a continuidade da capacidade e dos termos atualmente contratados pela Petrobras, através de cinco contratos de transporte de gás na modalidade firme, com obrigação de 100% *ship-or-pay*. Os contratos têm vigência de 20 anos com prazos de encerramento, contados a partir de 2016, e as tarifas são reguladas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e reajustadas pelo IGP-M.

A conclusão da transação está sujeita à autorização pelos órgãos reguladores competentes. Em decorrência das condições precedentes, os ativos e passivos correspondentes, objetos da transação, foram classificados como mantidos para venda.

Em 10 de fevereiro de 2017, a companhia foi intimada, pela decisão da 2ª vara da Justiça Federal de Sergipe que concedeu liminar, em ação popular, determinando a suspensão desta alienação. Em 09 de março de 2017, a liminar que determinava a paralisação da alienação foi suspensa, permitindo que a companhia prossiga com esta operação.

Venda da empresa Nansai Sekiyu (NSS)

Em 17 de outubro de 2016, o Conselho de Administração da Petrobras aprovou a venda da totalidade das ações da Nansai Sekiyu Kabushiki Kaisha (NSS) para a Taiyo Oil Company (“Taiyo”).

Em 28 de dezembro de 2016, a operação estava sujeita à aprovação das condições precedentes de todas as condições precedentes previstas no contrato e foi efetuado o pagamento de US\$ 165 milhões pela Taiyo considerando o ajuste de preço preliminar, tendo sido apurado ganho de R\$ 436, reconhecido em outras despesas líquidas, com a alienação do investimento. O valor pago ainda está sujeito a ajustes finais.

Adicionalmente, em decorrência desta operação, foi reclassificada para resultado, como outras despesas líquidas, a perda de R\$ 66, oriunda da depreciação cambial do iene frente ao dólar, acumulada desde a aquisição do investimento e anteriormente reconhecida no patrimônio líquido como ajuste acumulado de conversão, conforme nota explicativa 23.4.

Aprovação da venda da Liquigás

Em 17 de novembro de 2016, o Conselho de Administração da Petrobras aprovou a venda da Liquigás Distribuidora S.A. para a Companhia Ultragas S.A., subsidiária da Ultrapar Participações S.A.

Em 31 de dezembro de 2016, a operação estava sujeita à aprovação das Assembleias Gerais da Petrobras e da Ultrapar e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). Em decorrência das condições precedentes, os ativos e passivos correspondentes, objetos da transação, foram classificados como mantidos para venda.

Em 31 de janeiro de 2017, a operação foi aprovada na Assembleia Geral Extraordinária (AGE) da Petrobras pelo valor de R\$ 2,7 bilhões. A conclusão da operação ainda está sujeita ao cumprimento das demais condições precedentes negociadas.

Venda da Guarani

Em 28 de dezembro de 2016, a Petrobras Biocombustível S.A. (PBIO) alienou a totalidade de sua participação na Guarani S.A., correspondente a 45,97% de seu capital para Tereos Participations S.A., empresa do grupo francês Tereos.

Em 31 de dezembro de 2016, em decorrência das condições precedentes, os ativos correspondentes, objetos da transação, foram classificados como mantidos para venda, reconhecendo uma provisão para perda no montante de R\$ 219, reconhecida em resultado de participações em investimentos.

Em 3 de fevereiro de 2017, a operação de venda foi concluída com o pagamento de US\$ 202,75 milhões pela Tereos Participations SAS, após o cumprimento de todas as condições precedentes previstas no contrato.

Venda da PetroquímicaSuape e da Citepe

Em 28 de dezembro de 2016, o Conselho de Administração da Petrobras aprovou a assinatura do contrato de compra e venda das ações da Companhia Petroquímica de Pernambuco (PetroquímicaSuape) e da Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco (Citepe) para o Grupo Petrotremex S.A. de C.V. e a Dak Americas Exterior, S.L, subsidiárias da Alpek , S.A.B. de C.V. (Alpek) pelo valor de US\$ 385 milhões, que serão pagos na data do fechamento da operação. A Alpek é uma empresa mexicana do Grupo Alfa, S.A.B. de C.V. (Alfa), de capital aberto. Este valor ainda está sujeito a ajustes de capital de giro, dívida líquida e impostos a recuperar.

A conclusão da transação está sujeita às aprovações da Assembleia Geral Extraordinária (AGE) da Petrobras, do Conselho de Administração do Grupo Alfa, do Conselho Administrativo de Defesa da Concorrência (CADE) e ao cumprimento de demais condições precedentes usuais.

Em 31 de dezembro de 2016, em decorrência da existência de condições precedentes, os ativos e passivos correspondentes, vinculados à operação de venda, foram classificados como mantidos para venda e avaliados ao valor estimado de venda, resultando no reconhecimento de perdas por *impairment*, conforme notas explicativas 14.1 e 14.2.

Em 31 de janeiro de 2017, a companhia foi intimada, pela decisão da 2ª vara da Justiça Federal de Sergipe que concedeu liminar, em ação popular, determinando a suspensão desta alienação. Em 22 de fevereiro de 2017, a liminar que determinava a paralisação da alienação foi suspensa, permitindo que a companhia prossiga com esta operação.

Aliança Estratégica entre Petrobras e a Total

Em 21 de dezembro de 2016 a companhia e a empresa Total assinaram um Acordo Geral de Colaboração (*Master Agreement*), em conexão com a Aliança Estratégica estabelecida no Memorando de Entendimentos firmado em 24 de outubro de 2016. Desta

11. INVESTIMENTOS

11.1. Investimentos diretos (Controladora)

	Principal segmento de atuação	% de Participação direta da Petrobras	% no Capital votante	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	País
Empresas Consolidadas						
Subsidiárias e Controladas						
Petrobras Netherlands B.V. - PNBV (i)	E&P	100,00	100,00	70.631	477	Holanda
Petrobras International Braspetro - PIB BV (i) (ii)	Diversos (iii)	99,99	99,99	21.800	(4.764)	Holanda
Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG	Gás e Energia	100,00	100,00	8.887	7.396	Brasil
Petrobras Distribuidora S.A. - BR	Distribuição	100,00	100,00	7.410	(314)	Brasil
Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. - PB-LOG	E&P	100,00	100,00	4.205	1.224	Brasil
Nova Transportadora do Sudeste S.A. - NTS	Gás e Energia	100,00	100,00	4.101	473	Brasil
Petrobras Transporte S.A. - Transpetro	Abastecimento	100,00	100,00	4.008	286	Brasil
Petrobras Gás S.A. - Gaspetro	Gás e Energia	51,00	51,00	1.871	315	Brasil
Petrobras Biocombustível S.A.	Biocombustível	100,00	100,00	1.347	(886)	Brasil
Petrobras Logística de Gás - Logigás	Gás e Energia	100,00	100,00	1.191	453	Brasil
Liquigás Distribuidora S.A.	Abastecimento	100,00	100,00	967	200	Brasil
Termomacaé Ltda.	Gás e Energia	99,99	99,99	705	28	Brasil
Breitener Energética S.A.	Gás e Energia	93,66	93,66	676	17	Brasil
Termobahia S.A.	Gás e Energia	98,85	98,85	573	92	Brasil
Braspetro Oil Services Company - Brasoil (i)	Corporativo	100,00	100,00	543	22	Ilhas Cayman
Baixada Santista Energia S.A.	Gás e Energia	100,00	100,00	228	(63)	Brasil
Araucária Nitrogenados S.A.	Gás e Energia	100,00	100,00	194	(620)	Brasil
Fundo de Investimento Imobiliário RB Logística - FII	E&P	99,20	99,20	111	45	Brasil
Petrobras Comercializadora de Energia Ltda. - PBEN	Gás e Energia	99,91	99,91	96	15	Brasil
Petrobras Negócios Eletrônicos S.A. - E-Petro	Corporativo	99,95	99,95	34	1	Brasil
Termomacaé Comercializadora de Energia Ltda	Gás e Energia	99,99	99,99	15	6	Brasil
Downstream Participações Ltda.	Corporativo	99,99	99,99	3	-	Brasil
5283 Participações Ltda.	Corporativo	100,00	100,00	1	(1)	Brasil
Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco S.A. - CITEPE	Abastecimento	100,00	100,00	(124)	(1.244)	Brasil
Companhia Petroquímica de Pernambuco S.A. - Petroquímica Suape	Abastecimento	100,00	100,00	(479)	(1.315)	Brasil
Operações em conjunto						
Ibitermo S.A.	Gás e Energia	50,00	50,00	234	48	Brasil
Fábrica Carioca de Catalizadores S.A. - FCC	Abastecimento	50,00	50,00	229	71	Brasil
Empresas não Consolidadas						
Empreendimentos controlados em conjunto						
Logum Logística S.A.	Abastecimento	15,10	15,10	615	(183)	Brasil
Cia Energética Manauara S.A.	Gás e Energia	40,00	40,00	160	44	Brasil
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	Abastecimento	33,20	33,33	151	87	Brasil
Petrocoque S.A. Indústria e Comércio	Abastecimento	50,00	50,00	144	42	Brasil
Bretech Energia S.A.	Gás e Energia	30,00	30,00	85	4	Brasil
Brasympe Energia S.A.	Gás e Energia	20,00	20,00	79	4	Brasil
Eólica Mangue Seco 4 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.	Gás e Energia	49,00	49,00	44	5	Brasil
Eólica Mangue Seco 3 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.	Gás e Energia	49,00	49,00	42	5	Brasil
Metanol do Nordeste S.A. - Metanor	Abastecimento	34,54	34,54	40	(10)	Brasil
Eólica Mangue Seco 1 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.	Gás e Energia	49,00	49,00	38	5	Brasil
Eólica Mangue Seco 2 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.	Gás e Energia	51,00	51,00	38	5	Brasil
Companhia de Coque Calcinado de Petróleo S.A. - Coquepar	Abastecimento	45,00	45,00	4	(2)	Brasil
Participações em Complexos Bioenergéticos S.A. - PCBIOs	Biocombustível	50,00	50,00	-	-	Brasil
Coligadas						
Braskem S.A.	Abastecimento	36,20	47,03	2.728	(452)	Brasil
UEG Araucária Ltda.	Gás e Energia	20,00	20,00	571	(171)	Brasil
Deten Química S.A.	Abastecimento	27,88	27,88	347	108	Brasil
Energética SUAPE II	Gás e Energia	20,00	20,00	266	87	Brasil
Termoelétrica Potiguar S.A. - TEP	Gás e Energia	20,00	20,00	99	9	Brasil
Fundo de Investimento em Participações de Sondas - FIP Sondas	E&P	4,59	4,59	1	(3.388)	Brasil
Nitroclor Ltda.	Abastecimento	38,80	38,80	1	-	Brasil
Bioenergética Britarumã S.A.	Gás e Energia	30,00	30,00	-	-	Brasil
Sete Brasil Participações S.A.	E&P	5,00	5,00	(21.777)	(393)	Brasil

(i) Empresas sediadas no exterior com demonstrações contábeis elaboradas em moeda estrangeira.
 (ii) Participação de 0,0050% da 5283 Participações Ltda.
 (iii) Atuação internacional nas áreas de E&P, Refino, Gás&Energia e Distribuição.

forma, certos ativos foram classificados como mantidos para venda na data base de 31 de dezembro de 2016 em função do compartilhamento de gestão em participações conforme apresentado a seguir:

- cessão de direitos de 22,5% da Petrobras para a Total, na área da concessão denominada lara (campos de Sururu, Berbigão e Oeste de Atapu, que estão sujeitos a acordos de unitização com a área denominada Entorno de lara, sob regime de cessão onerosa, na qual a Petrobras detém 100% de participação), no Bloco BM-5-11;
- cessão de direitos de 35% da Petrobras para a Total, assim como a operação, na área da concessão do campo de Lapa, no Bloco BM-5-9, ficando a Petrobras com 10%; e
- venda de 50% de participação da Petrobras para a Total nas térmicas Rômulo Almeida e Celso Furtado, localizadas na Bahia. A companhia reconheceu uma perda por *impairment* conforme apresentado na nota 14.2.

Em 28 de fevereiro de 2017, a Petrobras e a Total assinaram os contratos de compra e venda relacionados aos referidos ativos. A Total pagará à Petrobras o valor global de US\$ 2,225 bilhões, composto de US\$ 1,675 bilhão à vista, pelos ativos e serviços, uma linha de crédito que pode ser acionada pela Petrobras no valor de US\$ 400 milhões, representando parte dos investimentos da Petrobras nos campos da área de lara, além de pagamentos contingentes no valor de US\$ 150 milhões.

As conclusões das operações estão sujeitas às aprovações dos órgãos reguladores competentes e ao potencial exercício do direito de preferência dos atuais parceiros na área de lara, além de outras condições precedentes.

Os contratos acima se somam a outros acordos já firmados em 21 de dezembro de 2016, que são: (i) carta que concede à Petrobras a opção de aquisição de 20% de participação no bloco 2 da área de Perdido Foldbelt, no setor mexicano do Golfo do México, assumindo apenas as obrigações futuras proporcionais à sua participação; (ii) carta de intenção para estudos exploratórios conjuntos nas áreas exploratórias da Margem Equatorial, e na Bacia de Santos; e (iii) acordo de parceria tecnológica nas áreas de petrofísica digital, processamento geológico e sistemas de produção submarinos.

10.2. Outras reestruturações societárias

Incorporação da Nova Fronteira Bioenergia

Em 15 de dezembro de 2016, a Petrobras através de sua subsidiária Petrobras Biocombustível S.A. (PBIO), celebrou um acordo de incorporação e outras avenças com o grupo São Martinho S.A. (São Martinho). O acordo prevê que a participação de 49% detida pela PBIO na Nova Fronteira Bioenergia S.A. seja incorporada pela São Martinho.

Em 31 de dezembro de 2016, em decorrência das condições precedentes, os ativos correspondentes, objetos da transação, foram classificados como mantidos para venda, apurando uma perda no montante de R\$ 100, reconhecida em resultado de participações em investimentos.

Em 23 de fevereiro de 2017, a operação foi concluída com o recebimento pela PBIO de 24 milhões de novas ações ordinárias emitidas pela São Martinho, representando 6,593% do capital social votante e total desta companhia, em substituição e na proporção das ações que a PBIO detinha na Nova Fronteira. Estas ações não estarão sujeitas a qualquer tipo de restrição (*lock up*) e a sua venda deverá ser realizada de forma organizada pelo prazo de quatro anos.

10.3. Ativos classificados como mantidos para venda

			Consolidado				
			31.12.2016	31.12.2015			
	E&P	Distri- buição	Abaste- cimento	Gás & Energia	Biocom- bustível	Total	Total
Ativos classificados como mantidos para venda (*)							
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	328	27	-	-	355	11
Contas a receber	-	247	420	-	-	667	43
Estoques	-	170	390	-	-	560	-
Investimentos	-	87	20	-	1.126	1.233	-
Imobilizado	3.381	640	921	9.467	-	14.409	541
Outros	-	114	999	332	-	1.445	-
Total	3.381	1.586	2.777	9.799	1.126	18.669	595

Passivos associados a ativos classificados como mantidos para venda (*)

Fornecedores	-	245	166	29	-	440	-
Financiamentos	-	-	45	-	-	45	488
Provisão para desmantelamento de área	170	-	-	-	-	170	-
Outros	32	96	256	566	-	950	-
Total	202	341	467	595	-	1.605	488

(*) Em 31 de dezembro de 2016, os valores referem-se, principalmente, aos ativos e passivos transferidos pela venda da Petrobras Chile Distribución LTDA (PCD), da Nova Transportadora do Sudeste, Liquigás, PetroquímicaSuape e Citepe, Guarani S.A, Nova Fronteira, cessão de direitos das áreas de concessão denominadas lara e Lapa e Térmicas Rômulo Almeida e Celso Furtado.

10.4. Medida cautelar do Tribunal de Contas da União (TCU)

Em 7 de dezembro de 2016, o TCU proferiu medida cautelar impedindo a Petrobras de iniciar novos projetos de desinvestimentos e assinar os contratos de venda relativos àqueles cujos processos competitivos estavam em andamento, até a sua decisão de mérito sobre a sistemática para desinvestimentos da companhia, exceto por cinco transações que poderiam prosseguir com assinatura de seus contratos por estarem em fase final de negociação na data da medida cautelar. Dentre essas transações, incluem-se transações descritas na nota 10.1, sendo elas a venda da Guarani, a venda da PetroquímicaSuape e da Citepe, bem como o acordo de incorporação da Nova Fronteira.

Em 15 de março de 2017 o TCU revogou a cautelar que impedia a companhia de iniciar novos projetos de desinvestimentos, autorizando-a a concluir os dois projetos - venda de participação nos campos de Baúna e Tartaruga Verde e de participação no Campo de Saint Malo no Golfo do México norte-americano - que se encontravam em andamento e já estavam liberados desde a cautelar de 7 de dezembro de 2016, determinando que a Petrobras passe a adotar sua sistemática de desinvestimentos revisada para tais projetos da fase em que estão em diante. Demais projetos devem ser reiniciados já com base na sistemática revisada.

11.2. Mutações dos investimentos (Controladora)

	Saldo em 31.12.2015	Aportes de capital	Transações de capital	Reorganizações, redução de capital e outros (*)	Resultado de participação em investimentos (**)	Ajuste acumulado de conversão (CTA)	Outros resultados abrangentes	Dividendos	Transferências para ativos mantidos para venda	Saldo em 31.12.2016
Controladas										
PNBV	76.324	5.150	224	–	(80)	(13.451)	–	–	–	68.167
PIB BV	6.491	16.646	–	–	(5.322)	2.238	23	–	–	20.076
TAG (***)	2.832	538	1.556	(2.632)	4.346	–	3.076	(1.222)	–	8.494
BR Distribuidora	9.703	–	–	–	(209)	–	(1.453)	(747)	–	7.294
Transpetro	5.095	–	–	–	367	(241)	(156)	(1.186)	–	3.879
PB-LOG	3.093	–	–	–	760	–	–	(505)	–	3.348
PBIO	1.124	772	–	–	(980)	141	293	–	–	1.350
Logigás	1.100	–	–	–	460	–	(7)	(363)	–	1.190
Gaspetro	950	–	–	31	106	–	–	(135)	–	952
Termomacacê Ltda	717	–	–	–	32	–	(2)	(42)	–	705
Breitener	609	–	–	–	16	–	–	8	–	633
Araucária Nitrogenados	842	–	–	–	(620)	–	(28)	–	–	194
Liquigás	1.051	–	–	–	191	–	(12)	(161)	(1.069)	–
NTS (***)	–	2.632	1.360	–	473	–	–	(364)	(4.101)	–
Citepe	562	554	–	1.014	(1.220)	–	–	–	(910)	–
Petroquímica Suape	378	433	–	1.576	(1.310)	–	–	–	(1.077)	–
Outras Controladas	675	6	–	(34)	124	72	(2)	(33)	–	808
Operações em conjunto	223	–	–	–	59	–	–	(49)	–	233
Empreendimentos controlados em conjunto	280	–	–	–	92	–	(4)	(54)	–	314
Coligadas										
Braskem	3.142	–	–	–	(338)	32	984	(452)	–	3.368
Demais coligadas	325	–	–	–	(90)	–	–	(68)	–	167
Subsidiárias, controladas, operações/empreendimentos em conjunto e coligadas	115.516	26.731	3.140	(45)	(3.143)	(11.209)	2.712	(5.373)	(7.157)	121.172
Outros investimentos	20	–	–	(1)	–	–	–	–	–	19
Total dos Investimentos	115.536	26.731	3.140	(46)	(3.143)	(11.209)	2.712	(5.373)	(7.157)	121.191
Resultado de empresas classificadas como mantidas para venda - provisão para perda na Citepe e Petroquímica Suape.					(1.433)	–	–	–	–	–
Resultado de participações em investimentos					(4.576)	(11.209)	2.712	–	–	–

(*) Inclui reclassificação da dívida da Citepe e da Petroquímica Suape para outros passivos circulantes, visto não estar vinculada à operação de venda.

(**) Inclui lucros não realizados de transações entre empresas.

(***) Transferência da totalidade das ações da NTS da TAG para a Petrobras, conforme nota explicativa 10.1.

11.3. Mutações dos investimentos (Consolidado)

	Saldo em 31.12.2015	Aportes de capital	Reorganizações, redução de capital e outros	Resultado de Participação em investimentos (*)	Ajuste acumulado de conversão (CTA)	Outros resultados abrangentes	Dividendos	Transferência para ativos mantidos para venda	Saldo em 31.12.2016
Empreendimentos controlados em Conjunto									
Petrobras Oil & Gas B.V. - PO&G	6.031	–	–	97	(970)	–	(504)	–	4.654
Distribuidoras Estaduais de Gás Natural	980	–	–	236	–	–	(140)	–	1.076
Nova Fronteira Bionergia S.A.	465	–	–	103	–	–	–	(568)	–
Compañia Mega S.A. - MEGA	174	–	–	91	(41)	–	(109)	–	115
Compañia de Inversiones de Energia S.A. - CIESA	170	–	–	9	(25)	–	(5)	(149)	–
Setor Petroquímico	81	–	–	18	–	–	(16)	–	83
Demais empresas	381	90	–	(94)	(1)	–	(39)	–	337
Coligadas									
Braskem S.A.	3.142	–	–	(338)	32	984	(452)	–	3.368
Investidas na Venezuela	851	–	–	(6)	(80)	–	–	(765)	–
Guarani S.A.	759	268	(92)	(487)	140	289	–	(877)	–
Setor Petroquímico	95	–	–	30	–	–	(29)	–	96
UEG Araucária Ltda	169	–	–	(149)	–	–	(20)	–	–
Demais empresas	429	–	–	146	(132)	–	(89)	(185)	169
Outros Investimentos	45	–	(9)	–	14	–	–	–	50
	13.772	358	(101)	(344)	(1.063)	1.273	(1.403)	(2.544)	9.948

(*) Não contempla o valor de resultado de participação em investimentos transferidos para ativos mantidos para venda, no montante de R\$ 285, credor.

11.4. Investimentos em empresas com ações negociadas em bolsas

Empresa	Lote de mil ações		Tipo	Cotação em bolsa de valores (R\$ por ação)		Valor de mercado	
	31.12.2016	31.12.2015		31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Controlada indireta							
Petrobras Argentina (*)	–	1.356.792	ON	–	2,38	–	3.229
						–	3.229
Coligada							
Braskem S.A.	212.427	212.427	ON	29,99	15,91	6.371	3.380
Braskem S.A.	75.762	75.762	PNA	34,25	27,62	2.595	2.093
						8.966	5.473

(*) Este investimento foi alienado, conforme nota explicativa 10.1.

O valor de mercado para essas ações não reflete, necessariamente, o valor de realização na venda de um lote representativo de ações.

11.5. Participação de acionistas não controladores

O total da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido da companhia é de R\$ 2.513 (R\$ 3.199 em 2015), dos quais R\$ 917 são atribuíveis aos acionistas não controladores da Gaspetro S.A., R\$ 323 da TBG (R\$ 916, R\$ 213 e R\$ 1.432 referentes a Gaspetro S.A., TBG e Petrobras Argentina S.A. em 31 de dezembro de 2015, respectivamente) e R\$ 570 das Entidades Estruturadas (R\$ 153, devedor, em 31 de dezembro de 2015).

11.6. Informações contábeis resumidas de empreendimentos controlados em conjunto e coligadas

A companhia investe em empreendimentos controlados em conjunto e coligadas no país e exterior, cujas atividades estão relacionadas a empresas petroquímicas, distribuidoras de gás, biocombustíveis, termoeletricas, refinarias e outras. As informações contábeis resumidas são as seguintes:

	2016						2015			
	Empreendimentos controlados em conjunto			Coligadas			Empreendimentos controlados em conjunto			Coligadas
	País	PO&G (*)	Outras empresas no exterior	País	País	PO&G (*)	Outras empresas no exterior	País	País	Exterior
Ativo Circulante	3.311	2.722	497	16.992	4.317	3.648	–	1.278	20.921	8.748
Ativo Realizável a Longo Prazo	1.818	115	67	5.369	1.339	196	–	81	10.531	777
Imobilizado	2.826	10.767	60	30.452	4.711	10.896	–	1.905	37.482	7.087
Outros ativos não circulantes	2.346	4	–	3.121	2.164	17	–	14	11.055	304
	10.301	13.608	624	55.934	12.531	14.757	–	3.278	79.989	16.916
Passivo Circulante	3.997	1.273	273	14.002	5.198	891	–	832	19.057	14.083
Passivo não Circulante	1.627	5.928	3	60.663	2.498	5.183	–	1.185	48.896	4.129
Patrimônio Líquido	4.677	6.407	348	(15.609)	4.327	8.683	–	697	12.762	(1.296)
Participação dos Acionistas não Controladores	–	–	–	(3.122)	508	–	–	564	(726)	–
	10.301	13.608	624	55.934	12.531	14.757	–	3.278	79.989	16.916
Receita Operacional Líquida	9.411	2.688	1.156	49.407	12.742	7.527	–	947	52.654	652
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	647	219	237	(4.510)	517	816	–	155	3.452	(5.460)
Percentual de Participação - %	20 a 83%	50%	34 a 50%	5 a 49%	20 a 83%	50%	–	34 a 50%	5 a 49%	11 a 49%

(*) A Petrobras Oil & Gas (PO&G) é uma *joint venture* situada na Holanda, com 50% de participação da Petrobras International BV (PIBBV), para exploração e produção de petróleo e gás na África.

12. IMOBILIZADO

12.1. Por tipo de ativos

	Terrenos, edificações e benfeitorias	Equipamentos e outros bens	Ativos em construção (*)	Gastos c/exploração e desenvolvimento (campos produtores de petróleo e gás)	Consolidado		Controladora
					Total	Total	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2015	21.341	260.297	140.627	158.725	580.990	437.150	
Adições	657	4.396	60.263	1.745	67.061	50.464	
Constituição/revisão de estimativa de desmantelamento de áreas	–	–	–	15.932	15.932	16.511	
Juros capitalizados	–	–	5.842	–	5.842	4.767	
Baixas	(27)	(192)	(6.184)	(1.455)	(7.858)	(5.994)	
Transferências	4.006	28.814	(54.132)	27.668	6.356	664	
Depreciação, amortização e depleção	(1.528)	(21.241)	–	(15.296)	(38.065)	(27.642)	
<i>Impairment</i> - constituição	(928)	(14.981)	(11.489)	(20.324)	(47.722)	(33.597)	
<i>Impairment</i> - reversão	1	42	21	90	154	116	
Ajuste acumulado de conversão	299	31.404	11.913	3.525	47.141	–	
Saldo em 31 de dezembro de 2015	23.821	288.539	146.861	170.610	629.831	442.439	
Custo	33.561	438.533	146.861	262.480	881.435	617.596	
Depreciação, amortização e depleção acumulada	(9.740)	(149.994)	–	(91.870)	(251.604)	(175.157)	
Saldo em 31 de dezembro de 2015	23.821	288.539	146.861	170.610	629.831	442.439	
Adições	361	3.223	41.337	720	45.641	33.657	
Constituição/revisão de estimativa de desmantelamento de áreas	–	–	–	3.113	3.113	2.868	
Juros capitalizados	–	–	5.982	–	5.982	4.470	
Baixas	(210)	(465)	(4.689)	(153)	(5.517)	(5.210)	
Transferências (***)	1.479	16.645	(55.069)	20.570	(16.375)	(5.516)	
Depreciação, amortização e depleção	(1.479)	(26.102)	–	(20.422)	(48.003)	(36.742)	
<i>Impairment</i> - constituição	(1.036)	(12.652)	(1.510)	(6.357)	(21.555)	(13.709)	
<i>Impairment</i> - reversão	–	2.511	–	584	3.095	2.514	
Ajuste acumulado de conversão	(180)	(15.128)	(7.210)	(1.818)	(24.336)	–	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	22.756	256.571	125.702	166.847	571.876	424.771	
Custo	32.589	415.663	125.702	262.886	836.840	624.946	
Depreciação, amortização e depleção acumulada	(9.833)	(159.092)	–	(96.039)	(264.964)	(200.175)	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	22.756	256.571	125.702	166.847	571.876	424.771	
Tempo de vida útil médio ponderado em anos	40 (25 a 50) (exceto terrenos)		20 (3 a 31)	Método da unidade produzida			

(*) Os saldos por área de negócio são apresentados na nota explicativa 29.

(**) Contempla ativos de exploração e produção depreciados pelo método das unidades produzidas.

(***) Inclui montantes transferidos para ativos classificados como mantidos para venda.

As movimentações dos saldos de longo prazo dos financiamentos são apresentadas a seguir:

	Consolidado					Controladora Total
	Agência de Crédito à Exportação	Mercado Bancário	Mercado de Capitais	Outros	Total	
Não Circulante						
No País						
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2015	–	77.795	3.456	74	81.325	58.453
Ajuste acumulado de conversão	–	482	–	–	482	–
Adições de Financiamentos	–	15.962	3.510	–	19.472	6.463
Juros incorridos no período	–	951	1	–	952	506
Variações monetárias e cambiais	–	9.662	257	7	9.926	6.175
Transferência de longo prazo para curto prazo	–	(8.416)	(490)	(13)	(8.919)	(6.138)
Saldo final em 31 de dezembro de 2015	–	96.436	6.734	68	103.238	65.459
No Exterior						
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2015	13.930	79.414	142.930	1.723	237.997	92.946
Ajuste acumulado de conversão	4.772	33.669	62.702	607	101.750	–
Adições de Financiamentos	501	18.285	6.283	–	25.069	42.530
Juros incorridos no período	13	110	161	26	310	5.973
Variações monetárias e cambiais	1.439	4.112	(3.350)	181	2.382	52.077
Transferência de longo prazo para curto prazo	(2.517)	(14.671)	(18.098)	(147)	(35.433)	(13.545)
Saldo final em 31 de dezembro de 2015	18.138	120.919	190.628	2.390	332.075	179.981
Saldo total em 31 de dezembro de 2015	18.138	217.355	197.362	2.458	435.313	245.440

	Consolidado					Controladora Total
	Agência de Crédito à Exportação	Mercado Bancário	Mercado de Capitais	Outros	Total	
Não Circulante						
No País						
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2016	–	96.436	6.734	68	103.238	65.459
Ajuste acumulado de conversão	–	(342)	–	–	(342)	–
Adições de Financiamentos	–	1.543	–	–	1.543	134
Juros incorridos no período	–	1.045	1	–	1.046	586
Variações monetárias e cambiais	–	(5.277)	194	5	(5.078)	(3.274)
Transferência de longo prazo para curto prazo	–	(24.394)	(471)	(8)	(24.873)	(13.313)
Transferência para passivos associados a ativos mantidos para venda	–	(21)	–	–	(21)	–
Saldo final em 31 de dezembro de 2016	–	68.990	6.458	65	75.513	49.592
No Exterior						
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2016	18.138	120.919	190.628	2.390	332.075	179.981
Ajuste acumulado de conversão	(2.210)	(17.565)	(30.304)	(303)	(50.382)	–
Adições de Financiamentos	–	24.956	33.450	–	58.406	60.794
Juros incorridos no período	13	60	178	30	281	7.230
Variações monetárias e cambiais	(617)	(4.117)	(1.931)	(80)	(6.745)	(33.300)
Transferência de longo prazo para curto prazo	(3.373)	(14.472)	(36.659)	(390)	(54.894)	(57.876)
Transferência para passivos associados a ativos mantidos para venda	–	–	(1.061)	–	(1.061)	–
Saldo final em 31 de dezembro de 2016	11.951	109.781	154.301	1.647	277.680	156.829
Saldo total em 31 de dezembro de 2016	11.951	178.771	160.759	1.712	353.193	206.421

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Circulante				
Endividamento de Curto Prazo	1.167	5.946	23.121	20.779
Parcela Circulante de Endividamento de Longo Prazo	25.352	44.907	37.979	31.043
Juros Provisionados	5.277	6.481	958	1.091
Total	31.796	57.334	62.058	52.913

17.1. Informações resumidas sobre os financiamentos (passivo circulante e não circulante)

	Consolidado						
	até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 4 anos	4 a 5 anos	5 anos em diante	Valor justo Total (*)
Financiamentos em Reais (R\$):	8.032	7.948	14.172	19.570	10.835	18.231	78.788
Indexados a taxas flutuantes	6.064	6.470	12.733	18.196	9.477	12.270	65.210
Indexados a taxas fixas	1.968	1.478	1.439	1.374	1.358	5.961	13.578
Taxa média dos Financiamentos	10,2%	9,0%	8,6%	7,2%	6,3%	5,2%	7,9%

	Consolidado						
	21.666	23.889	48.882	32.356	47.235	97.200	271.228
Financiamentos em Dólares (US\$):	21.666	23.889	48.882	32.356	47.235	97.200	271.228
Indexados a taxas flutuantes	15.758	20.595	37.810	19.363	8.064	40.240	141.830
Indexados a taxas fixas	5.908	3.294	11.072	12.993	39.171	56.960	129.398
Taxa média dos Financiamentos	5,1%	5,3%	5,3%	5,6%	5,2%	6,6%	6,0%

	Consolidado						
	891	573	565	565	565	2.489	5.648
Financiamentos em R\$ indexados ao US\$:	891	573	565	565	565	2.489	5.648
Indexados a taxas flutuantes	77	71	63	63	63	52	389
Indexados a taxas fixas	814	502	502	502	502	2.437	5.259
Taxa média dos Financiamentos	6,2%	6,4%	6,4%	6,5%	6,6%	6,9%	6,6%

	Consolidado						
	186	–	–	–	–	6.908	7.094
Financiamentos em Libras (£):	186	–	–	–	–	6.908	7.094
Indexados a taxas fixas	186	–	–	–	–	6.908	7.094
Taxa média dos Financiamentos	6,2%	–	–	–	–	6,3%	6,2%

	Consolidado						
	286	286	–	–	–	–	572
Financiamentos em Ienes (¥):	286	286	–	–	–	–	572
Indexados a taxas flutuantes	286	286	–	–	–	–	572
Taxa média dos Financiamentos	0,5%	0,4%	–	–	–	–	0,5%

	Consolidado						
	713	3.861	4.493	674	2.563	9.333	21.637
Financiamentos em Euro (€):	713	3.861	4.493	674	2.563	9.333	21.637
Indexados a taxas flutuantes	3	–	–	521	–	–	524
Indexados a taxas fixas	710	3.861	4.493	153	2.563	9.333	21.113
Taxa média dos Financiamentos	3,7%	3,9%	4,2%	4,5%	4,6%	4,7%	4,3%

	Consolidado						
	22	–	–	–	–	–	22
Financiamentos Outras Moedas:	22	–	–	–	–	–	22
Indexados a taxas fixas	22	–	–	–	–	–	22
Taxa média dos Financiamentos	14,0%	–	–	–	–	–	14,0%

Total em 31 de dezembro de 2016	31.796	36.557	68.112	53.165	61.198	134.161	384.989	387.077
Taxa média dos financiamentos	6,1%	6,0%	5,9%	5,9%	5,4%	6,4%	6,2%	

Total em 31 de dezembro de 2015	57.333	44.505	62.827	88.231	60.670	179.081	492.647	426.282
Taxa média dos financiamentos	5,9%	6,4%	5,6%	5,8%	6,9%	6,7%	6,3%	

(*) Em 31 de dezembro de 2016, o prazo médio de vencimento dos financiamentos é de 7,46 anos (7,14 anos em 31 de dezembro de 2015)

Em 31 de dezembro de 2016, os valores justos dos financiamentos são principalmente determinados pela utilização de:

- Nível 1 - preços cotados em mercados ativos, quando aplicável, no valor de R\$ 151.582 (R\$ 167.631 em 31 de dezembro de 2015); e
- Nível 2 - método de fluxo de caixa descontado pelas taxas *spots* interpoladas dos indexadores (ou *proxies*) dos respectivos financiamentos, observadas às moedas atreladas, e pelo risco de crédito da Petrobras, no valor de R\$ 235.495 (R\$ 258.651 em 31 de dezembro de 2015). A metodologia divulgada anteriormente era determinada pela utilização do método de fluxo de caixa descontado por uma taxa baseada numa curva teórica elaborada com base nos *bonds* de maior liquidez da companhia.

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros sujeitos à variação cambial é apresentada na nota explicativa 33.2.

17.2. Taxa média ponderada da capitalização de juros

A taxa média ponderada dos encargos financeiros utilizada na determinação do montante dos custos de empréstimos sem destinação específica a ser capitalizado como parte integrante dos ativos em construção foi de 5,80% a.a. em 2016 (5,03% a.a em 2015).

17.3. Linhas de Crédito

Empresa	Instituição financeira	Data da abertura	Prazo Contratado	Utilizado	Valor	
					Contratado	Saldo
No exterior (Valores em US\$ milhões)						
Petrobras	JBIC	16/07/2013	31/12/2018	1.500	–	1.500
PGT BV	CHINA EXIM	24/10/2016	Indefinido	1.000	–	1.000
PGT BV	SACE	22/12/2016	22/12/2017	300	–	300
Total				2.800	–	2.800
No país						
Petrobras	FINPE	16/04/2014	26/12/2017	255	240	15
PNBV	BNDES	03/09/2013	26/03/2018	9.878	2.295	7.583
Transpetro	BNDES	31/01/2007	Indefinido	2.246	636	1.610
Transpetro	Banco do Brasil	09/07/2010	10/04/2038	159	70	89
Transpetro	Caixa Econômica Federal	23/11/2010	Indefinido	329	–	329
Total				12.867	3.241	9.626

17.4. Garantias

As instituições financeiras normalmente não requerem garantias para empréstimos e financiamentos concedidos à Controladora. Entretanto, existem financiamentos concedidos por instrumentos específicos de fomento, que contam com garantias reais. Adicionalmente, os contratos de financiamento obtidos junto ao China Development Bank (CDB) também possuem garantias reais, conforme nota explicativa 19.5.

Os empréstimos obtidos por entidades estruturadas estão garantidas pelos próprios projetos, bem como por penhor de direitos creditórios.

Os financiamentos junto ao mercado de capitais, que correspondem a títulos emitidos pela companhia, não possuem garantias reais.

18. ARRENDAMENTOS MERCANTIS

18.1. Recebimentos / pagamentos mínimos de arrendamento mercantil financeiro

	Recebimentos				Pagamentos			
	Valor futuro	Juros anuais	Valor presente	Valor futuro	Juros anuais	Valor presente	Valor presente	
Compromissos estimados								
2017	699	(402)	297	140	(81)	59	1.091	
2018 - 2021	2.560	(1.366)	1.194	553	(281)	272	3.461	
2022 - em diante	4.461	(1.149)	3.312	1.264	(800)	464	1.514	
Em 31 de dezembro de 2016	7.720	(2.917)	4.803	1.957	(1.162)	795	6.066	
Circulante			297			59	1.091	
Não circulante			4.506			736	4.975	
Em 31 de dezembro de 2016			4.803			795	6.066	

Circulante (*)		256		73	1.568
Não circulante (*)		5.441		303	5.426
Em 31 de dezembro de 2015		5.697		376	6.994

(*) Visando proporcionar melhor apresentação, o valor presente dos pagamentos, no montante de R\$ 25, foi reclassificado de fornecedores no circulante e o montante de R\$ 149 foi reclassificado de outras contas e despesas a pagar no não circulante.

18.2. Pagamentos mínimos de arrendamento mercantil operacional

Os arrendamentos mercantis operacionais incluem, principalmente, unidades de produção de petróleo e gás natural, sondas de perfuração e outros equipamentos de exploração e produção, navios, embarcações de apoio, helicópteros, terrenos e edificações.

	Consolidado	Controladora
2017	37.136	59.930
2018	28.514	51.122
2019	25.619	47.385
2020	24.639	45.765
2021	23.150	44.084
2022 em diante	176.807	279.124
Em 31 de dezembro de 2016	315.865	527.410
Em 31 de dezembro de 2015	387.332	587.276

Em 31 de dezembro de 2016, os saldos de contratos de arrendamento mercantil operacional que ainda não tinham sido iniciados em função dos ativos relacionados estarem em construção ou não terem sido disponibilizados para uso, representam o montante de R\$ 161.884 no Consolidado e R\$ 161.882 na Controladora (R\$ 236.739 no Consolidado e R\$ 211.634 na Controladora, em 2015).

No exercício de 2016, a companhia reconheceu despesas com arrendamento mercantil operacional no montante de R\$ 34.438 no Consolidado e R\$ 53.228 na Controladora (R\$ 32.485 no consolidado e R\$ 49.620 na Controladora em 2015).

19. PARTES RELACIONADAS

A companhia possui política de Transações com Partes Relacionadas que se aplica também às demais Sociedades do Sistema Petrobras, observados seus trâmites societários, conforme disposto no Estatuto Social da Petrobras.

Esta política que orienta a Petrobras e sua força de trabalho na celebração de Transações com Partes Relacionadas e em situações em que haja potencial conflito de interesses nestas operações, de forma a assegurar os interesses da companhia, alinhado à transparência nos processos e às melhores práticas de Governança Corporativa, incluindo: (i) análise prévia pelo Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) para transações celebradas com coligadas, com a União e com sociedades controladas por pessoal chave da administração e familiares com reporte mensal destas análises realizadas ao Conselho de Administração, para as transações que atendam aos critérios de materialidade estabelecidos na Instrução CVM 480/09; e (ii) aprovação prévia do Conselho de Administração para as transações envolvendo União, suas autarquias e fundações, devendo ser aprovada por no mínimo 2/3 dos seus membros.

A política também visa garantir a adequada e diligente tomada de decisões por parte da administração da companhia.

19.5. Garantias

A Petrobras tem como procedimento conceder garantias às subsidiárias e controladas para algumas operações financeiras realizadas no Brasil e no exterior.

As garantias oferecidas pela Petrobras, principalmente fidejussórias, são efetuadas com base em cláusulas contratuais que suportam as operações financeiras entre as subsidiárias/controladas e terceiros, garantindo assunção do cumprimento de obrigação de terceiro, caso o devedor original não o faça.

As operações financeiras realizadas por estas subsidiárias e garantidas pela Petrobras apresentam os seguintes saldos a liquidar:

Data de Vencimento das Operações	31.12.2016					31.12.2015	
	PGF (*)	PGT (**)	PNBV	TAG	Outros	Total	Total
2016	–	–	–	–	–	–	29.089
2017	3.417	–	2.946	–	11	6.374	22.132
2018	6.510	8.148	4.673	–	1.604	20.935	45.479
2019	17.562	19.229	7.561	–	1.111	45.463	63.241
2020	15.323	17.371	1.636	–	6.940	41.270	48.680
2021	41.688	–	733	–	5.529	47.950	30.753
2022 em diante	75.300	33.713	8.308	4.678	3.879	125.878	148.579
Total	159.800	78.461	25.857	4.678	19.074	287.870	387.953

(*) Petrobras Global Finance B.V., controlada da PIB BV.

(**) Petrobras Global Trading B.V., controlada da PIB BV.

A PGT, subsidiária integral da Petrobras, presta garantia real em duas operações de financiamento que a Petrobras obteve junto ao China Development Bank (CDB), com vencimentos em 2019 e 2026, por meio da colateralidade de seus recebíveis futuros das vendas de petróleo bruto, originadas das exportações da Petrobras, para compradores específicos (no máximo 300.000 bbl/d até 2019 e no máximo 200.000 bbl/d de 2020 até 2026), sendo o valor da garantia limitado ao saldo devedor da dívida.

19.6. Fundo de investimento no exterior de subsidiárias

Em 31 de dezembro de 2016, uma controlada da PIB BV mantinha recursos investidos diretamente ou por meio de fundo de investimento no exterior que detinha, entre outros, títulos de dívidas da NTS, PGF e de entidades estruturadas consolidadas relacionadas principalmente aos projetos Gasene, CDMPI, Charter e PDET, equivalentes a R\$ 10.389 (R\$ 15.623 em 31 de dezembro de 2015).

19.7. Transações com empreendimentos em conjunto, coligadas, entidades governamentais e fundos de pensão

A companhia realiza, e espera continuar a realizar, negócios no curso normal de várias transações com seus empreendimentos em conjunto, coligadas, fundos de pensão, bem como com seu acionista controlador, o governo federal brasileiro, que inclui transações com os bancos e outras entidades sob o seu controle, tais como financiamentos e serviços bancários, gestão de ativos e outras.

As transações significativas resultaram nos seguintes saldos:

	Consolidado					
	2016		2015		31.12.2015	
	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo
Empreendimentos controlados em conjunto e coligadas						
Distribuidoras estaduais de gás natural	6.088	803	226	9.849	996	281
Empresas do setor petroquímico	12.337	426	88	12.020	565	174
Outros empreendimentos controlados em conjunto e coligadas	1.624	580	1.245	1.878	524	1.768
Subtotal	20.049	1.809	1.559	23.747	2.085	2.223
Entidades governamentais						
Títulos públicos federais	454	3.628	–	1.090	4.352	–
Bancos controlados pela União Federal	(10.740)	13.408	64.727	(13.641)	10.181	95.034
Sector elétrico (nota explicativa 8.4)	3.359	16.042	8	5.821	13.335	–
Contas petróleo e álcool - créditos junto a União Federal (nota explicativa 19.6)	18	875	–	14	857	–
Outros	687	1.326	1.081	30	1.190	1.230
Subtotal	(6.222)	35.279	65.816	(6.686)	29.915	96.264
Planos de Pensão	1	158	324	–	141	431
Total	13.828	37.246	67.699	17.061	32.141	98.918

Receitas, principalmente de vendas	22.758		28.331		
Variações monetárias e cambiais líquidas	(1.035)		(4.730)		
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(7.895)		(6.540)		
Ativo circulante		9.979		8.806	
Ativo não circulante		27.267		23.335	
Passivo circulante			13.157		12.683
Passivo não circulante			54.542		86.235
Total	13.828	37.246	67.699	17.061	98.918

Receitas, principalmente de vendas	22.758		28.331		
Variações monetárias e cambiais líquidas	(1.035)		(4.730)		
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(7.895)		(6.540)		
Ativo circulante		9.979		8.806	
Ativo não circulante		27.267		23.335	
Passivo circulante			13.157		12.683
Passivo não circulante			54.542		86.235
Total	13.828	37.246	67.699	17.061	98.918

19.8. Contas petróleo e álcool - União Federal

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo da conta atualizado monetariamente é de R\$ 875 (R\$ 857 em 31 de dezembro de 2015) e poderá ser quitado pela União por meio da emissão de títulos do Tesouro Nacional, de valor igual ao saldo final do encontro de contas com a União, de acordo com o previsto na Medida Provisória nº 2.181, de 24 de agosto de 2001, ou mediante compensação com outros montantes que a Petrobras porventura estiver devendo à União Federal, na época, inclusive os relativos a tributos ou uma combinação das operações anteriores.

Visando concluir o encontro de contas com a União, a Petrobras prestou todas as informações requeridas pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, para dirimir as divergências ainda existentes entre as partes.

Considerando-se esgotado o processo de negociação entre as partes, na esfera administrativa, a administração da companhia decidiu pela cobrança judicial do referido crédito, para liquidação do saldo da conta petróleo e álcool, tendo, para isto, ajuizado ação em julho de 2011.

Na sentença judicial de 28 de outubro de 2016, o Juiz acolheu a manifestação do perito judicial afastando a compensação do crédito requerido pela União relacionado à suposta dívida da extinta Petrobras Comércio Internacional S.A. - Interbrás. Ainda cabem recursos processuais.

19.9. Remuneração da administração da companhia

O plano de cargos e salários e de benefícios e vantagens da Petrobras e a legislação específica estabelecem os critérios para todas as remunerações atribuídas pela companhia a seus empregados e dirigentes.

As remunerações de empregados, incluindo os ocupantes de funções gerenciais, e dirigentes da Petrobras relativas aos meses de dezembro de 2016 e 2015 foram as seguintes:

	2016			2015		
	Dez/2016	Expresso em reais		Dez/2015		
Menor remuneração	3.078,15	2.812,74				
Remuneração média	17.707,71	16.582,21				
Maior remuneração	92.203,64	90.078,93				
Remuneração do dirigente da Petrobras (maior)	116.761,20	106.748,22				

As remunerações totais do pessoal chave da administração da Petrobras Controladora são apresentadas a seguir:

	2016			2015		
	Conselho de Administração (Titulares e suplentes)		Total	Conselho de Administração (Titulares e suplentes)		Total
	Diretoria Executiva	Diretoria Executiva	Diretoria Executiva	Diretoria Executiva	Diretoria Executiva	Diretoria Executiva
Salários e benefícios	11,8	1,2	13,0	12,7	1,4	14,1
Encargos sociais	3,4	0,3	3,7	3,4	0,3	3,7
Previdência complementar	1,0	–	1,0	0,8	–	0,8
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	0,7	–	0,7	–	–	–
Remuneração total - competência	16,9	1,5	18,4	16,9	1,7	18,6
Remuneração total - pagamento realizado	16,9	1,5	18,4	16,9	1,7	18,6

Número de membros - média no período (*)	7,67	11,00	18,67	8,00	13,67	21,67
Número de membros remunerados - média no período (**)	7,67	9,33	17,00	8,00	11,33	19,33

(*) Corresponde à média do período do número de membros apurados mensalmente.

(**) Corresponde à média do período do número de membros remunerados apurados mensalmente.

No exercício de 2016, a despesa consolidada com os honorários de diretores e conselheiros do Sistema Petrobras totalizou R\$ 76,8 (R\$ 67,4 em 2015).

A remuneração dos membros dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração deve ser considerada à parte do limite global da remuneração fixado para os administradores, ou seja, os valores percebidos não são classificados como remuneração dos administradores.

21.6. Imposto de renda e contribuição social diferidos - não circulante

a) A movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos está apresentada a seguir:

	Consolidado								Controladora		
	Imobilizado					Benefícios concedidos a empregados				Total	
	Custo com prospecção	Outros (*)	Empréstimos, contas a receber / pagar e financiamentos	Arrendamentos mercantis financeiros	Provisão para processos judiciais	Prejuízos fiscais	Estoques	Outros			
Em 1º de janeiro de 2015	(36.249)	(595)	10.155	(1.573)	1.397	15.191	1.302	5.371	(378)	(5.379)	(9.062)
Reconhecido no resultado do exercício	(4.061)	5.894	(1.687)	186	1.712	6.789	74	(612)	616	8.911	8.047
Reconhecido no patrimônio líquido	–	–	20.961	–	–	(336)	–	(54)	–	20.571	17.991
Ajuste acumulado de conversão	–	106	2	–	(14)	501	(4)	3	(276)	318	–
Utilização de créditos tributários - REFIS e PRORELIT	–	–	–	–	–	(1.853)	–	–	–	(1.853)	(1.853)
Outros	–	(362)	296	21	(3)	73	7	(27)	11	16	33
Em 31 de dezembro de 2015	(40.310)	5.043	29.727	(1.366)	3.092	20.365	1.379	4.681	(27)	22.584	15.156
Reconhecido no resultado do exercício	3.792	(2.161)	(1.192)	108	663	(362)	19	1.731	682	3.280	1.010
Reconhecido no patrimônio líquido	–	–	(17.089)	992	–	(10)	–	3.485	–	(12.622)	(11.305)
Ajuste acumulado de conversão	–	(77)	47	–	5	(190)	–	(13)	(43)	(271)	–
Outros (**)	–	250	(47)	(28)	(84)	(119)	–	(77)	316	211	12
Em 31 de dezembro de 2016	(36.518)	3.055	11.446	(294)	3.676	19.684	1.398	9.807	928	13.182	4.873
Impostos diferidos ativos										23.490	15.156
Impostos diferidos passivos										(906)	–
Em 31 de dezembro de 2015										22.584	15.156
Impostos diferidos ativos										14.038	4.873
Impostos diferidos passivos										(856)	–
Em 31 de dezembro de 2016										13.182	4.873

(*) Inclui, principalmente, ajustes de perda no valor de recuperação de ativos e juros capitalizados.

(**) Inclui R\$ 249 transferido para Passivos associados a ativos mantidos para venda, pela venda das controladas Liqueigás, PESA e NTS.

b) Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos

Os créditos fiscais diferidos ativos foram reconhecidos com base na provisão de lucro tributável nos exercícios subsequentes, suportada pelas premissas do Plano de Negócios e Gestão - PNG (2017-2021), que tem como principais metas a reestruturação dos negócios, a continuidade do programa de desinvestimentos, a desmobilização de ativos e a redução de gastos operacionais.

A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados nas projeções baseadas no PNG.

Os suplentes do Conselho de Administração que participaram desses Comitês de Assessoramento, até abril de 2016, fizeram jus a uma remuneração total de R\$ 54 mil no exercício de 2016, e considerando os encargos sociais, os valores passam a ser de R\$ 65 mil.

20. PROVISÕES PARA DESMANTELAMENTO DE ÁREAS

Passivo não circulante	Consolidado		Controladora	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Saldo inicial	35.728	21.958	34.641	20.630
Revisão de provisão	(1.785)	17.300	(2.029)	17.277
Transferências referentes a passivos mantidos para venda (*)	(60)	(488)	323	(488)
Utilização por pagamentos	(2.606)	(4.149)	(2.600)	(3.306)
Atualização de juros	2.290	753	2.280	721
Outros	(155)	354	–	(193)
Saldo final	33.412	35.728	32.615	34.641

(*) Inclui R\$ 493 referentes aos campos de Bijupirá e Salema pela rescisão dos contratos de venda em fevereiro de 2016, R\$ 170 referentes aos campos de Lapa, Sururu, Berbigão e Oeste de Atapu pela intenção de venda de percentuais em dezembro de 2016, e R\$ 383 transferidos pela venda da controlada PESA.

A companhia revisa anualmente, com data base em 31 de dezembro, seus custos estimados com desmantelamento de áreas de produção de petróleo e gás, em conjunto com seu processo de certificação anual de reservas e quando houver indicativo de mudanças em suas premissas.

No ano de 2016, as revisões resultaram em uma redução da provisão de R\$ 2,3 bilhões com seus principais efeitos relacionados a: (i) redução de R\$ 3,2 bilhões, atribuível ao decréscimo do câmbio, com impacto direto nos custos em dólar; (ii) redução de R\$ 1,6 bilhão, devido ao aumento da taxa de desconto ajustada ao risco (de 6,73% a.a., em 31 de dezembro de 2015 para 7,42% a.a., em 31 de dezembro de 2016). Esses efeitos foram parcialmente compensados por um aumento de R\$ 2,5 bilhões na revisão das estimativas de abandono, impactada principalmente pela entrada de novos poços e equipamentos a serem abandonados.

21. TRIBUTOS

21.1. Tributos correntes

	Consolidado				Controladora	
	Ativo Circulante		Passivo Circulante		Ativo Circulante	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
No país	1.938	3.743	364	242	786	1.520
No exterior	23	96	48	168	–	–
Total	1.961	3.839	412	410	786	1.520

Demais impostos e contribuições	Ativo circulante		Ativo não circulante		Passivo circulante		Passivo não circulante (*)	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Impostos no país:								
ICMS / ICMS diferido	3.156	3.151	2.202	2.364	3.513	4.081	–	–
PIS e COFINS / PIS e COFINS diferido	2.314	2.913	7.374	7.913	1.509	1.902	–	–
CIDE	71	72	–	–	386	449	–	–
Participação especial/Royalties	–	–	–	–	4.015	2.428	–	–
Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte	–	–	–	–	1.584	1.698	–	60
Refis e Prorelit	–	–	–	–	90	1.068	–	43
Outros	540	585	623	718	621	956	65	–
Total no país	6.081	6.721	10.199	10.995	11.718			

Em 31 de dezembro de 2016, a expectativa de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos é a seguinte:

	Imposto de Renda e CSLL diferidos, líquidos			
	Consolidado		Controladora	
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
2017	6.681	374	4.873	–
2018	1.062	30	–	–
2019	1.463	44	–	–
2020	1.772	47	–	–
2021	1.052	222	–	–
2022	779	1	–	–
2023 em diante	1.229	138	–	–
Parcela registrada contabilmente	14.037	856	4.873	–
País	1.576	835	–	–
Exterior	8.252	–	–	–
Parcela não registrada contabilmente	9.828	835	–	–
Total	23.865	1.691	4.873	–

Em 31 de dezembro de 2016, a companhia possuía créditos tributários no exterior não registrados no montante de R\$ 8.252 (R\$ 9.513 em 31 de dezembro de 2015), decorrentes de prejuízos fiscais acumulados, oriundos, principalmente, das atividades de exploração e produção de óleo e gás e refino nos Estados Unidos no valor de R\$ 7.416 (R\$ 7.816 em 31 de dezembro de 2015) e na Espanha no valor de R\$ 834 (R\$ 1.697 em 2015).

O quadro a seguir demonstra os prazos máximos para aproveitamento dos créditos tributários não registrados no exterior:

Ano	Créditos tributários não registrados
2020	123
2021	435
2022	17
2023	158
2024	103
2025	19
2026	369
2027	424
2028	480
2029	529
2030 em diante	5.595
Total	8.252

21.7. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados estão apresentados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Prejuízo antes dos impostos	(10.703)	(41.229)	(15.690)	(42.883)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	3.639	14.018	5.335	14.580
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:				
Alíquotas diferenciadas de empresas no exterior	(391)	(1.388)	–	–
Tributação no Brasil de lucro de empresas no exterior (*)	(1.089)	(2.528)	(1.089)	(2.528)
Incentivos fiscais	171	43	18	–
Prejuízos fiscais não reconhecidos	(913)	(1.864)	–	–
Exclusões/(adições) permanentes, líquidas (**)	(3.242)	(2.081)	(2.749)	(3.997)
Outros	(517)	(142)	(649)	(8)
Imposto de renda e contribuição social	(2.342)	6.058	866	8.047
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.280	8.911	1.010	8.047
Imposto de renda e contribuição social correntes	(5.622)	(2.853)	(144)	–
Total	(2.342)	6.058	866	8.047
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	(21,9%)	14,7%	5,5%	18,8%

(*) Imposto de renda e contribuição social no país referentes aos lucros auferidos até 31 de dezembro de 2016 por investidas no exterior, conforme dispositivos previstos na Lei nº 12.973/2014.

(**) Inclui equivalência patrimonial e os efeitos acumulados de conversão reclassificados para resultado pela venda da PESA e Nansei (nota explicativa 10.1).

22. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS A EMPREGADOS

Os saldos relativos a benefícios concedidos a empregados estão representados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Passivo				
Plano de pensão Petros	35.040	23.185	33.191	22.110
Plano de pensão Petros 2	955	277	778	231
Plano de saúde AMS	36.549	26.369	33.467	24.641
Outros planos	124	343	–	–
	72.668	50.174	67.436	46.982
Circulante	2.672	2.556	2.533	2.436
Não Circulante	69.996	47.618	64.903	44.546
	72.668	50.174	67.436	46.982

22.1. Planos Petros e Petros 2

A gestão dos planos de previdência complementar da companhia é responsabilidade da Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros, que foi constituída pela Petrobras como uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

a) Plano Petros - Fundação Petrobras de Seguridade Social

O Plano Petros é um plano de previdência de benefício definido, instituído pela Petrobras em julho de 1970, que assegura aos participantes uma complementação do benefício concedido pela Previdência Social, e é direcionado atualmente aos empregados da Petrobras e da Petrobras Distribuidora - BR. O plano está fechado aos empregados admitidos desde setembro de 2002.

A avaliação do plano de custeio da Petros é procedida em regime de capitalização, para a maioria dos beneficiários. As patrocinadoras efetuam contribuições regulares em valores iguais aos valores das contribuições dos participantes (empregados, assistidos e pensionistas), ou seja, de forma paritária.

Em 31 de julho de 2016, foi apurado resultado deficitário de R\$ 22,6 bilhões para o Plano Petros. De acordo com a Resolução nº 22/2015 do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPCC) que regulamenta o tema de equacionamento de déficits, este valor superou o limite máximo, estipulado naquela mesma Resolução. No caso do Plano Petros, este limite foi avaliado em R\$ 6,6 bilhões o que, consequentemente, geraria um valor mínimo de R\$ 16 bilhões a ser equacionado, de forma paritária entre participantes e patrocinadores, em um prazo de 1,5 vez a duração do passivo do plano, estimado em 18 anos, sob diretrizes de um Plano de Equacionamento.

Ainda, de acordo com o disposto na mencionada Resolução, a Fundação Petros deveria ter desenvolvido e aprovado tal Plano de Equacionamento, no âmbito do seu Conselho Deliberativo, após anuência das Patrocinadoras, até 31 de dezembro de 2016 e deveria tê-lo implementado em até 60 dias de sua aprovação.

A Fundação ingressou com um pedido de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), que está em análise junto à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), órgão regulador do setor de Previdência Complementar, solicitando permissão

a) Movimentação das obrigações atuariais, do valor justo dos ativos e dos valores reconhecidos no balanço patrimonial.

	Consolidado									
	2016					2015				
	Planos de pensão					Planos de pensão				
	Petros	Petros 2	Plano de saúde - AMS	Outros planos	Total	Petros	Petros 2	Plano de saúde - AMS	Outros planos	Total
Movimentação do valor presente das obrigações atuariais										
Obrigação atuarial no início do exercício	70.952	1.160	26.369	556	99.037	73.601	1.441	23.957	443	99.442
Custo dos juros:										
· Com termo de compromisso financeiro	1.506	–	–	–	1.506	1.428	–	–	–	1.428
· Atuarial	8.560	166	3.792	28	12.546	7.926	188	3.065	60	11.239
Custo do serviço	288	74	446	64	872	254	107	148	38	547
Contribuições de participantes	321	–	–	1	322	341	–	–	1	342
Benefícios pagos, líquidos de contribuições de assistidos	(4.649)	(57)	(1.224)	(7)	(5.937)	(4.041)	(16)	(1.155)	(14)	(5.226)
Remensuração: (Ganhos)/Perdas atuariais - experiência	(4.735)	(42)	(2.716)	5	(7.488)	(1.735)	13	(2.544)	(12)	(4.278)
Remensuração: (Ganhos)/Perdas atuariais - hipóteses demográficas	260	(20)	(138)	5	107	(152)	(162)	10	(2)	(306)
Remensuração: (Ganhos)/Perdas atuariais - hipóteses financeiras	11.815	930	10.020	44	22.809	(6.670)	(411)	2.888	(33)	(4.226)
Outros	–	–	–	(445)	(445)	–	–	–	75	75
Obrigação atuarial no fim do exercício	84.318	2.211	36.549	251	123.329	70.952	1.160	26.369	556	99.037
Movimentação no valor justo dos ativos do plano										
Ativos do plano no início do exercício	47.767	883	–	213	48.863	52.685	679	–	160	53.524
Receita de juros	6.788	125	–	10	6.923	6.729	88	–	9	6.826
Contribuições pagas pela empresa	672	–	1.224	32	1.928	644	–	1.155	18	1.817
Contribuições de participantes	321	–	–	1	322	341	–	–	1	342
Termo de compromisso financeiro pago pela empresa	706	–	–	–	706	550	–	–	–	550
Benefícios pagos, líquidos de contribuições de assistidos	(4.649)	(57)	(1.224)	(7)	(5.937)	(4.041)	(16)	(1.155)	(14)	(5.226)
Remensuração: Retorno sobre os ativos inferior a receita de juros	(2.327)	305	–	1	(2.021)	(9.141)	132	–	(3)	(9.012)
Outros	–	–	–	(123)	(123)	–	–	–	42	42
Ativos do plano no fim do exercício	49.278	1.256	–	127	50.661	47.767	883	–	213	48.863
Valores reconhecidos no balanço patrimonial										
Valor presente das obrigações	84.318	2.211	36.549	251	123.329	70.952	1.160	26.369	556	99.037
(-) Valor justo dos ativos do plano	(49.278)	(1.256)	–	(127)	(50.661)	(47.767)	(883)	–	(213)	(48.863)
Passivo atuarial líquido em 31 de dezembro	35.040	955	36.549	124	72.668	23.185	277	26.369	343	50.174
Movimentação do passivo atuarial líquido										
Saldo em 1º de janeiro	23.185	277	26.369	343	50.174	20.916	762	23.957	283	45.918
(+) Efeitos de remensuração reconhecidos em outros resultados abrangentes	9.667	563	7.166	53	17.449	584	(692)	354	(44)	202
(+) Custos incorridos no exercício	3.566	115	4.238	82	8.001	2.879	207	3.213	89	6.388
(-) Pagamento de contribuições	(672)	–	(1.224)	(32)	(1.928)	(644)	–	(1.155)	(18)	(1.817)
(-) Pagamento do termo de compromisso financeiro	(706)	–	–	–	(706)	(550)	–	–	–	(550)
Outros	–	–	–	(322)	(322)	–	–	–	33	33
Saldo em 31 de dezembro	35.040	955	36.549	124	72.668	23.185	277	26.369	343	50.174

para postergar o prazo de implementação do referido Plano de Equacionamento do exercício de 2015 para aproximadamente 210 dias após a aprovação do TAC, alegando motivos de ordem técnica e de gestão da fundação. Considerando tais fatos, estima-se que a Petrobras, como patrocinadora do plano, deverá iniciar o pagamento de contribuições extras ao Plano Petros em virtude deste equacionamento somente após o prazo estabelecido no TAC.

Em 31 de dezembro de 2016, os saldos dos Termos de Compromisso Financeiro - TCF, assinados em 2008 pela companhia e a Petros, totalizavam R\$ 11.832 (R\$ 11.436 na Controladora). Os compromissos dos TCF têm prazo de vencimento em 20 anos com pagamento de juros semestrais de 6% a.a. sobre o saldo a pagar atualizado. Nesta mesma data, a companhia possuía estoque de petróleo e/ou derivados dado como garantia dos TCF no valor de R\$ 6.449, os quais estão em fase de revisão.

Para o exercício de 2017, as contribuições esperadas para o plano somam R\$ 624 (R\$ 588 na Controladora) e o pagamento de juros sobre o TCF, R\$ 719 (R\$ 696 na Controladora).

A duração média do passivo atuarial do plano, em 31 de dezembro de 2016, é de 11,42 anos (10,06 anos em 31 de dezembro de 2015).

b) Plano Petros 2 - Fundação Petrobras de Seguridade Social

O Plano Petros 2 foi implementado em julho de 2007, na modalidade de contribuição variável, pela Petrobras e algumas controladas que assumiram o serviço passado das contribuições correspondentes ao período em que os participantes estiveram sem plano, a partir de agosto de 2002, ou da admissão posterior, até 29 de agosto de 2007. O plano é direcionado atualmente aos empregados da Petrobras, Petrobras Distribuidora - BR, Stratura Asfaltos, Termobahia, Termomacacé, Transportadora Brasileira Gasoduto Brasil-Bolívia S.A. - TBG, Petrobras Transporte S.A. - Transpetro, Petrobras Biocombustível e Araucária Nitrogenados. O Plano Petros está aberto para novas adesões, sem o pagamento de serviço passado.

A parcela desse plano com característica de benefício definido refere-se à cobertura de risco com invalidez e morte, garantia de um benefício mínimo e renda vitalícia, sendo que os compromissos atuariais relacionados estão registrados de acordo com o método da unidade de crédito projetada. A parcela do plano com característica de contribuição definida destina-se à formação de reserva para aposentadoria programada, cujas contribuições são reconhecidas no resultado de acordo com o pagamento. Em 2016, a contribuição da companhia para parcela de contribuição definida totalizou R\$ 871 (R\$ 765 na Controladora).

A parcela da contribuição com característica de benefício definido está suspensa entre 1º de julho de 2012 a 30 de junho de 2017, conforme decisão do Conselho Deliberativo da Petros, que se baseou na recomendação da consultoria atuarial da Petros. Dessa forma, toda contribuição deste período está sendo destinada para conta individual do participante.

As contribuições esperadas das patrocinadoras, para 2017, são de R\$ 854 (R\$ 732 na Controladora), referentes à parcela de contribuição definida.

A duração média do passivo atuarial do plano, em 31 de dezembro de 2016, é de 43,20 anos (29,58 anos em 31 de dezembro de 2015).

22.2. Outros planos

A companhia também patrocina outros planos de pensão e saúde no país e no exterior. A maioria desses planos possui saldos de passivos atuariais superiores aos ativos garantidores e os ativos são mantidos em trustes, fundações ou entidades similares que são regidas pelas regulamentações locais.

Com a venda das empresas Petrobras Argentina e Nansei Sekiyu, a companhia não patrocina mais os respectivos planos de pensão e saúde em 31 de dezembro de 2016. Além disso, o Conselho de Administração da companhia aprovou a venda de sua participação na subsidiária Liqigãs e, portanto, o passivo atuarial a ela associado foi reclassificado para a conta de passivos associados a ativos mantidos para venda.

22.3. Ativos dos planos de pensão

A estratégia de investimentos para ativos dos planos de benefícios é reflexo de uma visão de longo prazo, de uma avaliação dos riscos inerentes às diversas classes de ativos, bem como do uso da utilização da diversificação como mecanismo de redução de risco da carteira. A carteira de ativos do plano deverá obedecer às normas definidas pelo Conselho Monetário Nacional.

A Petrobras elabora Políticas de Investimentos que têm a função de nortear a gestão de investimento para períodos de cinco anos, que são revisadas anualmente. O modelo de ALM - *Asset and Liability Management* é utilizado para resolver descasamentos de fluxo de caixa líquido dos planos de benefícios por ela administrados, considerando parâmetros de liquidez e solvência, adotando-se nas simulações o horizonte de 30 anos.

Os limites de alocação dos ativos determinados na Política de Investimentos do Plano Petros Sistema Petrobras no período entre 2017 a 2021 são de: 40% a 75% em renda fixa, 10% a 35% em renda variável, 4% a 8% em imóveis, 2% a 8% em empréstimos a participantes e 0% a 7% em investimentos estruturados. Enquanto os limites de alocação do Plano Petros 2 para o mesmo período são de: 60% a 100% em renda fixa, 0% a 20% em renda variável, 0% a 5% em imóveis, 2% a 8% em empréstimos a participantes, 0% a 4% em investimentos estruturados e de 0% a 2% em investimentos no exterior.

Os ativos dos planos de pensão, segregados por categoria, são os seguintes:

Categoria do Ativo	Consolidado					
	2016		2015			
	Preços cotados em mercado ativo	Preços não cotados em mercado ativo	Valor justo total	%	Valor justo total	%
Renda fixa	21.530	3.798	25.328	50	21.283	43
· Títulos privados	–	221	221	–	620	–
· Títulos públicos	21.530	–	21.530	–	17.033	–
Outros investimentos	–	3.577	3.577	–	3.630	–
Renda variável	16.129	369	16.498	33	17.484	36
· Ações à vista	16.129	–	16.129	–	16.826	–
· Outros investimentos	–	369	369	–	658	–
Investimentos Estruturados	–	2.519	2.519	5	3.819	8
· Fundos de <i>Private Equity</i>	–	2.182	2.182	–	3.490	–
· Fundos de <i>Venture Capital</i>	–	56	56	–	37	–
· Fundos Imobiliários	–	281	281	–	292	–
Imóveis	–	4.052	4.052	8	4.203	9
	37.659	10.738	48.397	96	46.789	96
Empréstimos a participantes	–	2.264	2.264	4	2.074	4
			50.661	100	48.863	100

Em 31 de dezembro de 2016, os investimentos incluem ações ordinárias e preferenciais da Petrobras no valor de R\$ 36 e de R\$ 146, respectivamente, e imóveis alugados pela companhia no valor de R\$ 1.489.

Os ativos de empréstimos concedidos a participantes são avaliados ao custo amortizado, o que se aproxima do valor de mercado.

22.4. Plano de Saúde - Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS)

A Petrobras, Petrobras Distribuidora - BR, Petrobras Transporte S.A. - Transpetro, Petrobras Biocombustível, Transportadora Brasileira Gasoduto Brasil-Bolívia S.A. - TBG, Araucária Nitrogenados e Termobahia mantêm um plano de assistência médica (AMS), que cobre todos os empregados das empresas no Brasil (ativos e inativos) e dependentes. O plano é administrado pela própria companhia e sua gestão é baseada em princípios de autossustentabilidade do benefício, e conta com programas preventivos e de atenção à saúde. O principal risco atrelado a benefícios de saúde é relativo ao ritmo de crescimento dos custos médicos, decorrente tanto da implantação de novas tecnologias e inclusão de novas coberturas quanto de um maior consumo de saúde. Nesse sentido, a companhia busca mitigar esse risco por meio de aperfeiçoamento contínuo de seus procedimentos técnicos e administrativos, bem como dos diversos programas oferecidos aos beneficiários.

Os empregados contribuem com uma parcela mensal pré-definida para cobertura de grande risco e com uma parcela dos gastos incorridos referentes às demais coberturas, ambas estabelecidas conforme tabelas de participação baseadas em determinados parâmetros, incluindo níveis salariais e etários, além do benefício farmacêutico que prevê condições especiais na aquisição, em farmácias cadastradas distribuídas em todo o território nacional, de certos medicamentos. O plano de assistência médica não está coberto por ativos garantidores. O pagamento dos benefícios é efetuado pela companhia com base nos custos incorridos pelos participantes.

A duração média do passivo atuarial do plano, em 31 de dezembro de 2016, é de 22,04 anos (21,54 anos em 31 de dezembro de 2015).

22.5. Obrigações e despesas líquidas atuariais, calculados por atuários independentes, e valor justo dos ativos dos planos

As informações de outros planos foram agregadas, uma vez que o total de ativos e obrigações destes planos não são significativos.

b) Componentes do benefício definido

	Consolidado				
	Planos de pensão		Saúde		Total
	Petros	Petros 2	AMS	Outros planos	Total
Custo do serviço	288	74	446	64	872
Juros líquidos sobre passivo/(ativo) líquido	3.278	41	3.792	18	7.129
Custo Líquido do exercício	3.566	115	4.238	82	8.001
Relativa a empregados ativos:					
Absorvida no custeio das atividades operacionais	888	61	995	5	1.949
Diretamente no resultado	446	38	539	72	1.095
Relativa aos assistidos	2.232	16	2.704	5	4.957
Custo Líquido do exercício	3.566	115	4.238	82	8.001
2015					
Custo do serviço	254	107	148	38	547
Juros líquidos sobre passivo/(ativo) líquido	2.625	100	3.065	51	5.841
Custo líquido do exercício	2.879	207	3.213	89	6.388
Relativa a empregados ativos:					
Absorvida no custeio das atividades operacionais	841	105	638	6	1.590
Diretamente no resultado	437	86	406	79	1.008
Relativa aos assistidos	1.601	16	2.169	4	3.790
Custo líquido do exercício	2.879	207	3.213	89	6.388

c) Análise de sensibilidade

A variação de 1 p.p. nas premissas de taxa de desconto e custos médicos teriam os seguintes efeitos:

	Consolidado					
	Pensão		Saúde		Taxa de variação de custos médicos e hospitalares	
	+ 1 p.p.	- 1 p.p.	+ 1 p.p.	- 1 p.p.	+ 1 p.p.	- 1 p.p.
Obrigações atuariais	(8.159)	9.930	(4.348)	5.406	5.463	(4.485)
Custo do serviço e juros	(14)	595	(246)	297	742	(599)

d) Principais premissas atuariais adotadas no cálculo

	2016		2015	
Taxa de desconto (Real)	5,74% ⁽¹⁾ / 5,69% ⁽²⁾ / 5,72% ⁽³⁾		7,33% ⁽¹⁾ / 7,28% ⁽²⁾ / 7,32% ⁽³⁾	
Inflação (IPCA)	4,87% ⁽¹⁾ (2)(3)(4)		6,87% ⁽¹⁾ (2)(3)(4)	
Taxa de desconto nominal (Real + Inflação)	10,89% ⁽¹⁾ / 10,84% ⁽²⁾ / 10,87% ⁽³⁾		14,70% ⁽¹⁾ / 14,65% ⁽²⁾ / 14,69% ⁽³⁾	
Taxa de crescimento salarial (Real)	1,53% ⁽¹⁾⁽³⁾ / 2,58% ⁽²⁾⁽³⁾		1,48% ⁽¹⁾⁽³⁾ / 2,79% ⁽²⁾⁽³⁾	
Taxa de crescimento salarial Nominal (Real + Inflação)	6,47% ⁽¹⁾⁽³⁾ / 7,57% ⁽²⁾⁽³⁾		8,45% ⁽¹⁾⁽³⁾ / 9,85% ⁽²⁾⁽³⁾	
Taxa de rotatividade do plano de saúde	0,597% a.a. ⁽⁶⁾		0,753% a.a. ⁽⁶⁾	
Taxa de rotatividade do plano de pensão	Nula		Nula	
Taxa de variação de custos médicos e hospitalares	13,91% a 4,00% a.a. ⁽⁷⁾		14,92% a 3,70% a.a. ⁽⁷⁾	
Tábua de mortalidade geral	EX-PETROS 2013 (ambos os gêneros) ⁽¹⁾⁽³⁾		EX-PETROS 2013 (ambos os gêneros) ⁽¹⁾⁽³⁾	
Tábua de entrada em invalidez	AT-2000 Feminina suavizada em 10% ⁽²⁾		AT-2000 Feminina suavizada em 10% ⁽²⁾	
Tábua de mortalidade de inválidos	TASA 1927 ⁽¹⁾⁽³⁾ / LIGHT fraça ⁽²⁾		TASA 1927 ⁽¹⁾⁽³⁾ / Álvaro Vindas ⁽²⁾	
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49 Masculina agravada em 10% ⁽¹⁾⁽³⁾		AT-49 Masculina agravada em 10% ⁽¹⁾⁽³⁾	
Idade de entrada na aposentadoria	IAPB 1957 fraça ⁽²⁾		IAPB 1957 fraça ⁽²⁾	
	Homem, 57 anos / Mulher, 56 anos ⁽⁸⁾		Homem, 57 anos / Mulher, 56 anos ⁽⁸⁾	

(1) Plano Petros Sistema Petrobras.

(2) Plano Petros 2.

(3) Plano AMS.

(4) Curva de inflação sendo projetada com base no mercado em 4,87% para 2017 e atingindo 4,00% de 2026 em diante.

(5) Taxa de crescimento salarial apenas da patrocinadora Petrobras, baseado no plano de cargos e salários.

(6) Rotatividade média apenas da patrocinadora Petrobras, que varia de acordo com a idade e tempo de serviço.

(7) Taxa decrescente atingindo nos próximos 30 anos a expectativa de inflação projetada de longo prazo. Refere-se apenas a taxa da patrocinadora Petrobras.

(8) Exceto para o Plano Petros 2, para o qual foi utilizada a elegibilidade conforme as regras do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e regras do plano.

e) Perfil de vencimento da obrigação

	Consolidado				
	2016				
	Plano de pensão	Saúde			Total
	Petros	Petros 2	AMS	Outros planos	Total
Até 1 ano	5.865	75	1.334	4	7.278
De 1 a 2 anos	5.153	76	1.401	3	6.633
De 2 a 3 anos	4.956	77	1.465	3	6.501
De 3 a 4 anos	4.788	77	1.517	3	6.385
Acima de 4 anos	63.556	1.906	30.832	238	96.532
Total	84.318	2.211	36.549	251	123.329

22.6. Outros planos de contribuição definida

A Petrobras, por meio de suas controladas no país e no exterior também patrocina outros planos de aposentadoria de contribuição definida aos empregados. As contribuições pagas no exercício de 2016, reconhecidas no resultado, totalizaram R\$ 16.

22.7. Plano de incentivo ao desligamento voluntário

A companhia implementou alguns Programas de incentivo ao desligamento voluntário no período de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2016, conforme descrito a seguir:

- Petrobras (PIDV 2014) - o período de inscrição ocorreu de 12 de fevereiro a 31 de março de 2014, sendo reaberto no período de 30 de novembro a 18 de dezembro de 2015, para os empregados desistentes ou excluídos, permitindo a revalidação da inscrição em caráter voluntário, com inscrição de 7.634 funcionários, dos quais 6.878 funcionários já foram desligados e 415 desistiram;
- Petrobras Distribuidora (PIDV BR 2014) - o período de inscrições ocorreu de 12 de fevereiro de 2014 a 31 de março de 2014, com adesão de 712 funcionários, dos quais 656 funcionários já foram desligados e 55 desistiram;
- Petrobras Distribuidora (PIDV BR 2015) - o período de inscrições ocorreu de 13 de outubro de 2015 a 30 de dezembro de 2015, com adesão de 345 funcionários, dos quais 316 funcionários já foram desligados e 29 desistiram;
- Petrobras (PIDV 2016) - o período de inscrições ocorreu de 1º de abril a 31 de agosto de 2016, com adesão de 11.866 funcionários, dos quais 5.312 funcionários já foram desligados e 393 desistiram.
- Petrobras Distribuidora (PIDV BR 2016) - o período de inscrições ocorreu de 1º de novembro a 30 de dezembro de 2016, com adesão de 1.105 funcionários, com previsão de desligamento a partir de 17 de janeiro de 2017.

Desta forma, a companhia já registrou um total de 13.162 desligamentos nos planos acima listados.

A movimentação da provisão em 2016 está representada a seguir:

	Consolidado
	2016
Saldo em 31 de dezembro de 2015	777
Novos inscritos PIDV Petrobras 2016	4.117
Revisão de provisão	(35)
Utilização por desligamento	(2.215)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.644
Circulante	2.644
Não circulante	-

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

23.1. Capital social realizado

Em 31 de dezembro de 2016, o capital subscrito e integralizado no valor de R\$ 205.432 está representado por 7.442.454.142 ações ordinárias e 5.602.042.788 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

As ações preferenciais têm prioridade no caso de reembolso do capital, não asseguram direito de voto e não são conversíveis em ações ordinárias.

23.2. Transações de capital

a) Gastos com emissão de ações

Custos de transação incorridos na captação de recursos por meio da emissão de ações, líquidos de impostos.

b) Mudança de participação em controladas

Diferenças entre o valor pago e o montante contábil decorrentes das variações de participações em controladas que não resultem em perda de controle, considerando que se tratam de transações de capital, ou seja, transações com os acionistas, na qualidade de proprietários. As principais mudanças de participação em controladas estão relatadas na nota explicativa 11.

23.3. Reservas de lucros

a) Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

b) Reserva estatutária

Constituída mediante a apropriação do lucro líquido de cada exercício de um montante equivalente a, no mínimo, 0,5% do capital social integralizado no fim do exercício e destina-se ao custeio dos programas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico. O saldo desta reserva não pode exceder a 5% do capital social integralizado, de acordo com o artigo 55 do Estatuto Social da Companhia.

c) Reserva de incentivos fiscais

Constituída mediante destinação de parcela do resultado do exercício equivalente aos incentivos fiscais, decorrentes de doações ou subvenções governamentais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações. Essa reserva somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital social.

A parcela do resultado referente à subvenção de investimentos no âmbito das Superintendências de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e da Amazônia (SUDAM) não foi destinada para reserva de incentivos fiscais em função da ausência de lucro. Entretanto, a constituição de reserva de incentivo com esta parcela ocorrerá em períodos subsequentes, conforme previsto na Lei nº 12.973/14, em seu capítulo I.

O montante acumulado de subvenção de investimentos proveniente do resultado dos três últimos exercícios a ser utilizado para constituição de reserva de incentivo em períodos subsequentes é de R\$ 104, sendo R\$ 54 do exercício de 2016, R\$ 25 do exercício de 2015 e R\$ 25 do exercício de 2014.

d) Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, principalmente nas atividades de exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás, em conformidade com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de prejuízos acumulados será obrigatoriamente absorvido pela reserva de retenção de lucros, no montante de R\$ 14.812.

23.4. Outros Resultados Abrangentes

No exercício de 2016 foram reconhecidos como outros resultados abrangentes, principalmente os seguintes efeitos:

– ajuste acumulado de conversão devedor, no montante de R\$ 15.585, decorrente da tradução das demonstrações contábeis de controladas no exterior em moeda funcional diferente do real. Adicionalmente, motivada pela venda da totalidade de sua participação na Petrobras Participações S.L. – “PPSL” e da “Nansei Sekiyu - NSS, conforme nota explicativa 10.1, a companhia transferiu o montante de R\$ 3.693 para outros resultados abrangentes referente aos efeitos cambiais acumulados de conversão, desde a data de aquisição destes investimentos até as datas de alienação;

– perdas atuárias com planos de benefícios definidos no montante de R\$ 17.449, líquido de imposto;

– hedge de fluxo de caixa de exportação, aumentando o patrimônio líquido no período de R\$ 40.327, líquido de impostos e do efeito de reclassificação de parte da variação cambial para resultado, totalizando em 31 de dezembro de 2016 o valor de R\$ 25.119, líquido de impostos, conforme nota explicativa 33.2.

23.5. Dividendos

O Estatuto Social determina que os acionistas terão direito, em cada exercício, aos dividendos, que não poderão ser inferiores a 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações, rateado pelas ações em que se dividir o capital da companhia. Uma vez que a companhia proponha remuneração aos acionistas, as ações preferenciais têm prioridade no recebimento dos dividendos, no mínimo, de 3% do valor do patrimônio líquido da ação, ou de 5% calculado sobre a parte do capital representada por essa espécie de ações, prevalecendo sempre o maior, participando em igualdade com as ações ordinárias, nos aumentos de capital social decorrentes de incorporação de reservas e lucros.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, considerando a inexistência de lucro, não foi proposto pagamento de dividendos e/ou juros sobre capital próprio pelo Conselho de Administração.

23.6. Resultado por ação

	Consolidado e Controladora					
	2016		2015			
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador básico e diluído						
Prejuízo atribuível aos acionistas da Petrobras atribuído igualmente entre as classes de ações	(8.458)	(6.366)	(14.824)	(19.875)	(14.961)	(34.836)
Denominador básico e diluído						
Média ponderada da quantidade de ações em circulação (nº de ações)	7.442.454.142	5.602.042.788	13.044.496.930	7.442.454.142	5.602.042.788	13.044.496.930
Prejuízo básico e diluído por ação (R\$ por ação)	(1,14)	(1,14)	(1,14)	(2,67)	(2,67)	(2,67)

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o lucro ou (prejuízo) do exercício atribuído aos acionistas da companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação.

O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se o lucro ou (prejuízo) e a média ponderada da quantidade de ações levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição (instrumentos patrimoniais ou contratos capazes de resultar na emissão de ações).

Os resultados apurados do prejuízo básico e diluído apresentam o mesmo valor por ação em virtude da Petrobras não possuir ações potenciais.

24. RECEITA DE VENDAS

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Receita bruta de vendas	357.366	401.320	296.101	328.747
Encargos de vendas (*)	(74.777)	(79.682)	(73.034)	(77.724)
Receita de vendas (**)	282.589	321.638	223.067	251.023
Diesel	88.750	100.804	74.471	87.559
Gasolina automotiva	56.540	53.903	43.540	42.344
Querosene de aviação (QAV)	8.931	11.003	9.288	11.718
Gás liquefeito de petróleo (GLP)	10.669	9.585	8.966	8.042
Nafta	8.500	8.487	8.500	8.487
Óleo combustível (incluindo bunker)	4.068	7.414	3.634	5.951
Outros derivados de petróleo	11.676	11.409	10.074	10.332
Subtotal de derivados	189.134	202.605	158.473	174.433
Gás natural	13.801	19.405	13.204	18.815
Etanol, nitrogenados e renováveis	13.024	12.872	10.881	9.681
Eleticidade, serviços e outros	9.611	15.916	11.119	19.249
Mercado interno	225.570	250.798	193.677	222.178
Exportações	28.910	32.179	29.390	28.845
Vendas no exterior (***)	28.109	38.661	-	-
Mercado externo	57.019	70.840	29.390	28.845
Receitas de vendas (**)	282.589	321.638	223.067	251.023

(*) Inclui, principalmente, CIDE, PIS, COFINS e ICMS.

(**) A receita de vendas por segmento de negócio está apresentada na nota explicativa 29.

(***) Receita proveniente de vendas realizadas no exterior, incluindo trading e excluídas exportações.

Em 2016, o total de vendas para os dois clientes terceiros que representam aproximadamente 10% ou mais do total de venda da companhia foi de R\$ 30.156 (R\$ 32.624 em 2015) e R\$ 26.843 (R\$ 27.137 em 2015), impactando principalmente o segmento de abastecimento.

25. OUTRAS DESPESAS LÍQUIDAS

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Paradas não programadas e gastos pré-operacionais	(6.560)	(4.156)	(6.460)	(4.113)
(Perdas) / Ganhos com processos judiciais, administrativos e arbitrais	(4.817)	(5.583)	(2.725)	(4.708)
Plano de pensão e saúde (inativos)	(4.956)	(3.790)	(4.722)	(3.619)
Gastos com PIDV	(4.082)	(417)	(3.647)	(326)
Realização de ajustes acumulados de conversão - CTA	(3.693)	-	-	-
PCLD sobre outros recebíveis	(2.225)	(1.206)	(148)	(1.175)
Relações institucionais e projetos culturais	(879)	(1.401)	(775)	(1.165)
Despesas operacionais c/ termelétricas	(337)	(386)	(332)	(428)
Provisão para assunção de dívidas de fornecedores com subcontratadas	(333)	-	-	-
Gastos com segurança, meio ambiente e saúde	(281)	(314)	(276)	(306)
Ressarcimentos de gastos referentes à Operação Lava Jato	432	230	430	230
Subvenções e assistências governamentais	587	62	122	50
Contratos de Ship/ Take or Pay	949	777	956	625
Resultado com alienações e baixas de ativos (*)	951	(2.893)	1.399	(3.075)
Gastos/Ressarcimentos com operações em parcerias de E&P	1.988	1.863	1.988	1.863
Resultado relacionado a desmantelamento de áreas	4.864	(550)	4.886	(550)
Outros	1.467	(874)	(403)	(850)
Total	(16.925)	(18.638)	(9.707)	(17.547)

(*) Inclui áreas devolvidas e projetos cancelados.

26. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Matérias-primas e produtos para revenda	(65.864)	(94.453)	(42.210)	(67.401)
Materiais, serviços, fretes, alugueis e outros	(52.308)	(70.405)	(58.332)	(66.338)
Depreciação, depleção e amortização	(48.543)	(38.574)	(37.150)	(28.039)
Gastos com pessoal				

28. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES À DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Valores pagos e recebidos durante o período				
Imposto de renda retido na fonte de terceiros	3.297	3.355	2.828	2.696
Transações de investimentos e financiamentos que não envolvem caixa				
Aquisição de imobilizado a prazo	417	591	–	–
Contrato com transferência de benefícios, riscos e controles de bens	296	–	355	374
Constituição (reversão) de provisão para desmantelamento de áreas	3.113	15.932	2.868	16.511
Utilização de créditos fiscais e depósitos judiciais para pagamento de contingência	464	3.634	390	3.583

29. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Em 28 de abril de 2016, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou os ajustes estatutários de acordo com a nova estrutura organizacional da companhia e seu novo modelo de gestão e governança, com o objetivo de alinhar a organização à nova realidade do setor de óleo e gás e priorizar a rentabilidade e disciplina de capital.

Em 31 de dezembro de 2016, a apresentação de informações segmentadas reflete a estrutura de avaliação da alta administração em relação aos desempenhos e alocação de recursos dos negócios.

Ativo Consolidado por Área de Negócio - 31.12.2016

	E&P	Abaste- cimento	Gás & Energia	Biocom- bustíveis	Distribui- ção	Corpo- rativo	Elimi- nação	Total
	Circulante	18.262	40.609	11.707	1.319	9.906	81.262	
Não circulante	438.332	130.750	51.808	380	10.398	28.795	(1.425)	659.038
Realizável a longo prazo	24.870	10.793	6.539	12	3.314	22.285	(1.262)	66.551
Investimentos	4.722	3.597	1.520	43	47	19	–	9.948
Imobilizado	401.057	115.745	42.675	325	6.308	5.929	(163)	571.876
Em operação	295.655	101.520	38.659	315	5.389	4.798	(163)	446.174
Em construção	105.402	14.225	4.016	10	919	1.131	–	125.702
Intangível	7.683	615	1.074	–	729	562	–	10.663
Ativo	456.594	171.359	63.515	1.699	20.304	110.057	(18.583)	804.945

Ativo Consolidado por Área de Negócio - 31.12.2015

	E&P	Abaste- cimento	Gás & Energia	Biocom- bustíveis	Distribui- ção	Corpo- rativo	Elimi- nação	Total
	Circulante	14.215	35.247	9.424	176	8.979	112.715	
Não circulante	469.181	142.384	66.599	1.709	11.609	41.350	(1.304)	731.528
Realizável a longo prazo	25.250	9.309	6.277	12	3.355	32.792	(1.142)	75.853
Investimentos	7.054	3.431	1.781	1.339	134	33	–	13.772
Imobilizado	428.447	128.982	57.300	358	7.296	7.610	(162)	629.831
Em operação	310.761	112.470	47.611	317	6.175	5.798	(162)	482.970
Em construção	117.686	16.512	9.689	41	1.121	1.812	–	146.861
Intangível	8.430	662	1.241	–	824	915	–	12.072
Ativo	483.396	177.631	76.023	1.885	20.588	154.065	(13.453)	900.135

Demonstração Consolidada do Resultado por Área de Negócio - 2016

	E&P	Abaste- cimento	Gás & Energia	Biocom- bustíveis	Distribui- ção	Corpo- rativo	Elimi- nação	Total
	Receita de vendas	116.033	217.181	32.809	839	97.101	–	
Intersegmentos	110.946	59.522	8.638	807	1.461	–	(181.374)	–
Terceiros	5.087	157.659	24.171	32	95.640	–	–	282.589
Custo dos produtos vendidos	(86.186)	(167.686)	(23.829)	(919)	(89.563)	–	175.572	(192.611)
Lucro bruto	29.847	49.495	8.980	(80)	7.538	–	(5.802)	89.978
Despesas	(23.086)	(18.376)	(4.894)	(212)	(7.246)	(19.357)	304	(72.867)
Vendas	(510)	(6.430)	(2.651)	(6)	(4.590)	29	333	(13.825)
Gerais e administrativas	(1.216)	(1.535)	(716)	(83)	(937)	(6.994)	(1)	(11.482)
Custos exploratórios p/ extração de petróleo e gás	(6.056)	–	–	–	–	–	–	(6.056)
Custos com pesquisa e desenvolvimento tecnológico	(696)	(199)	(62)	(2)	(1)	(866)	–	(1.826)
Tributárias	(295)	(342)	(762)	(10)	(103)	(944)	–	(2.456)
Reversão/Perda no valor de recuperação de ativos - <i>Impairment</i>	(10.700)	(8.090)	(1.217)	(24)	(266)	–	–	(20.297)
Outras receitas (despesas), líquidas	(3.613)	(1.780)	514	(87)	(1.349)	(10.582)	(28)	(16.925)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro, participações e impostos	6.761	31.119	4.086	(292)	292	(19.357)	(5.498)	17.111
Resultado financeiro líquido	–	–	–	–	–	(27.185)	–	(27.185)
Resultado de participações em investimentos	97	(176)	282	(862)	30	–	–	(629)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	6.858	30.943	4.368	(1.154)	322	(46.542)	(5.498)	(10.703)
Imposto de renda e contribuição social	(2.299)	(10.581)	(1.389)	99	(99)	10.058	1.869	(2.342)
Lucro líquido (prejuízo)	4.559	20.362	2.979	(1.055)	223	(36.484)	(3.629)	(13.045)
Atribuível aos:								
Acionistas da Petrobras	4.762	20.594	2.557	(1.055)	220	(38.273)	(3.629)	(14.824)
Acionistas não controladores	(203)	(232)	422	–	3	1.789	–	1.779
Lucro líquido (prejuízo)	4.559	20.362	2.979	(1.055)	223	(36.484)	(3.629)	(13.045)

Demonstração Consolidada do Resultado por Área de Negócio - 2015

	E&P	Abaste- cimento	Gás & Energia	Biocom- bustíveis	Distribui- ção	Corpo- rativo	Elimi- nação	Total
	Receita de vendas	117.098	245.613	43.185	769	110.030	–	
Intersegmentos	112.071	73.635	6.827	716	1.808	–	(195.057)	–
Terceiros	5.027	171.978	36.358	53	108.222	–	–	321.638
Custo dos produtos vendidos	(82.908)	(199.596)	(34.490)	(846)	(101.623)	–	196.401	(223.062)
Lucro bruto	34.190	46.017	8.695	(77)	8.407	–	1.344	98.576
Despesas	(52.128)	(20.579)	(7.878)	(346)	(9.656)	(21.076)	696	(110.967)
Vendas	(741)	(6.648)	(1.975)	(6)	(7.288)	60	705	(15.893)
Gerais e administrativas	(1.387)	(1.464)	(777)	(96)	(916)	(6.390)	(1)	(11.031)
Custos exploratórios p/ extração de petróleo e gás	(6.467)	–	–	–	–	–	–	(6.467)
Custos com pesquisa e desenvolvimento tecnológico	(499)	(386)	(169)	(30)	(4)	(936)	–	(2.024)
Tributárias	(552)	(2.488)	(1.295)	(6)	(244)	(4.653)	–	(9.238)
Reversão/Perda no valor de recuperação de ativos - <i>Impairment</i>	(38.292)	(6.399)	(2.507)	(181)	(297)	–	–	(47.676)
Outras receitas (despesas), líquidas	(4.190)	(3.194)	(1.155)	(27)	(907)	(9.157)	(8)	(18.638)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro, participações e impostos	(17.938)	25.438	817	(423)	(1.249)	(21.076)	2.040	(12.391)
Resultado financeiro líquido	–	–	–	–	–	(28.041)	–	(28.041)
Resultado de participações em investimentos	(1.145)	1.192	403	(687)	31	(591)	–	(797)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	(19.083)	26.630	1.220	(1.110)	(1.218)	(49.708)	2.040	(41.229)
Imposto de renda e contribuição social	6.099	(8.649)	(277)	144	425	9.010	(694)	6.058
Lucro líquido (prejuízo)	(12.984)	17.981	943	(966)	(793)	(40.698)	1.346	(35.171)
Atribuível aos:								
Acionistas da Petrobras	(12.963)	18.034	423	(966)	(798)	(39.912)	1.346	(34.836)
Acionistas não controladores	(21)	(53)	520	–	5	(786)	–	(335)
Lucro líquido (prejuízo)	(12.984)	17.981	943	(966)	(793)	(40.698)	1.346	(35.171)

30. PROCESSOS JUDICIAIS E CONTINGÊNCIAS

30.1. Processos judiciais provisionados

A companhia constitui provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada. As principais ações se referem a:

- Processos trabalhistas, destacando-se: (i) revisão da metodologia de apuração do complemento de remuneração mínima por nível e regime; (ii) diferenças de cálculo dos reflexos das horas extras nos repousos semanais remunerados; (iii) ações individuais de terceirizados;
- Processos fiscais, incluindo: (i) não homologação de compensações de tributos federais; (ii) demandas relacionadas ao recolhimento de ICMS na venda de querosene de aviação; e (iii) aproveitamento de créditos de ICMS na importação de plataformas;
- Processos cíveis referentes a: (i) cobrança de *royalties* sobre a atividade de extração de xisto; (ii) reclamação por descumprimento contratual relacionado à construção de plataforma; (iii) acordos realizados e negociações em andamento com autores de ações individuais propostas perante a Corte Federal de Nova York; (iv) indenização decorrente de ação de desapropriação de área para constituição de servidão de passagem; e
- Processo ambiental referente à indenização aos pescadores pelo derramamento de óleo no Rio de Janeiro, em janeiro de 2000.

Os valores provisionados são os seguintes:

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Passivo não circulante	3.995	3.523	3.594	2.998
Processos trabalhistas	3.995	3.523	3.594	2.998
Processos fiscais	4.981	3.087	3.241	2.323
Processos cíveis	1.873	2.069	1.377	1.768
Processos ambientais	194	282	179	193
Outros processos	9	15	–	–
Total	11.052	8.776	8.391	7.282

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Saldo inicial	8.776	4.091	7.282	3.338
Adição	3.462	5.294	1.630	4.368
Utilização	(2.213)	(989)	(1.615)	(764)
Atualização de juros	1.211	346	1.094	340
Outros	(184)	34	–	–
Saldo final	11.052	8.776	8.391	7.282

30.2. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Ativo não circulante				

INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR (NÃO AUDITADA)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

BALANÇO SOCIAL (NÃO AUDITADO)

Consolidado		
1 – Base de Cálculo	2016	2015
Receita de vendas Consolidada (RL)	282.589	321.638
Prejuízo antes da participação no lucro e impostos consolidados (RO)	(10.703)	(41.229)
Folha de pagamento bruta consolidada (FPB) (i)	33.309	30.637

2 – Indicadores Sociais Internos						
	% sobre		% sobre		% sobre	
	Valor	FPB	RL	Valor	FPB	RL
Alimentação	1.095	3,29	0,39	1.226	4,00	0,38
Encargos sociais compulsórios	5.867	17,61	2,08	6.162	20,11	1,92
Previdência privada	2.349	7,05	0,83	2.190	7,15	0,68
Saúde	1.750	5,25	0,62	1.685	5,50	0,52
Segurança e saúde no trabalho	177	0,53	0,06	233	0,76	0,07
Educação	271	0,81	0,10	263	0,86	0,08
Cultura	1	-	-	7	0,02	-
Capacitação e desenvolvimento profissional	146	0,44	0,05	309	1,01	0,10
Creches ou auxílio-creche	72	0,22	0,03	79	0,26	0,02
Participação nos lucros ou resultados	-	-	-	-	-	-
Outros	74	0,22	0,03	92	0,30	0,03
Total - Indicadores sociais internos	11.802	35,43	4,18	12.246	39,97	3,81

3- Indicadores Sociais Externos						
	% sobre		% sobre		% sobre	
	Valor	RO	RL	Valor	RO	RL
Socioambiental	120	(1,12)	0,04	271	(0,66)	0,08
Cultural	71	(0,66)	0,03	139	(0,34)	0,04
Esportivo	50	(0,47)	0,02	86	(0,21)	0,03
Total de investimentos para a sociedade	241	(2,25)	0,09	496	(1,20)	0,15
Tributos (excluídos encargos sociais)	104.403	(975,46)	36,95	113.840	(276,12)	35,39
Total - Indicadores sociais externos	104.644	(977,71)	37,03	114.336	(277,32)	35,55

4- Indicadores Ambientais						
	% sobre		% sobre		% sobre	
	Valor	RO	RL	Valor	RO	RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	3.011	(28,13)	1,07	3.678	(8,92)	1,14
Quanto ao estabelecimento de “metas anuais” para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa (I)		() não possui metas () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 51 a 75% (X) cumpre de 76 a 100%			() não possui metas () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 51 a 75% (X) cumpre de 76 a 100%	

Consolidado		
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2016	2015
Número de empregados(as) ao final do período	68.829	78.470
Número de admissões durante o período (II)	2.108	804
Número de empregados(as) de empresas prestadoras de serviços (III)	117.555	158.076
Número de estagiários(as) (IV)	765	1.438
Número de empregados(as) acima de 45 anos (V)	27.123	31.268
Número de mulheres que trabalham na empresa (V)	12.030	13.695
Percentual de cargos de chefia ocupados por mulheres (V)	14,5%	15,3%
Número de negros(as) que trabalham na empresa (VI)	18.193	20.098
Percentual de cargos de chefia ocupados por negros(as) (VII)	20,8%	25,3%
Número de empregados com deficiência (VIII)	441	444

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial						
	2016		Metas 2017			
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa (IX)	30,0				-	
Número total de acidentes de trabalho (X)	1.847				1.786	
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção e gerências	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() todos(as) + Cipa	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	() segue as normas da OIT	(X) incentiva e segue a OIT	() não se envolverá	() seguirá as normas da OIT	(X) incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção e gerências	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção e gerências	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	(X) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apoia	(X) organiza e incentiva	() não se envolverá	() apoiará	(X) organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as): (XI)	na empresa 11.598	no Procon 34	na Justiça 57	na empresa 8.211	no Procon 0	na Justiça 20
Percentual de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 99,5%	no Procon 23,5%	na Justiça 7%	na empresa 97,7%	no Procon 0	na Justiça 15%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2016: 193.445		Em 2015: 169.931			
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	55% governo	18% colaboradores(as)	0% acionistas	65% governo	17% colaboradores(as)	0% acionistas
		34% terceiros	-7% retido		39% terceiros	-21% retido

- #### 7 - Outras Informações
- O Limite de Alerta para resíduos em 2016 foi de 245 mil toneladas e o valor realizado no período foi de aproximadamente 132 mil toneladas.
 - Informações do Sistema Petrobras, que incluem admissões por processo seletivo público no Brasil e contratações diretas na Petrobras Controladora e em empresas controladas fora do Brasil.
 - Reflete apenas os empregados de empresas prestadoras de serviços que trabalham nas instalações da Petrobras.
 - Informações relativas aos empregados da Petrobras Controladora, Petrobras Distribuidora, Transpetro, Termobahia e Gas Brasileiro. As demais controladas não possuem programas de estágio.
 - Informações relativas aos empregados da Petrobras Controladora, Petrobras Distribuidora, Transpetro, Liquigás, Araucária, Breitenener Energética, Breitenener Tambaqui, Breitenener Jaraqui, Citepe, Gas Brasileiro, Suape, Stratura, TBG, Termobahia e Petrobras Biocombustível.
 - Informações relativas aos empregados da Petrobras Controladora, Petrobras Distribuidora, Transpetro, Liquigás, Araucária, Breitenener Energética, Breitenener Tambaqui, Breitenener Jaraqui, Citepe, Gas Brasileiro, Suape, Stratura, TBG, Termobahia e Petrobras Biocombustível.
 - Do total dos cargos de chefia da Petrobras Controladora ocupados por empregados que informaram cor/raça, 20,8% são exercidos por pessoas que se autodeclararam negras (cor parda e preta).
 - Dados obtidos por meio dos registros internos de saúde a partir da autodeclaração do empregado e análise médica durante os exames ocupacionais.
 - Informações da Petrobras Controladora.
 - Refere-se ao número de acidentados. Não há meta específica para o número total de acidentes de trabalho. O número apresentado para 2017 foi estimado com base no Limite de Alerta estabelecido para o indicador TOR e no HHER (Homens-Hora de Exposição ao Risco) projetado para o ano.
 - As informações na empresa incluem o quantitativo de reclamações e críticas recebidas em 2016 pela Petrobras Controladora, Petrobras Distribuidora e Liquigás. A previsão para 2017 inclui apenas Petrobras Controladora e Liquigás.

(i) Composta por salários, vantagens, FGTS, INSS e demais benefícios a empregados.
Informações complementares sobre atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural (não auditado)

Estas informações adicionais sobre as atividades de exploração e produção de petróleo e gás da companhia foram elaboradas em conformidade com o Tópico de Codificação 932 - Atividades de Extração - Petróleo e Gás, emitido pela Securities and Exchange Commission (SEC). Os itens (a) a (c) contêm informações sobre custos históricos, referentes aos custos incorridos em exploração, aquisição e desenvolvimento de áreas, custos capitalizados e resultados das operações. Os itens (d) e (e) contêm informações sobre o volume de reservas provadas estimadas líquidas, a mensuração padronizada dos fluxos de caixa líquidos futuros descontados relativos às reservas provadas e mudanças das estimativas dos fluxos de caixa líquidos futuros descontados.

A companhia, em 31 de dezembro de 2016, mantém atividades na América do Sul, que inclui Argentina, Colômbia e Bolívia; na América do Norte, que inclui o México e os Estados Unidos da América; e Turquia (outros). As informações apresentadas relativas a investidas por equivalência patrimonial se referem às operações da Petrobras Oil and Gas B.V. (PO&G) na África, com destaque para Nigéria, e de empresas na Venezuela atuantes em atividades de exploração e produção, nas quais a Petrobras possuía influência significativa até julho de 2016. Contudo, somente nos países Estados Unidos da América, Nigéria e Argentina, a companhia registra reservas.

a) Custos capitalizados relativos às atividades de produção de petróleo e gás

A tabela a seguir apresenta o resumo dos custos capitalizados referentes às atividades de exploração e produção de petróleo e gás, juntamente com as correspondentes depreciação, depleção e amortização acumuladas, e provisões para abandono:

31 de dezembro de 2016	Consolidado							Investidas por Equivalência Patrimonial
	Exterior						Total	
	Brasil	América do Sul	América do Norte	África	Outros	Total		
Reservas de petróleo e gás não provadas	22.741	376	899	-	-	1.275	24.016	-
Reservas de petróleo e gás provadas	284.439	288	13.896	-	-	14.184	298.623	9.162
Equipamentos de suporte	272.926	1.541	228	-	13	1.782	274.708	20
Custos capitalizados brutos	580.106	2.205	15.023	-	13	17.241	597.347	9.182
Depreciação, Depleção e Amortização	(181.213)	(1.134)	(6.247)	-	(13)	(7.394)	(188.607)	(3.796)
Custos capitalizados, líquidos	398.893	1.071	8.776	-	-	9.847	408.740	5.386

31 de dezembro de 2015								
	Exterior						Total	Investidas por Equivalência Patrimonial
	Brasil	América do Sul	América do Norte	África	Outros	Total	Total	
Reservas de petróleo e gás não provadas	26.239	520	1.547	-	-	2.067	28.306	-
Reservas de petróleo e gás provadas	276.544	7.872	16.037	-	-	23.909	300.453	11.318
Equipamentos de suporte	276.972	4.164	256	-	16	4.436	281.408	345
Custos capitalizados brutos	579.755	12.556	17.840	-	16	30.412	610.167	11.663
Depreciação, Depleção e Amortização	(159.173)	(7.955)	(6.146)	-	(16)	(14.117)	(173.290)	(5.006)
Custos capitalizados, líquidos	420.582	4.601	11.694	-	-	16.295	436.877	6.657

31 de dezembro de 2014								
	Exterior						Total	Investidas por Equivalência Patrimonial
	Brasil	América do Sul	América do Norte	África	Outros	Total	Total	
Reservas de petróleo e gás não provadas	24.698	192	1.788	-	-	1.980	26.678	24
Reservas de petróleo e gás provadas	256.376	5.332	11.281	-	-	16.613	272.989	12.065
Equipamentos de suporte	211.159	3.136	206	-	9	3.351	214.510	69
Custos capitalizados brutos	492.233	8.660	13.275	-	9	21.944	514.177	12.158
Depreciação, Depleção e Amortização	(124.020)	(4.656)	(3.383)	-	(9)	(8.048)	(132.068)	(4.831)
Custos capitalizados, líquidos	368.213	4.004	9.892	-	-	13.896	382.109	7.327

b) Custos incorridos na aquisição, exploração e desenvolvimento de campos de petróleo e gás

Os custos incorridos incluem valores reconhecidos no resultado e capitalizados, conforme demonstrado a seguir:

Consolidado								
31 de dezembro de 2016	Exterior						Total	Investidas por Equivalência Patrimonial
	Brasil	América do Sul	América do Norte	África	Outros	Total		
	Custos de aquisição de áreas	-	347	-	-	-		
Provas	-	-	-	-	-	-	-	-
Não provadas	-	-	-	-	-	-	-	-
Custos de exploração	5.127	155	21	-	4	180	5.307	16
Custos de desenvolvimento	42.342	622	523	-	-	1.145	43.487	1.374
Total	47.469	1.124	544	-	4	1.672	49.141	1.390

31 de dezembro de 2015								
	Exterior						Total	Investidas por Equivalência Patrimonial
	Brasil	América do Sul	América do Norte	África	Outros	Total	Total	
Custos de aquisição de áreas	-	-	-	-	-	-	-	-
Provas	-	-	-	-	-	-	-	-
Não provadas	-	-	-	-	-	-	-	-
Custos de exploração	9.989	179	275	-	454	10.443	34	34
Custos de desenvolvimento	47.906	1.486	1.310	-	-	2.796	50.702	1.420
Total	57.895	1.665	1.585	-	-	3.250	61.145	1.454

31 de dezembro de 2014								
	Exterior						Total	Investidas por Equivalência Patrimonial
	Brasil	América do Sul	América do Norte	África	Outros	Total	Total	
Custos de aquisição de áreas	-	209	-	-	-	209	209	-
Provas	-	-	-	-	-	-	-	-
Não provadas	120	-	-	-	-	120	120	-
Custos de exploração	12.833	288	317	36	-	641	13.474	-
Custos de desenvolvimento	42.726	1.285	983	-	-	2.268	44.994	1.501
Total	55.679	1.782	1.300	36	-	3.118	58.797	1.501

c) Resultados das atividades de produção de petróleo e gás

Os resultados das operações da companhia referentes às atividades de produção de petróleo e gás natural para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014 são apresentados na tabela a seguir. A companhia transfere substancialmente toda a sua produção nacional de petróleo bruto e gás natural para o seu segmento de Abastecimento no Brasil. Os preços de transferência calculados através da metodologia adotada pela companhia podem não ser indicativos do preço que a companhia poderia conseguir pelo produto se o mesmo fosse comercializado em um mercado à vista não regulado. Além disso, os preços calculados através dessa metodologia também podem não ser indicativos dos preços futuros a serem realizados pela companhia. Os preços adotados para gás natural são aqueles contratados com terceiros.

Os custos de produção são os custos de extração incorridos para operar e manter poços produtivos e os correspondentes equipamentos e instalações, que incluem custos de mão-de-obra, de materiais, suprimentos, combustível consumido nas operações e o custo de operação de unidades de processamento de gás natural.

As despesas de exploração incluem os custos de atividades geológicas e geofísicas e de projetos sem viabilidade econômica. As despesas de depreciação, depleção e amortização referem-se aos ativos empregados nas atividades de exploração e de desenvolvimento. De acordo com o Tópico de Codificação 932 da SEC - Atividades de Extração - Petróleo e Gás Natural, o imposto de renda se baseia nas alíquotas nominais, considerando as deduções permitidas. Despesas e receitas financeiras não foram contempladas nos resultados a seguir.

Consolidado								
31 de dezembro de 2016	Exterior						Total	Investidas por Equivalência Patrimonial
	Brasil	América do Sul	América do Norte	África	Outros	Total		
	Receitas operacionais líquidas	2.363	776	1.948	-	-		
Vendas a terceiros	109.101	1.845	-	-	-	1.845	110.946	96
Intersegmentos	111.464	2.621	1.948	-	-	4.569	116.033	1.261
Custos de produção	(48.162)	(1.119)	(464)	-	-	(1.583)	(49.745)	(171)
Despesas de exploração	(5.533)	(115)	(404)	-	(4)	(523)	(6.056)	(13)
Depreciação, depleção e amortização	(34.958)	(349)	(1.150)	-	-	(1.499)	(36.457)	(520)
Impairment dos ativos de produção de petróleo	(10.134)	(418)	(148)	-	-	(566)	(10.700)	-
Outras despesas operacionais líquidas	(5.425)	(347)	(634)	-	77	(904)	(6.329)	(84)
Resultados antes dos impostos	7.252	273	(852)	-	73	(506)	6.746	473
Imposto de renda e contribuição social	(2.466)	(162)	(1)	-	45	(118)	(2.584)	

d) Informações sobre reservas

As reservas provadas líquidas de petróleo e gás natural estimadas pela companhia e as correspondentes movimentações para os exercícios de 2016, 2015 e 2014 estão apresentadas no quadro a seguir. As reservas provadas foram estimadas por profissionais de geologia especialistas da companhia, em conformidade com os conceitos de reservas definidos pela Securities and Exchange Commission.

Reservas provadas de petróleo e gás natural são os volumes de petróleo e gás natural que, mediante análise de dados geocientíficos e de engenharia, podem ser estimadas com certeza razoável como sendo, a partir de uma determinada data, economicamente recuperáveis de reservas conhecidas e com as condições econômicas, técnicas operacionais e normas governamentais existentes, até o vencimento dos contratos que preveem o direito de operação, salvo se evidências deem certeza razoável da renovação, independentemente de serem usadas técnicas determinísticas ou probabilísticas nas estimativas. O empreendimento de extração dos hidrocarbonetos deve ter sido iniciado ou o operador deve ter razoável certeza de que o empreendimento será iniciado dentro de um prazo razoável.

Reservas desenvolvidas de petróleo e gás são reservas de qualquer categoria passíveis de serem recuperadas: (i) através de poços, equipamentos e métodos operacionais existentes ou em que o custo dos equipamentos necessários é relativamente menor comparado com o custo de um novo poço; e (ii) através de equipamentos de extração instalados e infraestrutura em operação no momento da estimativa das reservas, caso a extração seja feita por meios que não incluam um poço.

Em alguns casos, há a necessidade de novos investimentos substanciais em poços adicionais e equipamentos para recuperação dessas reservas provadas, que são chamadas de reservas não desenvolvidas. Devido às incertezas inerentes e aos dados limitados sobre as reservas, as estimativas das reservas estão sujeitas a ajustes à medida que se obtém conhecimento de novas informações.

Os quadros a seguir apresentam um resumo das movimentações anuais nas reservas provadas de óleo (em milhões de barris):

Reservas provadas desenvolvidas e não desenvolvidas - Consolidado

	Exterior						
	Óleo no Brasil	América do Sul	América do Norte	África	Total de Óleo no Exterior	Óleo Sintético no Brasil	Total de todos os produtos
Reservas em 31.12.2013	10.658,4	166,0	123,1	–	289,2	8,8	10.956,4
Revisão de estimativas anteriores	629,3	(3,2)	5,3	–	2,1	0,2	631,6
Extensões e descobertas	267,7	3,0	1,6	–	4,6	–	272,3
Recuperação melhorada	–	0,5	–	–	0,5	–	0,5
Vendas de reservas	–	(104,4)	(0,1)	–	(104,5)	–	(104,5)
Aquisição de reservas	–	22,9	–	–	22,9	–	22,9
Produção no ano	(704,6)	(18,3)	(10,0)	–	(28,3)	(1,1)	(734,0)
Reservas em 31.12.2014	10.850,9	66,5	119,9	–	186,5	7,9	11.045,1
Revisão de estimativas anteriores	(1.968,9)	(3,5)	(18,1)	–	(21,6)	0,1	(1.990,4)
Extensões e descobertas	407,1	4,8	–	–	4,8	–	411,9
Recuperação melhorada	0,4	0,7	–	–	0,7	–	1,1
Vendas de reservas	(2,3)	(4,5)	–	–	(4,5)	–	(6,8)
Aquisição de reservas	–	–	–	–	–	–	–
Produção no ano	(743,1)	(11,7)	(11,2)	–	(22,8)	(1,0)	(767,0)
Reservas em 31.12.2015	8.544,1	52,3	90,6	–	142,9	6,9	8.693,9
Revisão de estimativas anteriores	179,5	0,1	17,9	–	18,0	0,8	198,4
Extensões e descobertas	87,8	–	–	–	–	–	87,8
Recuperação melhorada	–	–	–	–	–	–	–
Vendas de reservas	–	(46,6)	–	–	(46,6)	–	(46,6)
Aquisição de reservas	–	0,7	–	–	0,7	–	0,7
Produção no ano	(748,5)	(5,7)	(12,1)	–	(17,8)	(0,9)	(767,2)
Reservas em 31.12.2016	8.063,0	0,8	96,4	–	97,3	6,8	8.167,1

Aparentes diferenças na soma de parcelas são frutos de arredondamentos

A Petrobras não registra reservas na Bolívia, uma vez que a Constituição deste país proíbe divulgação e registro de suas reservas.

Reservas provadas desenvolvidas e não desenvolvidas - Investidas por Equivalência Patrimonial

	Exterior						
	Óleo no Brasil	América do Sul	América do Norte	África	Total de Óleo no Exterior	Óleo Sintético no Brasil	Total de todos os produtos
Reservas em 31.12.2013	–	21,2	–	63,2	84,5	–	84,5
Revisão de estimativas anteriores	–	(1,6)	–	0,5	(1,1)	–	(1,1)
Extensões e descobertas	–	–	–	–	–	–	–
Recuperação melhorada	–	–	–	–	–	–	–
Vendas de reservas	–	–	–	–	–	–	–
Aquisição de reservas	–	–	–	–	–	–	–
Produção no ano	–	(1,7)	–	(9,6)	(11,3)	–	(11,3)
Reservas em 31.12.2014	–	18,0	–	54,1	72,1	–	72,1
Revisão de estimativas anteriores	–	(2,2)	–	5,2	3,1	–	3,1
Extensões e descobertas	–	–	–	–	–	–	–
Recuperação melhorada	–	–	–	16,2	16,2	–	16,2
Vendas de reservas	–	–	–	–	–	–	–
Aquisição de reservas	–	–	–	–	–	–	–
Produção no ano	–	(1,2)	–	(9,7)	(10,9)	–	(10,9)
Reservas em 31.12.2015	–	14,6	–	65,8	80,4	–	80,4
Revisão de estimativas anteriores	–	–	–	11,9	11,9	–	11,9
Extensões e descobertas	–	–	–	–	–	–	–
Recuperação melhorada	–	–	–	–	–	–	–
Vendas de reservas	–	(14,1)	–	–	(14,1)	–	(14,1)
Aquisição de reservas	–	–	–	–	–	–	–
Produção no ano	–	(0,5)	–	(8,7)	(9,2)	–	(9,2)
Reservas em 31.12.2016	–	–	–	69,0	69,0	–	69,0

Aparentes diferenças na soma de parcelas são frutos de arredondamentos

Os quadros a seguir apresentam um resumo das movimentações anuais de reservas provadas de gás natural (em bilhões de pés cúbicos):

Reservas provadas desenvolvidas e não desenvolvidas - Consolidado

	Exterior						
	Gás natural no Brasil	América do Sul	América do Norte	África	Total de Gás natural no Exterior	Gás Sintético no Brasil	Total de todos os produtos
Reservas em 31.12.2013	11.291,7	1.058,5	132,9	0,0	1.191,4	11,8	12.494,8
Revisão de estimativas anteriores	468,0	25,5	46,1	–	71,6	0,1	539,7
Extensões e descobertas	216,0	42,1	6,0	–	48,1	–	264,1
Recuperação melhorada	–	10,8	–	–	10,8	–	10,8
Vendas de reservas	–	(351,7)	(0,1)	–	(351,8)	–	(351,8)
Aquisição de reservas	–	47,1	–	–	47,1	–	47,1
Produção no ano	(805,4)	(101,5)	(4,9)	–	(106,4)	(1,4)	(913,2)
Reservas em 31.12.2014	11.170,3	730,8	180,0	0,0	910,8	10,6	12.091,5
Revisão de estimativas anteriores	(1.178,3)	16,8	(17,0)	–	(0,2)	0,2	(1.178,3)
Extensões e descobertas	417,6	74,6	–	–	74,6	–	492,2
Recuperação melhorada	0,2	27,7	–	–	27,7	–	27,9
Vendas de reservas	(1,3)	(90,2)	–	–	(90,2)	–	(91,5)
Aquisição de reservas	–	–	–	–	–	–	–
Produção no ano	(820,8)	(79,2)	(24,5)	–	(103,7)	(1,4)	(925,9)
Reservas em 31.12.2015	9.587,7	680,5	138,5	–	819,1	9,3	10.416,1
Revisão de estimativas anteriores	(476,2)	22,9	(19,3)	–	3,6	1,2	(471,4)
Extensões e descobertas	92,1	–	–	–	–	–	92,1
Recuperação melhorada	0,1	–	–	–	–	–	0,1
Vendas de reservas	–	(631,9)	–	–	(631,9)	–	(631,9)
Aquisição de reservas	–	93,3	–	–	93,3	–	93,3
Produção no ano	(809,7)	(50,9)	(32,1)	–	(82,9)	(1,4)	(894,0)
Reservas em 31.12.2016	8.394,0	113,9	87,2	–	201,1	9,2	8.604,3

Aparentes diferenças na soma de parcelas são frutos de arredondamentos.

A Petrobras não registra reservas na Bolívia, uma vez que a Constituição deste país proíbe divulgação e registro de suas reservas.

Reservas provadas desenvolvidas e não desenvolvidas - Investidas por Equivalência Patrimonial

	Exterior						
	Gás natural no Brasil	América do Sul	América do Norte	África	Total de Gás natural no Exterior	Gás Sintético no Brasil	Total de todos os produtos
Reservas em 31.12.2013	–	41,3	–	20,6	61,9	–	61,9
Revisão de estimativas anteriores	–	(13,1)	–	(1,2)	(14,4)	–	(14,4)
Produção no ano	–	(0,6)	–	–	(0,6)	–	(0,6)
Reservas em 31.12.2014	–	27,6	–	19,3	46,9	–	46,9
Revisão de estimativas anteriores	–	(10,4)	–	(2,7)	(13,1)	–	(13,1)
Produção no ano	–	(0,3)	–	–	(0,3)	–	(0,3)
Reservas em 31.12.2015	–	16,9	–	16,6	33,5	–	33,5
Revisão de estimativas anteriores	–	–	–	(4,1)	(4,1)	–	(4,1)
Vendas de reservas	–	(16,8)	–	–	(16,8)	–	(16,8)
Produção no ano	–	(0,1)	–	–	(0,1)	–	(0,1)
Reservas em 31.12.2016	–	(0,0)	–	12,5	12,5	–	12,5

Aparentes diferenças na soma de parcelas são frutos de arredondamentos.

As tabelas abaixo resumem as informações sobre as mudanças nas reservas provadas de óleo e gás, em milhões de barris de óleo equivalente, das nossas entidades consolidadas e não consolidadas para 2016, 2015 e 2014:

Reservas provadas desenvolvidas e não desenvolvidas - Consolidado

	Exterior						
	Óleo equivalente no Brasil	América do Sul	América do Norte	África	Total de óleo equivalente no Exterior	Óleo equivalente sintético no Brasil	Total de todos os produtos
Reservas em 31.12.2013	12.540,4	342,5	145,4	–	487,9	10,7	13.039,0
Revisão de estimativas anteriores	707,3	1,1	13,0	–	14,1	0,2	721,6
Extensões e descobertas	303,7	10,0	2,6	–	12,6	–	316,3
Recuperação melhorada	–	2,3	–	–	2,3	–	2,3
Vendas de reservas	–	(163,0)	(0,1)	–	(163,1)	–	(163,1)
Aquisição de reservas	–	30,8	–	–	30,8	–	30,8
Produção no ano	(838,8)	(35,2)	(10,8)	–	(46,0)	(1,3)	(886,1)
Reservas em 31.12.2014	12.712,6	188,3	150,1	–	338,3	9,6	13.060,7
Revisão de estimativas anteriores	(2.165,3)	(0,7)	(20,9)	–	(21,6)	0,1	(2.187,1)
Extensões e descobertas	476,7	17,2	–	–	17,2	–	494,0
Recuperação melhorada	0,4	5,3	–	–	5,3	–	5,8
Vendas de reservas	(2,5)	(19,5)	–	–	(19,5)	–	(22,0)
Produção no ano	(879,9)	(24,9)	(15,3)	–	(40,2)	(1,3)	(921,3)
Reservas em 31.12.2015	10.142,1	165,7	113,7	–	279,4	8,5	10.430,0
Revisão de estimativas anteriores	100,2	3,9	14,7	–	18,6	1,0	119,8
Extensões e descobertas	103,2	–	–	–	–	–	103,2
Vendas de reservas	–	(151,9)	–	–	(151,9)	–	(151,9)
Aquisição de reservas	–	16,3	–	–	16,3	–	16,3
Produção no ano	(883,4)	(14,2)	(17,4)	–	(31,6)	(1,2)	(916,2)
Reservas em 31.12.2016	9.462,0	19,8	111,0	–	130,8	8,3	9.601,1

Aparentes diferenças na soma de parcelas são frutos de arredondamentos.

A Petrobras não registra reservas na Bolívia, uma vez que a Constituição deste país proíbe divulgação e registro de suas reservas.

Reservas provadas desenvolvidas e não desenvolvidas - Investidas por Equivalência Patrimonial

	Exterior						
	Óleo equivalente no Brasil	América do Sul	América do Norte	África	Total de óleo equivalente no Exterior	Óleo equivalente sintético no Brasil	Total de todos os produtos
Reservas em 31.12.2013	–	28,1	–	66,7	94,8	–	94,8
Revisão de estimativas anteriores	–	(3,7)	–	0,3	(3,5)	–	(3,5)
Produção no ano	–	(1,8)	–	(9,6)	(11,4)	–	(11,4)
Reservas em 31.12.2014	–	22,6	–	57,3	79,9	–	79,9
Revisão de estimativas anteriores	–	(3,9)	–	4,8	0,9	–	0,9
Recuperação melhorada	–	–	–	16,2	16,2	–	16,2
Produção no ano	–	(1,3)	–	(9,7)	(11,0)	–	(11,0)
Reservas em 31.12.2015	–	17,4	–	68,6	86,0	–	86,0
Revisão de estimativas anteriores	–	–	–	11,2	11,2	–	11,2
Vendas de reservas	–	(16,9)	–	–	(16,9)	–	(16,9)
Produção no ano	–	(0,5)	–	(8,7)	(9,2)	–	(9,2)
Reservas em 31.12.2016	–	0,0	–	71,1	71,1	–	71,1

Aparentes diferenças na soma de parcelas são frutos de arredondamentos

Reservas provadas desenvolvidas e não desenvolvidas - Consolidado e Investidas por Equivalência Patrimonial

	Exterior						
	Óleo equivalente no Brasil	América do Sul	América do Norte	África	Total de óleo equivalente no Exterior	Óleo equivalente sintético no Brasil	Total de todos os produtos
Reservas em 31.12.2013	12.540,4	370,6	145,4	66,7	582,7	10,7	13.133,8
Revisão de estimativas anteriores	707,3	(2,6)	13,0	0,3	10,6	0,2	718,1
Extensões e descobertas	303,7	10,0	2,6	–	12,6	–	316,3
Recuperação melhorada	–	2,3	–	–	2,3	–	2,3
Vendas de reservas	–	(163,0)	(0,1)	–	(163,1)	–	(163,1)
Aquisição de reservas	–	30,8	–	–	30,8	–	

Os quadros a seguir apresentam os volumes de reservas provadas desenvolvidas e das não desenvolvidas, líquidas:

	2016				2015				2014			
	Óleo Bruto (milhões de barris)	Óleo Sintético (milhões de barris)	Gás Natural (bilhões de pés cúbicos)	Gás Sintético (bilhões de pés cúbicos)	Óleo Bruto (milhões de barris)	Óleo Sintético (milhões de barris)	Gás Natural (bilhões de pés cúbicos)	Gás Sintético (bilhões de pés cúbicos)	Óleo Bruto (milhões de barris)	Óleo Sintético (milhões de barris)	Gás Natural (bilhões de pés cúbicos)	Gás Sintético (bilhões de pés cúbicos)
Reservas provadas desenvolvidas, líquidas:												
Entidades Consolidadas												
Brasil	4.250,1	6,8	5.034,2	9,2	4.266,5	6,9	5.320,5	9,3	7.002,7	7,9	6.661,0	10,6
América do Sul	0,5	–	33,7	–	39,7	–	366,3	–	52,0	–	358,2	–
América do Norte	79,6	–	83,6	–	53,6	–	122,5	–	63,6	–	146,2	–
Exterior	80,1	–	117,3	–	93,4	–	488,8	–	115,6	–	504,3	–
Total Entidades Consolidadas	4.330,2	6,8	5.151,5	9,2	4.359,8	6,9	5.809,3	9,3	7.118,3	7,9	7.165,4	10,6
Entidades não Consolidadas												
América do Sul	–	–	–	–	6,6	–	8,0	–	9,4	–	15,7	–
África	32,5	–	8,6	–	28,0	–	10,4	–	30,8	–	14,4	–
Exterior	32,5	–	8,6	–	34,7	–	18,4	–	40,2	–	30,1	–
Total Entidades não Consolidadas	32,5	–	8,6	–	34,7	–	18,4	–	40,2	–	30,1	–
Total Entidades Consolidadas e não Consolidadas	4.362,7	6,8	5.160,1	9,2	4.394,5	6,9	5.827,7	9,3	7.158,5	7,9	7.195,5	10,6

Reservas provadas não desenvolvidas, líquidas:

Entidades Consolidadas												
Brasil	3.812,9	–	3.359,7	–	4.277,7	–	4.267,2	–	3.848,2	–	4.509,2	–
América do Sul	0,3	–	80,2	–	12,5	–	314,2	–	14,6	–	372,5	–
América do Norte	16,8	–	3,6	–	37,0	–	16,0	–	56,4	–	33,8	–
Exterior	17,1	–	83,8	–	49,5	–	330,3	–	71,0	–	406,3	–
Total Entidades Consolidadas	3.830,0	–	3.443,6	–	4.327,2	–	4.597,5	–	3.919,2	–	4.915,5	–
Entidades não Consolidadas												
América do Sul	–	–	–	–	7,9	–	8,9	–	8,6	–	11,9	–
África	36,5	–	3,9	–	37,8	–	6,2	–	23,3	–	4,9	–
Exterior	36,5	–	3,9	–	45,7	–	15,1	–	31,9	–	16,8	–
Total Entidades não Consolidadas	36,5	–	3,9	–	45,7	–	15,1	–	31,9	–	16,8	–
Total Entidades Consolidadas e não Consolidadas	3.866,5	–	3.447,5	–	4.372,9	–	4.612,6	–	3.951,1	–	4.932,3	–

Aparentes diferenças na soma de parcelas são frutos de arredondamentos.

A Petrobras não registra reservas na Bolívia, uma vez que a Constituição deste país proíbe divulgação e registro de suas reservas.

e) Mensuração padronizada dos fluxos de caixa futuros descontados líquidos relacionados a volumes provados de petróleo e gás e correspondentes movimentações

A mensuração padronizada dos fluxos de caixa líquidos futuros descontados, referentes às reservas provadas de petróleo e gás natural mencionadas anteriormente, é feita em conformidade com o Tópico de Codificação 932 da SEC - Atividades de Extração - Petróleo e Gás Natural.

As estimativas de futuras entradas de caixa da produção são calculadas pela aplicação do preço médio durante o período de 12 meses anterior à data de fechamento, determinado como uma média aritmética não ponderada do preço do primeiro dia de cada mês dentro desse período, a menos que os preços sejam definidos por acordos contratuais, excluindo indexadores baseados em condições futuras. As variações nos preços futuros se limitam às variações previstas em contratos existentes no fim de cada exercício. Os custos futuros de desenvolvimento e produção correspondem aos dispêndios futuros estimados necessários para desenvolver e extrair as reservas provadas estimadas no fim do exercício com base em indicações de custo no fim do exercício, tendo como premissa a continuidade das condições econômicas no fim do exercício. A estimativa de imposto de renda futuro é calculada utilizando as alíquotas oficiais em vigor no fim do exercício. No Brasil, em conjunto com o imposto de renda, inclui-se contribuições sociais futuras. Os valores apresentados como despesas futuras de imposto de renda incluem deduções permitidas, às quais se aplica as alíquotas oficiais. Os fluxos de caixa futuros descontados líquidos são calculados utilizando fatores de desconto de 10%, aplicados ao meio do ano. Esse fluxo de caixa futuro descontado requer estimativas de quando os dispêndios futuros serão incorridos e de quando as reservas serão extraídas, ano a ano.

A avaliação determinada pelo Tópico de Codificação 932 da SEC requer a adoção de premissas em relação ao momento de ocorrência e ao valor dos custos de desenvolvimento e produção futuros. Os cálculos são feitos no dia 31 de dezembro de cada exercício e não devem ser utilizados como indicativos dos fluxos de caixa futuros da Petrobras ou do valor das suas reservas de petróleo e gás natural.

As informações relativas à mensuração padronizada dos fluxos de caixa líquidos futuros descontados são apresentadas originalmente em dólar norte-americano no Form 20-F da SEC e foram convertidas para o real para apresentação nestas Demonstrações Contábeis. Desta forma, visando manter a consistência com os critérios utilizados na mensuração das estimativas de futuras entradas de caixa, conforme descrito anteriormente, a taxa de câmbio utilizada para conversão de cada um dos períodos decorre da cotação média do dólar norte-americano durante o período de 12 meses anterior à data de fechamento, determinada como uma média aritmética não ponderada da cotação do primeiro dia útil de cada mês dentro desse período. As variações cambiais decorrentes desta conversão são demonstradas como ajuste acumulado de conversão nas tabelas de movimentação dos fluxos, conforme a seguir.

Fluxos de caixa líquidos futuros descontados:

	Consolidado					
	Exterior					Investidas por Equivalência Patrimonial
	Brasil	América do Sul	América do Norte	Total no Exterior	Total	
Em 31 de dezembro de 2016						
Fluxos de caixa futuros	1.260.888	2.116	13.437	15.553	1.276.441	10.407
Custos de produção futuros	(738.852)	(843)	(7.597)	(8.440)	(747.292)	(3.839)
Custos de desenvolvimento futuros	(149.444)	(425)	(1.875)	(2.300)	(151.744)	(2.481)
Despesa futura de imposto de renda	(163.121)	(229)	(141)	(370)	(163.491)	(808)
Fluxos de caixa líquidos futuros não descontados	209.471	619	3.824	4.443	213.914	3.279
Desconto anual de 10% dos fluxos de caixa estimados*	(88.016)	(275)	(897)	(1.172)	(89.188)	(1.221)
Fluxos de caixa líquidos futuros padronizados descontados	121.455	344	2.927	3.271	124.726	2.058

Em 31 de dezembro de 2015						
	Brasil	América do Sul	América do Norte	Total no Exterior	Total	Investidas por Equivalência Patrimonial
Fluxos de caixa futuros	1.524.183	21.563	15.560	37.123	1.561.306	12.995
Custos de produção futuros	(844.332)	(10.434)	(8.847)	(19.281)	(863.613)	(4.629)
Custos de desenvolvimento futuros	(215.751)	(3.481)	(3.272)	(6.753)	(222.504)	(4.050)
Despesa futura de imposto de renda	(202.433)	(1.736)	(76)	(1.812)	(204.245)	(1.151)
Fluxos de caixa líquidos futuros não descontados	261.667	5.912	3.365	9.277	270.944	3.165
Desconto anual de 10% dos fluxos de caixa estimados*	(120.677)	(1.939)	(488)	(2.427)	(123.104)	(1.480)
Fluxos de caixa líquidos futuros padronizados descontados	140.990	3.973	2.877	6.850	147.840	1.685

Em 31 de dezembro de 2014						
	Brasil	América do Sul	América do Norte	Total no Exterior	Total	Investidas por Equivalência Patrimonial
Fluxos de caixa futuros	2.529.273	16.770	26.530	43.300	2.572.573	14.704
Custos de produção futuros	(1.098.425)	(8.762)	(8.630)	(17.392)	(1.115.817)	(4.456)
Custos de desenvolvimento futuros	(164.084)	(2.798)	(5.504)	(8.302)	(172.386)	(3.775)
Despesa futura de imposto de renda	(441.802)	(1.447)	(955)	(2.402)	(444.204)	(2.152)
Fluxos de caixa líquidos futuros não descontados	824.962	3.763	11.441	15.204	840.166	4.321
Desconto anual de 10% dos fluxos de caixa estimados*	(418.349)	(1.230)	(3.703)	(4.933)	(423.282)	(1.296)
Fluxos de caixa líquidos futuros padronizados descontados	406.613	2.533	7.738	10.271	416.884	3.025

(*) Capitalização semestral

A Petrobras não registra reservas na Bolívia, uma vez que a Constituição deste país proíbe divulgação e registro de suas reservas.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas

Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações contábeis consolidadas da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e suas controladas (“Consolidado”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e suas controladas em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Porque é um PAA

1 - “Operação Lava Jato” e seus reflexos na Companhia (Nota 3)

Em 2009, a Polícia Federal brasileira iniciou uma investigação denominada “Operação Lava Jato”, visando a apurar práticas de lavagem de dinheiro por organizações criminosas em diversos estados brasileiros. A partir de 2014, o Ministério Público Federal concentrou parte de suas investigações em irregularidades cometidas por fornecedores da Petrobras e descobriu um amplo esquema de pagamentos indevidos, envolvendo diversos participantes, incluindo ex-empregados da Petrobras. O referido esquema consistia de um conjunto de empresas que, entre 2004 e abril de 2012, se organizaram em cartel para obter contratos com a Petrobras e impor gastos adicionais vinculados a esses contratos, utilizando estes valores para efetuar pagamentos indevidos.

Os valores pagados pela Companhia no âmbito dos contratos junto aos fornecedores envolvidos no esquema foram incluídos nos custos históricos dos respectivos ativos imobilizados. A administração da Companhia entendeu que os pagamentos indevidos representam gastos adicionais e, consequentemente, reconheceu uma baixa no montante de R\$ 6.194 milhões (R\$ 4.788 milhões na Controladora) em exercícios anteriores.

A “Operação Lava Jato” e seus reflexos na Companhia foram considerados como um dos principais assuntos de auditoria em função de: (i) os efeitos potenciais e limitações inerentes que são particularmente significativas em casos como este; (ii) necessidade de acompanhamento de informações relacionadas às investigações em andamento conduzidas pelas autoridades a fim de confirmar a razoabilidade dos efeitos já consignados nas demonstrações contábeis; e (iii) necessidade de aprimoramento da estrutura de governança e dos controles internos relacionados aos processos de contratação de fornecedores de bens e serviços, que constituíram uma deficiência significativa identificada pela Companhia em seu ambiente de controles internos no exercício social de 2015.

De acordo com o Relatório da Administração, esta deficiência significativa foi considerada remediada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Movimentação dos fluxos de caixa líquidos futuros descontados:

	Consolidado					
	Exterior					Investidas por Equivalência Patrimonial
	Brasil	América do Sul	América do Norte	Total no Exterior	Total	
Saldo em 1º de janeiro de 2016						
Vendas e transferências de petróleo e gás líquidas do custo de produção	(63.242)	(1.238)	(1.524)	(2.762)	(66.004)	(733)
Custos de desenvolvimento incorridos	42.342	622	523	1.145	43.487	1.374
Variação líquida em decorrência de compras e vendas de minerais	–	(3.860)	–	(3.860)	(3.860)	(189)
Variação líquida em decorrência de extensões, descobertas e melhorias, menos custos relacionados	4.353	–	1.709	1.709	6.062	236
Revisões de estimativas anteriores de volumes	4.225	–	785	785	5.010	854
Variação líquida dos preços, preços de transferências e custos de produção	(95.372)	–	(2.681)	(2.681)	(98.053)	(1.682)
Variação nos custos futuros estimados de desenvolvimento	32.372	–	814	814	33.186	(65)
Acréscimo de desconto	14.099	571	290	861	14.960	184
Variação líquida de imposto de renda	31.044	–	(4)	(4)	31.040	217
Outros - não especificados	–	(2)	(66)	(68)	(68)	59
Ajuste acumulado de conversão	10.644	278	204	482	11.126	118
Saldo em 31 de dezembro de 2016	121.455	344	2.927	3.271	124.726	2.058

	Consolidado					
	Exterior					Investidas por Equivalência Patrimonial
	Brasil	América do Sul	América do Norte	Total no Exterior	Total	
Saldo em 1º de janeiro de 2015						
Vendas e transferências de petróleo e gás líquidas do custo de produção	(57.037)	(1.845)	(1.329)	(3.174)	(60.211)	(818)
Custos de desenvolvimento incorridos	47.906	1.486	1.310	2.796	50.702	1.420
Variação líquida em decorrência de compras e vendas de minerais	(113)	(191)	–	(191)	(304)	–
Variação líquida em decorrência de extensões, descobertas e melhorias, menos custos relacionados	21.499	1.068	–	1.068	22.567	1.606
Revisões de estimativas anteriores de volumes	(97.550)	6	(2.161)	(2.155)	(99.705)	441
Variação líquida dos preços, preços de transferências e custos de produção	(610.081)	499	(9.258)	(8.759)	(618.840)	(5.728)
Variação nos custos futuros estimados de desenvolvimento	(22.904)	(1.221)	1.775	554	(22.350)	(399)
Acréscimo de desconto	40.661	517	1.035	1.552	42.213	429
Variação líquida de imposto de renda	226.167	220	305	525	226.692	1.110
Outros - não especificados	–	(133)	303	170	170	599
Ajuste acumulado de conversão	185.829	1.035	3.158	4.193	190.022	–
Saldo em 31 de dezembro de 2015	140.990	3.973	2.877	6.850	147.840	1.685

	Consolidado					
	Exterior					Investidas por Equivalência Patrimonial
	Brasil	América do Sul	América do Norte	Total no Exterior	Total	
Saldo em 1º de janeiro de 2014						
Vendas e transferências de petróleo e gás líquidas do custo de produção	(89.330)	(1.525)	(1.638)	(3.163)	(92.493)	(2.228)
Custos de desenvolvimento incorridos	42.726	1.285	983	2.268	44.994	1.501
Variação líquida em decorrência de compras e vendas de minerais	–	(2.555)	249	(2.306)	(2.306)	–
Variação líquida em decorrência de extensões, descobertas e melhorias, menos custos relacionados	16.847	427	–	427	17.274	–
Revisões de estimativas anteriores de volumes	39.241	(64)	498	434	39.675	(71)
Variação líquida dos preços, preços de transferências e custos de produção	(78.114)	(599)	(884)	(1.483)	(79.597)	(1.347)
Variação nos custos futuros estimados de desenvolvimento	(27.679)	(846)	90	(756)	(28.435)	(273)
Acréscimo de desconto	40.642	308	803	1.111	41.753	412
Variação líquida de imposto de renda	17.720	(266)	(220)	(486)	17.234	202
Outros - não especificados	–	(71)	57	(14)	(14)	–
Ajuste acumulado de conversão	38.138	503	615	1.118	39.256	1.157
Saldo em 31 de dezembro de 2014	406.613	2.				

2 – Ação coletiva (*class action*) e processos relacionados (Nota 30.4)

Durante 2015, uma ação coletiva foi proposta contra a Companhia perante a Corte Federal para o Distrito Sul de Nova Iorque, na qual se alega que a Companhia, através de fatos relevantes, comunicados e outras informações arquivadas na *Securities and Exchange Commission* - SEC, dos Estados Unidos da América, teria, supostamente, reportado informações materialmente falsas e cometido omissões capazes de elevar de maneira artificial o preço dos valores mobiliários da Companhia e induzir investidores a erro.

Em junho de 2016, a Corte Federal de Apelações aceitou o pedido da Companhia de recorrer da decisão sobre a certificação de “classe”. Como resultado da aceitação do recurso, a solicitação foi acolhida pela Corte Federal de Apelações e o processo está atualmente suspenso até o julgamento do recurso.

Adicionalmente à ação coletiva, 33 ações (6 delas suspensas) foram propostas por investidores individuais perante a mesma Corte Federal para o Distrito Sul de Nova Iorque com alegações similares àquelas apresentadas na ação coletiva. Além disso, uma ação semelhante foi apresentada por investidores individuais no Distrito Leste da Pensilvânia.

Em 2016, a Companhia chegou a acordos para encerrar algumas dessas ações individuais. A Companhia também está negociando acordos com outros autores de ações individuais e, com base nos acordos já celebrados e no estágio das negociações em andamento com outros autores de ações individuais, a Companhia reconheceu uma provisão no montante de R\$ 1.215 milhões no resultado do exercício de 2016.

Conforme descrito na Nota 30.4, em função das incertezas inerentes aos processos, a administração da Companhia não é capaz de produzir uma estimativa confiável da potencial perda na ação coletiva e nas ações individuais ainda não provisionadas.

Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em virtude dos julgamentos relevantes e das incertezas substanciais relacionadas à ação coletiva e às ações individuais, que afetam o montante e o tempo estimado para uma decisão final dessas ações.

3 – Impairment do ativo imobilizado (Notas 12 e 14)

Em 31 de dezembro de 2016, os ativos classificados no grupo do imobilizado somavam o montante de R\$ 571.876 milhões.

Potenciais perdas por redução do valor recuperável (*impairment*) de bens do ativo imobilizado são determinadas com base em estimativas do valor em uso desses ativos.

O cálculo do valor em uso requer o exercício de julgamentos relevantes sobre determinadas premissas, tais como: (i) estimativa do volume das reservas de petróleo e gás natural; (ii) estimativa de preços futuros de petróleo e gás natural; (iii) taxa média de câmbio (Reais/dólares estadunidenses); e (iv) definição da taxa de desconto.

Adicionalmente, a definição das Unidades Geradoras de Caixa (UGC) também demanda julgamentos relevantes por parte da administração, bem como o estabelecimento de controles de revisão de alterações dessas UGC. Mudanças na agregação ou desagregação de ativos que compõem as UGC podem resultar em reversões ou perdas de *impairment* adicionais.

Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em virtude: (i) da relevância do ativo imobilizado da Companhia; (ii) dos julgamentos e estimativas relevantes envolvidos no processo de cálculo do valor em uso dos ativos; e (iii) das deficiências nos controles de revisão de alterações de determinadas UGC que constituiriam uma deficiência significativa identificada pela Companhia em seu ambiente de controles internos no exercício social de 2015.

De acordo com o Relatório da Administração, esta deficiência significativa foi considerada remediada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

4 - Processos judiciais e contingências (Nota 30)

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui provisões no montante de R\$ 11.052 milhões relacionadas a processos judiciais cuja expectativa de perda foi classificada como provável. Adicionalmente, a Companhia é parte em processos com perdas classificadas como possíveis, no montante de R\$ 216.003 milhões.

Provisões e passivos contingentes possuem incerteza inerente em relação ao seu prazo e valor de liquidação. Também, o reconhecimento e a mensuração das provisões e passivos contingentes requerem que a Companhia exerça julgamentos relevantes para estimar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos dos processos judiciais e administrativos dos quais a Companhia é parte envolvida. Essa avaliação é baseada em posições de assessores jurídicos internos e externos e em julgamentos da própria administração.

Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em função: (i) da relevância dos valores dos processos judiciais provisionados e passivos contingentes divulgados em nota explicativa; (ii) dos julgamentos relevantes sobre diferentes interpretações doutrinárias e jurisprudenciais utilizadas para estimar os valores e a probabilidade de saída de recursos decorrentes desses processos; e (iii) das deficiências nos controles sobre a totalidade e a avaliação da probabilidade de perda das contingências, que constituiriam uma deficiência significativa identificada pela Companhia em seu ambiente de controles internos no exercício social de 2015.

De acordo com o Relatório da Administração, esta deficiência significativa foi mantida no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

5 - Benefícios concedidos a empregados (Nota 22)

Em 31 de dezembro de 2016, os valores provisionados no balanço patrimonial somavam o montante de R\$ 72.668 milhões.

O valor desse passivo atuarial é determinado por cálculos atuariais elaborados por atuário independente contratado pela administração da Companhia, líquido dos ativos garantidores. O cálculo é efetuado com base em premissas atuariais e informações cadastrais sobre participantes dos planos de pensão e assistência médica.

Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em função: (i) da relevância do saldo provisionado no balanço patrimonial referente a benefícios concedidos a empregados; (ii) julgamentos significativos em relação às premissas dos planos de benefícios; e (iii) das deficiências nos controles sobre o processo de geração de dados para o cálculo do passivo atuarial, que constituiriam uma deficiência significativa identificada pela Companhia em seu ambiente de controles internos no exercício social de 2015.

De acordo com o Relatório da Administração, as deficiências nos controles sobre o processo de geração de dados e premissas para o cálculo do passivo atuarial e valoração de determinados ativos garantidores constituiriam uma deficiência significativa no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

6 - Contas a receber - Setor Elétrico (Nota 8.4)

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo líquido das contas a receber do setor elétrico é de R\$ 10.062 milhões.

Uma parcela significativa dos recursos usados na liquidação financeira das referidas contas a receber é oriunda do fundo setorial denominado Conta de Consumo de Combustíveis (CCC). Contudo, alterações ocorridas na legislação impuseram restrições que reduziram os valores ressarcidos pela CCC, aumentando o risco de inadimplência das distribuidoras que operam neste setor e que compram combustível para utilização em suas usinas térmicas.

Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em função dessas circunstâncias e dos consequentes julgamentos significativos em relação às premissas usadas na determinação das perdas em créditos de liquidação duvidosa e da relevância do saldo das contas a receber.

7 – Distratos e adiantamentos a fornecedores – Estaleiros (Nota 14.4)

Em 2016, a Companhia reconheceu um total de provisões e baixas contábeis no montante de R\$ 5.263 milhões, conforme segue: (i) provisão para perdas (*impairment*) no montante de R\$ 1.925 milhões, em função das incertezas sobre a continuidade da construção dos cascos das plataformas P-71, P-72 e P-73; (ii) provisão para perdas no montante de R\$ 2.353 milhões, referente ao saldo remanescente dos adiantamentos aos fornecedores Ecovix e Enseada; (iii) baixas dos investimentos realizados no estaleiro Rio Grande, no montante de R\$ 505 milhões; e (iv) baixas de outros investimentos relacionados à construção dos cascos das plataformas P-71, P-72 e P-73, no valor de R\$ 480 milhões.

Em função da importância estratégica de determinados ativos e das dificuldades financeiras enfrentadas pelos fornecedores contratados para sua construção, a Companhia implantou, em 2015, uma sistemática de conta vinculada com o objetivo de viabilizar a continuidade da execução das obras. No terceiro trimestre de 2016, a Companhia reavaliou a continuidade das contas vinculadas, resultando no reconhecimento dessas provisões e baixas.

Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em função da relevância dos valores envolvidos e das deficiências nos controles relacionadas com a necessidade de baixar adiantamentos a fornecedores que não resultariam em benefícios econômicos futuros e de reconhecer despesas relacionadas com o distrato de contratos relacionados, que constituiriam uma deficiência significativa identificada pela Companhia em seu ambiente de controles internos no exercício social de 2015.

De acordo com o Relatório da Administração, esta deficiência significativa foi mantida no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

8 - Contabilidade de hedge de fluxo de caixa (Notas 4.3.6 e 33.2)

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentava o montante de R\$ 25.121 milhões, líquido dos efeitos tributários, reconhecidos em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido.

A Companhia designa relações de *hedge*, onde exportações futuras altamente prováveis são definidas como item protegido, e passivos denominados em moeda estrangeira são utilizados como instrumentos de proteção. O objetivo dessa prática contábil é reconhecer os efeitos cambiais de ambos - item protegido e instrumento de *hedge* - ao mesmo momento na demonstração de resultado.

A estimativa das exportações futuras altamente prováveis requer o uso de julgamentos relevantes por parte da administração da Companhia. Tal estimativa pode ser significativamente influenciada por mudanças nas projeções de preços de petróleo e seus derivados e curva de produção futura.

Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em virtude das estimativas críticas e julgamentos relevantes usados pela administração para estimar as exportações futuras consideradas "altamente prováveis" e da relevância do saldo acumulado de variação cambial reconhecido no patrimônio líquido, decorrente da aplicação da contabilidade de *hedge* de fluxo de caixa.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas Demonstrações do Valor Adicionado estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e o Relatório ao Mercado Financeiro ("RMF").

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e o Relatório ao Mercado Financeiro e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e o Relatório ao Mercado Financeiro e, ao fazê-lo, considerar se esses relatórios estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidos de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração e no Relatório ao Mercado Financeiro, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de referência financeira (IFRS) emitidas pela *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Aspectos relevantes da nossa resposta de auditoria envolveram os seguintes principais procedimentos:

- Entendimento do estágio processual da ação coletiva e das ações individuais;
- Entrevistas com os assessores jurídicos externos da Companhia com o objetivo de entender a impossibilidade de produzir estimativa confiável de perda na ação coletiva e nas ações individuais ainda não provisionadas;
- Confirmação, por escrito, dos consultores jurídicos externos da Companhia sobre: (i) o estágio processual da ação coletiva e das ações individuais; e (ii) impossibilidade de se produzir estimativa confiável da potencial perda e da classificação de probabilidade de perda entre provável, possível e remota;
- Avaliação da competência técnica dos consultores jurídicos internos e externos utilizados pela Companhia; e
- Avaliação da política contábil adotada para provisionamento das ações individuais e discussão das premissas em que se pautam as estimativas dos valores provisionados.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação da provisão para as ações individuais, bem como as divulgações em notas explicativas em relação à ação coletiva (*class action*) e ações individuais são razoáveis, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações contábeis.

Aspectos relevantes da nossa resposta de auditoria envolveram, entre outros, o entendimento dos principais controles relacionados aos processos de *impairment* e testes da efetividade dos controles considerados chave nesses processos. Quanto aos testes de detalhes em operações ou transações, nossa abordagem considerou os seguintes principais procedimentos:

- Avaliação da definição das UGC pela administração, baseada em testes de mudanças de UGC, bem como a revisão da composição das UGC vis-à-vis os critérios estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 01 - "Redução ao Valor Recuperável de Ativos".
- Apoio da nossa equipe de especialistas em avaliação de ativos na execução dos seguintes principais procedimentos de auditoria:
 - Comparação das premissas-chave com o Plano de Negócios e Gestão 2017–2021 e análise de sensibilidade dessas premissas;
 - Avaliação da razoabilidade das premissas-chave, incluindo comparações com *benchmarks*, entendimento das principais variações do período e revisão retrospectiva das projeções;
 - Discussão dos critérios usados para determinação da taxa de desconto e projeções de inflação e câmbio;
 - Comparação das estimativas internas das reservas de petróleo e gás com estimativas preparadas por especialistas independentes; e
 - Avaliação da competência técnica dos especialistas responsáveis pela estimativa independente das reservas provadas de petróleo e gás natural.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para determinação da perda por *impairment*, bem como as divulgações em notas explicativas, são razoáveis, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações contábeis.

Nossa abordagem de auditoria considerou o entendimento dos principais controles relacionados aos processos judiciais e contingências e testes sobre a efetividade dos controles considerados chave. Adicionalmente, em nossa estratégia de auditoria, envolvemos nossa equipe de especialistas nas áreas trabalhista e tributária, conforme apropriado, para leitura e discussão dos processos judiciais, incluindo a classificação do prognóstico de perda atribuída por consultores jurídicos internos e externos à Companhia.

Outros aspectos relevantes da nossa abordagem de auditoria incluíram a avaliação da competência técnica dos consultores jurídicos da Companhia, testes de recálculo do valor de exposição dos processos judiciais e administrativos, teste de atualização financeira conforme legislação aplicável, obtenção de confirmações de consultores jurídicos externos e teste de passivos contingentes não registrados, com base em pesquisas nos *websites* dos tribunais de justiça relevantes.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação da provisão para processos judiciais e contingências, bem como as divulgações efetuadas sobre passivos contingentes, são razoáveis, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações contábeis.

Nossa abordagem de auditoria considerou o entendimento dos principais controles relacionados ao processo de mensuração do passivo atuarial e testes da efetividade dos controles considerados chave. Adicionalmente, nossa resposta de auditoria considerou testes de detalhes sobre as informações individuais cadastradas nos bancos de dados usados para o cálculo do passivo atuarial. As evidências de auditoria consideradas necessárias foram também obtidas por meio de testes das bases de dados de participantes ativos e assistidos dos planos de pensão e assistência médica.

Outros aspectos relevantes da nossa abordagem de auditoria incluíram a avaliação das premissas-chave que suportam o cálculo do passivo atuarial, tais como projeções de crescimento salarial, tábuas de mortalidade e invalidez, custos médicos e estimativa da taxa de desconto. Esses procedimentos foram executados com o apoio da nossa equipe de especialistas em cálculos atuariais e incluíram os seguintes principais procedimentos:

- Revisão da coerência lógica e consistência aritmética do modelo utilizado para estimar o valor do passivo atuarial;
- Avaliação da competência técnica do atuário externo independente responsável por preparar o cálculo atuarial; e
- Revisão da conciliação do laudo atuarial com os saldos das demonstrações contábeis da Companhia.

Adicionalmente, obtivemos confirmações de terceiros quanto à custódia dos ativos garantidores dos planos e testamos a estimativa do valor justo desses ativos com apoio da nossa equipe de especialistas em avaliação de instrumentos financeiros.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para determinação do valor do passivo atuarial, bem como as divulgações em notas explicativas, são razoáveis, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações contábeis.

Nossa abordagem de auditoria considerou o entendimento dos principais controles relacionados ao processo de mensuração das perdas em créditos de liquidação duvidosa relacionadas às contas a receber do setor elétrico e testes da efetividade dos controles considerados chave. Quanto aos testes de detalhes em operações e transações, nossa abordagem considerou a revisão de contratos de confissão de dívida celebrados entre a Companhia e as empresas do Sistema Eletrobras, entendimento do estágio atual das negociações com o Governo Federal e Eletrobras, leitura de ofícios e portarias da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e Ministério de Minas e Energia - MME, bem como pagamentos recebidos e reconciliação da provisão para créditos de liquidação duvidosa constituída para a totalidade das contas a receber do setor elétrico vencidas ou sem garantias reais.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para determinação das perdas em créditos de liquidação duvidosa relacionadas às contas a receber do setor elétrico, bem como as divulgações em notas explicativas, são razoáveis, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações contábeis.

Nossa abordagem de auditoria considerou o entendimento dos principais controles relacionados aos processos de adiantamentos a fornecedores e distratos, bem como testes da efetividade dos controles considerados chave. Adicionalmente, nossa resposta de auditoria considerou testes de detalhes sobre os aportes feitos às contas vinculadas, provisão para perdas referente a adiantamentos aos fornecedores Ecovix e Enseada e baixas dos investimentos relacionados ao estaleiro Rio Grande e à construção dos cascos das plataformas P-71, P-72 e P-73.

Outros aspectos relevantes da nossa abordagem de auditoria incluíram revisão dos principais contratos e distratos relacionados ao tema, inspeção de contratos de sub-rogação de dívida e teste de detalhes em relação à posterior liquidação financeira dos passivos registrados, bem como teste de *impairment* para os ativos remanescentes.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para determinação das provisões e baixas relacionadas à construção de cascos de plataformas pelos fornecedores Ecovix e Enseada, bem como as divulgações em notas explicativas, são razoáveis, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações contábeis.

Nossa abordagem de auditoria considerou o entendimento dos principais controles relacionados ao processo de contabilidade de *hedge* e testes da efetividade dos controles considerados chave. Com relação aos testes de detalhes em operações ou transações, nossa abordagem envolveu a avaliação da razoabilidade das principais premissas usadas pela administração para estimar as exportações futuras. Esses trabalhos foram executados com o apoio da nossa equipe de especialistas em avaliações de ativos. Os procedimentos de auditoria também incluíram a revisão dos critérios usados pela administração para definir a parcela das exportações futuras consideradas "altamente prováveis", conforme critérios estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 38 - "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (CPC 38)". Nesse aspecto, revisamos os dados históricos de exportações realizadas usados pela administração para definir a parcela altamente provável, além da análise de sensibilidade das premissas-chave e avaliação dos potenciais impactos dentro de um intervalo de possíveis resultados.

Outros aspectos relevantes da nossa abordagem de auditoria incluíram: (i) avaliação da aplicação da contabilidade de *hedge* pela Companhia vis-à-vis os requisitos estabelecidos pelo CPC 38; (ii) revisão de documentações das designações de *hedge*; (iii) teste de recálculo da variação cambial; e (iv) recálculo dos testes de eficácia prospectivos e retrospectivos.

Consideramos que a aplicação da contabilidade de *hedge* pela Companhia, que é uma faculdade da administração nos termos do CPC 38, atende aos requerimentos estabelecidos pelo referido pronunciamento técnico. Adicionalmente, consideramos que as premissas adotadas pela administração para determinação das exportações futuras altamente prováveis e das perdas e ganhos cambiais registrados em outros resultados abrangentes são razoáveis e as divulgações em notas explicativas apropriadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

 **PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes**
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

Marcos Donizete Panassol
Contador CRC 1SP155975/O-8 "S" RJ

